

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

MERENDA

PRESIDENTE

MARCOS ZERBINI - PSDB

17.08.2016

(REUNIÃO RESERVADA)

CPI - MERENDA**17.08.2016****(REUNIÃO RESERVADA)**

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Art. 48, de 15 de junho de 2016, com a finalidade de apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais nos contratos firmados por empresas e cooperativas de agricultura familiar com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve ou não prejuízos ao erário.

Senhores e senhoras, vamos dar início à nossa reunião.

Quero solicitar, em função da primeira parte da reunião ser reservada, que a porta fique ao menos encostada, por favor, lembrando ao pessoal da Assessoria Militar, agradecendo desde já o auxílio, que só poderá adentrar no recinto quem for funcionário da Casa e assessoria dos deputados. Não poderá nenhuma pessoa estranha, nem a imprensa. Obrigado.

A Presidência registra, com muito prazer, a presença dos nobres deputados Delegado Olim, Barros Munhoz, Estevam Galvão e Alencar Santana Braga. Registro também a presença do vice-presidente da comissão deputado Adilson Rossi.

Peço ao secretário para que proceda à leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Em votação. (Pausa.) Aprovado. Fica dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Como é do conhecimento de V. Exas., esta primeira parte da reunião de hoje para ouvir o Sr. João Roberto Fossaluzza Junior será reservada.

Solicito à assessoria que traga o Sr. Fossaluzza até o recinto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Bom-dia, Sr. Presidente, bom-dia colegas deputados, assessores, servidores da Casa, dos convocados de hoje temos informação de quem veio?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Além do Sr. Fossaluzza, mais dois depoentes: Caio Pereira Chaves e Carlos Eduardo da Silva.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eles já se encontram na Casa?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Já se encontram na Casa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PSDB - Onde eles estão?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Em sala reservada, da mesma forma que ontem, nobre deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sala reservada e separadas. Tem servidor da Casa ou da comissão que tenha contato com eles?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Da comissão acredito que não. Parece que a Polícia Civil está fazendo esse acompanhamento.

Para confirmar: o senhor sabe dizer se alguém da Polícia Civil está acompanhando os depoentes? (Pausa.) Vou solicitar que chequem a informação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Seria importante, presidente, se a comissão soubesse qual o servidor que está tendo contado com cada um deles para não pairar dúvida sobre a preservação do local.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ok. Levantem a informação, por favor. Obrigado.

Quero registrar a presença da nobre deputada Marcia Lia, dos nobres deputados Carlão Pignatari, Roque Barbiere, Chico Sardelli e Gilmaci Santos.

Sras. e Srs. Deputados, como foi decidido ontem pela comissão, começaremos ouvindo o depoimento do Sr. João Roberto Fossaluzza Junior, lembrando o Sr. João Roberto que ele vem na condição de testemunha e em função disso está obrigado, por lei, a falar a verdade sob todas as penas de, em não o fazendo, incorrer em crime.

Tem sido praxe da comissão, Sr. João Roberto, que se o depoente quiser fazer uma pequena exposição antes da oitiva, tem a liberdade de fazê-lo. Vossa Senhoria decide se quer fazer uma exposição, se quer falar alguma coisa ou se prefere ir direto para as perguntas. (Pausa.) Direto para as perguntas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, acho que seria importante que se fizesse uma breve introdução.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, que se identifique o advogado que o acompanha para ficar registrado em Ata.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Acolhendo a solicitação do nobre deputado, solicito que o advogado que o acompanha se identifique no microfone para registro da Casa.

O SR. VINICIUS MAESTRO LODO - Bom dia a todos. Sou advogado do denunciante, Vinicius Maestro Lodo, OAB 331643, de Bebedouro, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Obrigado, doutor. Uma rápida introdução então.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O microfone, por favor, do depoente.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só queria solicitar aos senhores, mesmo da assessoria dos Srs. Deputados, em função de ser uma reunião

reservada, que não fosse feita nenhuma gravação, nem filmagem, e também nenhuma imagem, por favor.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Bom dia a todos. O meu nome é João Roberto Fossaluzza Junior, sou de Bebedouro. Vou fazer uma breve exposição do que ocasionou o início dessa operação. Trabalhei na cooperativa por 11 meses; entrei na cooperativa em setembro de 2013, e fui demitido em agosto de 2014. Deu 11 meses e alguns dias apenas.

Fui contratado - eu sou administrador de empresas - mais como uma função gerencial na busca de fazer um gerenciamento organizacional da cooperativa, organizar processos internos, recursos humanos, trabalhos de rotina da área financeira, tanto da área de Logística, mais como um gestor interno da cooperativa. E, com o passar dos meses - eu entrei em setembro de 2013 -, nós começamos a fazer um estudo mais técnico da área de Gestão Financeira, fazer cálculos de custo, verificar possibilidades de projetos novos para a cooperativa e tudo mais. Bom, enfim.

Em 2014 - inclusive está até nos meus depoimentos que fiz à polícia - me procuraram, e eu, como administrador de empresas, fui fazer o fechamento contábil financeiro da cooperativa do ano de 2013, quando observei a saída de valores sem o informativo, sem os documentos que comprovassem tais saídas. Foi quando o presidente da cooperativa, junto com o vice, Cássio Chebabi e Carlos Alberto Santana da Silva, me procuraram para nós criarmos uma conta contábil para o pagamento de comissões. Eu, como administrador, fiquei meio assim e falei: “Não vou criar essa conta contábil.” E até então não se criou essa conta contábil. Tudo bem.

Com o passar do tempo, fui tendo mais informações sobre a cooperativa, e como era funcionário interno eu não tinha contato com o externo - eu não era da área comercial -, com lobista, intermediário e etc. O único agente público que eu citei é porque ele foi à cooperativa, e em uma das reuniões eu participei. Só. E mais nenhuma. Como não tinha contato externo, não tinha contato com intermediário, lobista, etc. E aí, muitos cheques nominais saiam em nome dos vendedores, que eles iam lá e efetuavam saques que seriam esses repasses para esses lobistas e intermediários. Consta inclusive nas minhas declarações o termo “lobistas”, “intermediários”, e quando deflagrou a operação várias pessoas foram presas. Eu nem citei nomes porque não tinha conhecimento de quem eram, certo?

Mas por que ocasionou a denúncia? Eu, João Roberto Fossaluzza Junior, não fui procurar a polícia. Falar “Vim fazer a denúncia, quero denunciar a cooperativa”, você é até hipócrita em dizer isso. O que sucedeu foi que a cooperativa tinha uma dívida comigo, João Roberto Fossaluzza Junior. Tinha uma dívida com mais outros dois colaboradores da cooperativa, e quando efetuei depósito desse primeiro cheque, e eles me pagaram em três cheques nominais, eu ainda era funcionário. Aí voltou por insuficiência de fundo, certo? Aí fui questionar o presidente e o vice. Além de estar com dois salários atrasados, a dívida que tinha comigo o cheque tinha voltado sem fundo. E, observei que no mês anterior, julho de 2014 - inclusive foram até apreendidos esses documentos -, houve pagamento, sim, de comissões para uma cidade específica, e eu questionei: “Não é justo você dever para mim e para outros dois funcionários, e pagar esses cheques aí, supostamente comissões a intermediários ou lobistas.”

Foi quando eu discuti com a cooperativa, não concordava e comecei a gravar, inclusive. Áudios foram entregues à polícia no pen-drive, não sei se os senhores tiveram acesso a esse áudio. E aí eles me demitiram e ainda foram à polícia e fizeram Boletim de Ocorrência contra mim acusando que eu tinha roubado esses cheques. Mesmo assim, não fiz a denúncia. Fui à polícia, mostrei toda documentação que comprovava que a dívida existia, inclusive ingressei com uma ação na Justiça, e ganhei a ação. Está lá no TJSP.

Resumindo, eu tinha perdido o meu emprego, o meu salário, a cooperativa devia para mim, me acusaram de uma coisa que eu não fiz, e ainda estava respondendo lá um inquérito policial que, no fim, foi arquivado porque não tinha feito nada. Aí já tinha perdido o emprego, o salário. Está lá no TJSP para todo mundo ver: eu perdi a minha casa, o meu carro - deu busca e apreensão porque eu deixei de pagar porque perdi meu emprego.

Fiquei mais de um ano sem trabalhar porque espalharam na cidade que eu tinha roubado cooperativa, e não tinha roubado. Eu já estava daquele jeito e efetuei a denúncia. Fui explicar o quê? Por que eles não quiseram me pagar. Aí entreguei um pen-drive à Polícia Civil de Bebedouro e aí continha um áudio onde o presidente da cooperativa deixa bem explícito que não era para pagar mais bola gorda de 30 por cento. Era para pagar a bola gorda de 5% a 10% porque a cooperativa estava com dificuldade financeira. Teria que diminuir a tal bola gorda, que seriam essas comissões.

Foi daí que surgiu essa operação. No áudio tive que fazer algumas exposições dos crimes que a cooperativa, infelizmente, praticava.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Obrigado. Aberta as inscrições.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, cumprimento aqui o depoente e o seu advogado. Parece que o enfiaram numa enrascada aí. Acho que, antes de começarmos o depoimento, as perguntas, tem uma situação colocada. Na semana passada o depoente não veio e solicitou essa reunião reservada devido a supostas ameaças. Todos nós aqui entendemos que, diante disso, para que ele não corresse risco - integridade física dele estava em risco, tem algum tipo de ameaça conforme ele relatou, tem o B.O. Acho que valeria à pena se ele pudesse explicar isso porque isso foi lhe garantido, essa proteção. E dizer também que nós fizemos o pedido ontem de proteção policial - Programa Estadual de Proteção à Testemunha, para que as investigações, mesmo dessa CPI, possam transcorrer tranquilamente. Mas, ao mesmo tempo, garantir a devida segurança a essa pessoa. Nós não sabemos o que pode acontecer. Pode ser que aconteça algo e pode ser que não. Mas, em vias de dúvidas, acho que temos que garantir.

Mas seria importante que transcorresse um pouco sobre isso: quem o ameaçou, se ele sabe, como, por que acredita que houve essa ameaça. Essa introdutória é importante porque essa reunião reservada foi marcada devido a isso.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Bom, em primeiro momento, em janeiro de 2016, quando deflagrou a operação. Quatro dias antes de ser deflagrada a operação, não sabia qual era a data que seria feita, mas quatro, cinco dias antes encontrei uma das pessoas que eu tinha denunciado. Só que ela não sabia. E ela me posicionou que...

O SR. - Quem é?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - César Bertholino, que acredito que ele veio ontem. Acho que ele ia vir ontem, não sei.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não veio.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Ele me informou que Cássio Izique Chebabi já tinha comprado revólver para me matar, e que já tinha contratado capangas, pagado cinco mil reais. Tinha comprado, acho que 1.38, já para me executar. Incrivelmente, no dia em que deflagrou a operação, o revólver estava lá, o 1.38. Inclusive, se entrar no TJSP, ele está respondendo a um crime nacional contra armas - que é o presidente da cooperativa.

Verificou-se realmente a veracidade disso, e também a esposa dele, Camila Chebabi, comprou uma arma de choque de longo alcance para tentar me dar um choque na rua. Mas Chebabi comprou 1.38 e contratou o pessoal para me executar, para me matar, no caso, sendo bem...

Depois disso, voltou a continuar ter ameaças. Por alguns e diversos dias, fiquei meio atento para não correr nenhum risco. Temos de ficar espertos. Chego a casa, por duas vezes pessoas rodeando a minha casa com boné. Eu vou, saio correndo para o meu carro. Dois Fox brancos me perseguiram perto de casa. Incrivelmente, a cooperativa tem dois Fox brancos. Certo ou não? E isso foi perto de casa. E foi se repetindo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual período foi isso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Depois da operação já, fevereiro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Logo na sequência?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Logo na sequência, em fevereiro. E também, em fevereiro, o único agente público que eu tinha conhecimento, que está no Boletim de Ocorrência, falou que Bebedouro ia ficar pequeno para mim, era melhor mudar de cidade. Está no B.O. que eu juntei para os senhores.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Quem é o servidor, por favor?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Paulo Sérgio Garcia Chances, é diretor de gabinete da Prefeitura de Bebedouro. Ele falou “Sai de Bebedouro, que Bebedouro vai ficar pequeno para você.” Está o registro de ocorrência juntado aí para vocês. Então fui e fiz Boletim de Ocorrência.

Mas, alguns dias depois, eu chego a casa, um bilhete jogado lá em casa. Eu posso falar os termos do bilhete?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pode, claro.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - “X-9 filho da puta tem que morrer”, certo ou não? Aí peguei, fiz Boletim de Ocorrência. Jogaram lá em casa: “X-9 filho da puta tem que morrer.” E depois ainda tacaram lá na rua da igreja que eu frequento: “psicopata social”. Aí fui juntando toda essa documentação, comecei a fazer os boletins de ocorrência de que eu não estou me sentindo seguro. Eu chego a casa, ou é Fox branco ou é Gol branco. Certo? Ainda o Fox branco rodeia, às vezes, a minha casa. Mas agora já estou tomando as providências e devo me mudar. E não vou falar aonde vou, mas devo me mudar de casa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você acha importante que o senhor seja incluído no Programa Estadual de Proteção à Testemunha?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu não gostaria de fazer isso pelo seguinte motivo: eu vou perder minha vida. Graças a Deus, incrivelmente, de janeiro para cá eu voltei a trabalhar.

Então, eu fiquei, depois que eu saí da cooperativa até dezembro de 2015 sem emprego. Eu recebi cinco seguros desemprego. Mais nada, sem trabalho. Eu tinha até uma empresa. Eu perdi a empresa, eu perdi o emprego, perdi o salário, está lá no TJSP, eu perdi minha casa, eu perdi meu carro.

Tem duas ações de execução do banco. Se você ler aqui, a dívida que tem da cooperativa que fala lá: “Bradesco, 30 mil reais”, pode ler. Se você entrar no TJSP você

vai ver execução do Bradesco contra mim. Trinta e oito mil. Ou seja, os 30 mil com juros. Pode ver. Está tudo lá no TJSP.

Então, fiquei um ano e meio sem trabalhar. Agora em janeiro eu voltei a trabalhar, a exercer a minha função, que eu tanto amo. Eu sei que se eu for incluído no Programa de Testemunhas - os senhores sabem disso - eu vou perder minha vida.

Então, estou tentando levar a vida. Deixa acontecer, estou trabalhando. Vou colaborar com a Justiça. O que eu sei eu estou falando. Está tudo aqui no Boletim de Ocorrência que eu registrei. Não escondi nada, está tudo aí. Estou à disposição para colaborar com os senhores.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor então recebeu ameaça?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, questão de ordem. Já é o tempo de perguntas dos deputados ou ainda é...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu acho que passamos para as perguntas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só voltando a essa questão da ameaça, Sr. Presidente. O senhor recebeu ameaça então do Chebabi via César?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você falou da Camila. Como você sabe que ela comprou uma arma?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O César também. Pode anotar aí, o César Bertholino Lopes.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você tinha um contato bom com o César?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não, eu não tinha um contato bom. Eu fui com o Dr. Ivo, que é meu advogado - porque eu executei a cooperativa, eu ganhei a ação na Justiça, e o juiz mandou bloquear os carros.

Aí ele acompanhou a gente até na concessionária para fazer a validação aos valores do carro a mando do Carlos Alberto Santana da Silva. E aí ele posicionou para mim e para o Ivo essas duas informações.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E a outra ameaça foi do...?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Do diretor de prefeitura.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Partimos já para o tempo de perguntas.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Sr. Presidente, eu só tenho uma dúvida, eu gostaria de perguntar ao Sr. Fossaluzza, vou começar pelo final.

No final da sua fala o senhor encerrou dizendo que não era para pagar bola grande. O que quer dizer “bola grande”, “bola pequena”, “bola gorda”? O que é isso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O Cassio Chebabi, o Carlos Alberto Santana da Silva, o César Bertholino Lopes, o Carlos Luciano Lopes, o Emerson Girardi, eles falavam que eram as comissões.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Mas quem trabalha efetivamente como representante da cooperativa, não acha que tem direito às comissões, a receber a comissão?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu sou um cara administrador, certo, ou não? Eu sou da área financeira. A gente sabe que comissões por vendas, tudo bem, tem que ter numa empresa, legal, é um bônus pela meta que ele vai atingir.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Por hora é isso que eu estou perguntando. É a respeito do quem trabalha recebe, quem é comissionado recebe. Isso deve ter

documento, ter tudo dentro da empresa da qual o senhor era o administrador. Ou me engano?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu era, eu trabalhei lá por 11 meses. No período dos 11 meses que eu trabalhei lá, a questão das comissões, não tinha percentual, não tinha cálculo.

Por exemplo, vai vender para o município "X". Então, lá precisa pagar 50 mil reais, entendeu? Isso seria as comissões. Posso falar o nome do município?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pode.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Exemplo: eu citei aqui, em julho de 2014, dois cheques de 30 mil e um de 14 mil para o município de Barueri. Trinta com trinta, sessenta; com catorze, setenta e quatro, numa venda de 125 mil reais?

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Quer dizer, o senhor está afirmando que não é comissão de venda. Isso pode ser qualquer outro subterfúgio. É isso que o senhor está dizendo?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - É exatamente o que estou afirmando. Porque é impossível, numa venda de 125 mil reais, você pagar um prêmio de 74 mil.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - E quando o senhor entrou na empresa? O senhor trabalhou um ano, pelo que está me dizendo. Quando que o senhor notou que algo estranho estava acontecendo?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Foi depois de março de 2014, por cinco meses. Os últimos cinco meses de atividade. Foi quando eu fui fazer o fechamento financeiro de 2013, igual eu havia dito, e eles me procuraram e abriram o jogo sobre essas saídas indevidas, que eu tinha que criar uma conta contábil para pagamento de comissões.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Então o senhor está afirmando aqui que o valor da comissão não ia, necessariamente, para o vendedor. Poderia ter outro destino.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Exatamente. Poderia ter outras pessoas recebendo. E segundo o César, o Carlos Alberto, o Cassio Izique Chebabi, o Carlos Luciano Lopes e o Emerson Girardi, eram pagamentos para agentes públicos, intermediários e lobistas.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Por hora dou-me por satisfeito. Eu volto depois.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Obrigado. Registro a presença do nobre deputado Luiz Turco. Quem está inscrito é a deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Bom dia, João Roberto. Eu gostaria de cumprimentá-lo pela coragem de você ter denunciado esse processo todo que envolve a gente não sabe ainda quantas pessoas. Mas, a gente sabe que envolve pessoas que recebiam as bolas gordas.

Queremos chegar exatamente nas bolas gordas, em quem recebia as tais bolas gordas.

Minha primeira pergunta é: quem contratou você para trabalhar na cooperativa?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O vice-presidente, Carlos Alberto Santana da Silva.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ele ainda está na cooperativa?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Pelo que tenho conhecimento - mas não posso afirmar porque eu não sei - ele se retirou da cooperativa depois da operação.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E quem dirige a cooperativa hoje, você sabe?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Se não me falha a memória, o Sr. Nilson Fernandes.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Nilson Fernandes, ok. Eu gostaria de colocar para você algumas situações. Estive, agora no dia 26 de julho próximo passado, na cidade de Bebedouro, e estive visitando o assentamento Reage Brasil.

Conversei com várias lideranças do assentamento, pessoas que estão no assentamento desde o início das atividades do assentamento.

É óbvio que as pessoas que denunciaram não têm a coragem que você teve porque elas têm muito medo, são pessoas humildes, simples, trabalhadores rurais. Mas, elas afirmaram categoricamente, para mim, que havia gente muito grande envolvida nesse esquema das bolas gordas.

Inclusive, chegaram a citar nome de deputados, chegaram a citar nomes de pessoas ligadas a ministérios e disseram que o esquema era bastante grande. Pelo que entendi das falas das pessoas, não era só a cidade de Barueri. O esquema era bastante grande.

As pessoas começaram a prestar atenção na cooperativa no momento em que os seus diretores começaram a aparecer com carrões, com caminhonetes, ostentando riquezas.

Então, eu pergunto: nesses cinco meses, de março a agosto, quando você foi solicitado a abrir essa tal conta de comissões - que eu mudaria o nome de comissão para propina -, você identificou algumas pessoas, o nome de algumas pessoas, você poderia ressaltar o nome das tais pessoas que teriam recebido as tais bolas gordas?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu vou ser muito sincero com a senhora, muito sincero mesmo. A minha vontade não era ter feito nem a denúncia. Estou sendo bem sincero. Eu me vi obrigado a fazer.

Como eu disse, desde o primeiro momento em que eu efetuei a denúncia, em março, quando eles pediram para eu criar a conta contábil “pagamento das comissões”, como eu não era um trabalhador externo da cooperativa, não tinha contato com agente público - o único que eu citei é porque ele foi à cooperativa e eu participei de uma reunião -, infelizmente, eu não sei quem são os intermediários, os lobistas e os recebedores de tais pagamentos. Infelizmente, sendo bem sincero.

Até então, quando eu fiz a denúncia, se você observar, eu não citei o nome de nenhum.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E como é que eles conseguiam pegar os recursos do caixa da cooperativa para fazer os pagamentos?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Cheque nominal ao portador aos próprios vendedores. Por exemplo, vou dar o exemplo do César. O César lá, fazia um cheque de 135 mil reais no Bradesco, descontava o cheque, pegava em espécie e fazia os repasses. Entendeu? Era tudo cheque nominal aos próprios membros da cooperativa. Ou saques efetuados em espécie mesmo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - João Roberto, por que você ficou tão preocupado em efetivar esses pagamentos de valores tão altos se esses cheques eram nominais aos vendedores da cooperativa?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não entendi a pergunta.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Você disse que você pagava através de cheques nominais aos vendedores.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - É. Quem assinava os cheques e determinava os valores era o Cassio Chebabi e o Carlos Alberto Santana da Silva, presidente e vice, respectivamente. Competia a mim, na minha função, fazer a informação da saída desses valores. E eu não concordei em criar uma conta contábil.

Até então, eu saí em agosto de 2014 e não tinha feito o fechamento de 2013, porque eu não fiz e não assinei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas pelo bom andamento dos trabalhos, e louvado na experiência de CPIs que eu presidi e outras das quais eu participei, é muito comum ir chegando deputado ao longo do tempo. E vão se inscrevendo e vão falando. E aí, simplesmente, não termina. O de ontem, o primeiro depoimento demorou três horas. Seria interessante que o senhor determinasse um

tempo. A reunião começa às nove, até as dez se aceita inscrição. Depois disso, não mais. Fica infundável.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Acho que é justo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Presidente, eu fiz um aparte da deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu concedi um aparte.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu gostaria que o senhor colocasse em votação essa proposta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Acho que é justo o pedido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ontem um deputado chegou aqui três horas depois que estávamos em reunião, e começou a fazer as mesmas perguntas já feitas. Isso não existe, é anti-CPI. Se não se quer apurar nada, o processo é esse.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, ontem encontrei o senhor à noite, tendo em vista que seria um dia calmo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Espero.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o deputado Barros já está nervoso. Nem começou a reunião.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É que quando vejo certas coisas, tomo conhecimento de certas coisas, não fico só nervoso, fico enojado também.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, o Regimento garante a participação dos deputados em sessão plenária, assim como garante a

participação dos deputados em CPI. E não há, lá no Regimento, qualquer restrição à participação dos deputados.

Esta CPI criar uma restrição de horário, por decisão dela, sem qualquer previsão regimental, é um atentado à prerrogativa parlamentar, que é justamente se manifestar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ouvindo a opinião do nobre deputado, sugiro a V. Exa., peço a V. Exa. que coloque em votação a minha proposta. É um direito meu.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Barros, gostaria de dialogar com V. Exa., que já foi presidente desta Casa. Respeitamos seu mandato, naquele que eu particularmente presenciei, onde inclusive havia respeito pela oposição.

Acho que termos tal medida durante uma reunião de CPI, dizer que os deputados que chegarem às 10 horas e um minuto não poderão falar, isso é uma ofensa enorme. É uma ofensa enorme, não só ao deputado individualmente, em especial à oposição, mas a esta Casa e ao Parlamento.

É por isso, deputado Barros, dentre outras coisas, que o Parlamento acaba se apequenando.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ele se apequena com essas participações que V. Exa. faz, no sentido evidente de procrastinar a CPI. Vossa Excelência não quer a CPI, está demonstrando isso a todo momento. Vossa Excelência fala 80% do tempo da CPI.

Sr. Presidente, solicito que coloque em votação. O deputado Alencar é useiro e vezeiro em fazer isso. Ele fica repetindo, repetindo. É uma questão de ordem.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estou fazendo a minha questão de ordem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor está fazendo uma explanação, o senhor não quer a CPI.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu cheguei às nove, e nem eu estou podendo falar, imaginem quem chegar depois.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhoras e senhores, por favor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não é só o senhor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Essa é a democracia que o PT quer nesta Casa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Cerceando a oposição, total.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É assim, deputado Alencar, o senhor vai lá e bate bola o tempo todo, e depois nós chegamos. A combinação é assim.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O pedido do nobre deputado Barros Munhoz é regimental. Colocarei em votação. Vamos estabelecer a seguinte regra: a partir do início da oitiva da testemunha, damos o prazo de uma hora, para que a pessoa se inscreva. Durante uma hora. Todos aqueles que queiram terão condições de se inscrever e falar. Isso não vai cercear a palavra de ninguém.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quero deixar registrado aqui o nosso protesto, o nosso descontentamento, a nossa contrariedade. Isso é uma medida de censura, é uma medida autoritária, arbitrária, que me parece que é uma prática da base do governo aqui nesta Casa, que liga sua máquina ... aquilo que o governo está fazendo nesta Casa.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O governo não está fazendo nada. O que está fazendo aqui é o PT, o partido que assaltou o Brasil. É isso que temos que dizer aqui. Vamos parar com essa discussão. Não vamos politizar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eles querem fazer daqui a CPI da Carf, é isso que eles querem. Eles não querem CPI, eles têm medo de CPI. Vamos fazer CPI!

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Presidente, restabeleça minha fala, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só queria colocar em votação a solicitação de Vossa Excelência. Então, começada a oitava da testemunha, durante o período de uma hora, todos os que quiserem falar se inscrevem. Aqueles que chegarem depois desse tempo, infelizmente, não vamos abrir a possibilidade de inscrição.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, só para fazer a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Feita a inscrição.

Os deputados que concordarem com o encaminhamento, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT – Contrário. Já tinha manifestado minha opinião, essa medida autoritária.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Registro contrário do deputado Alencar Santana.

Podem se inscreverem até as 10 horas e 15 minutos. É uma forma para que também os deputados possam avisar suas bancadas. Não há nenhum cerceamento aqui. É só o problema de criar uma regra.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Segundo a regra, a regra vale a partir desta reunião. É a regra mudando ao longo do jogo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não. A regra não está mudando, deputado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não é questão de regra, é questão de disciplina. Posso fazer uma colocação sobre isso? O deputado Alencar, a deputada

Marcia Lia e o deputado João Paulo Rillo estão sempre aqui, às nove e pouco. Alguns deputados ficam fora da Assembleia, o dia todo. E às quatro horas da tarde, estamos aqui desde as nove da manhã, temos que ouvir as mesmas perguntas. Não é justo com vocês e conosco. Não é justo.

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - Estou inscrito, e gostaria de saber a ordem de inscrição, para fazer a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A deputada Marcia Lia tem a palavra ainda, depois é o nobre deputado Roque Barbieri.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. João Roberto, já que o senhor era o administrador, foi administrador por 11 meses, eu gostaria de perguntar como era o processo de concessão de DAPs.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Posso garantir para a senhora que todos os projetos de venda, do ponto de vista da cooperativa, foram irregulares, porque o produtor nem sabia que a cooperativa estava usando a DAP dele. Quem montava os projetos de venda era o vice-presidente, o Carlos Alberto.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eram irregulares.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Todos são irregulares, tendo em vista que o produtor não era associado à cooperativa. Se o produtor não é associado à cooperativa, como ele pode utilizar a DAP do produtor, para poder fazer o projeto de venda?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quem emitia essas DAPs?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - A Secretaria da Agricultura.

A SRA. MARCIA LIA - PT - É verdade que existia um servidor da Secretaria da Agricultura, que funcionava e trabalhava dentro da cooperativa, para emitir essas DAPs? O senhor sabe disso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Tomei conhecimento após a minha saída. Até então, nos meus depoimentos eu não citei o nome desse cidadão.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor poderia citar agora?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu posso citar, mas eu não tenho certeza se era ele, tendo em vista que eu não o denunciei. É o Carlos Eduardo, se não me engano.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Carlos Eduardo. Ele era funcionário da Cati.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Ele era funcionário da Cati e diretor da cooperativa.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Diretor da cooperativa. Ele fazia as duas coisas.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Mas eu não sabia se ele que era o emissor das DAPs. Não sei informar isso. Só sei que as cooperativas usavam as DAPs de forma irregular. O produtor não era associado à cooperativa e usava a DAP do produtor para elaborar os projetos de venda.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E o senhor pode me dizer, as notas fiscais de entrada de laranja, de onde vinham?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Grandes produtores. Chegou até ao absurdo de eu verificar isso, já em julho/agosto, quando eu estava de saída, de os próprios membros da cooperativa falsificarem as notas.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Falsificar nota? O senhor presenciou isso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Cheguei a presenciar e denunciei os nomes que eu já citei.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Certo. Muito bom. E como era o esquema de recebimento de produtos? Quem recebia os produtos que chegavam à cooperativa?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O recebimento dos produtos era responsabilidade do setor de logística. Quem era o responsável, o gestor de logística, para captar esses produtos, era o Carlos Luciano Lopes. Ele era o receptor desses alimentos. E as compras eram efetuadas tanto pelo Carlos Alberto Santana da Silva, quanto pelo Carlos Luciano Lopes.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E o senhor tem informação de que os assentados, do Assentamento Reage Brasil, chegaram a denunciar irregularidades nas suas DAPs?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu não tenho esse conhecimento e nem essa informação. Não sei falar.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Porque, na verdade, o que nós identificamos lá no assentamento... o senhor conhece o Assentamento Reage Brasil?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Conheço o Assentamento Reage Brasil e alguns produtores, dos poucos que entregaram alguma coisa na cooperativa. Vamos dizer, havia 1170 DAPs, e uns 40 entregaram. As outras 1130, ninguém entregou nada.

A SRA. MARCIA LIA - PT - A informação que obtive lá no assentamento foi exatamente essa, de que as pessoas da cooperativa pegavam as tais DAPs, falsificavam, adulteravam. As pessoas eram praticamente obrigadas a assinar aquilo, por “n” razões, até ameaças que chegaram a ser feitas para algumas pessoas. Algumas mulheres relataram isso para mim, de que elas tinham muito medo do Chebabi, porque ele era um sujeito agressivo.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada Marcia Lia, eles emitiam nota, esses produtores, quando a senhora foi lá?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu não vi o talão de notas.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Mas eles diziam que emitiam notas?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eles eram obrigados a fazer todo o processo, mesmo não tendo... Inclusive, a grande maioria dos lotes - o senhor conhece e eu estive lá com um vereador; o senhor vai confirmar isso - do Reage estão com cana-de-açúcar plantada.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - A maioria, porque a cooperativa não efetuava essas compras. Só respondendo ao nobre deputado, quando um produtor emite a DAP, ele recebe o talão. Assim, todos eles que têm a DAP, que é a Declaração de Aptidão ao Pronaf, podem emitir a nota fiscal, sem nenhum problema.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E eles emitiam as notas, segundo o relato. Não, não recebiam. Eles tinham medo do tal Chebabi, que demonstrava um poderio muito forte. Sob ameaça de que as pessoas seriam expulsas do assentamento, o jogo era pesado lá. O senhor tem mais alguma informação que seria importante para que chegássemos a essas pessoas que recebiam essas gordas comissões, algo que pudesse nos orientar?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, o advogado pode orientar o depoimento?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, queria solicitar que não faça. Não, não pode ter orientação.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor teria mais alguma informação para nos ajudar? Assim como o senhor relatou que sofreu por vários meses, chegou a perder o seu imóvel e o seu carro, aquelas pessoas do assentamento também relataram muitas dificuldades em relação à forma como a cooperativa tratava aquela gente humilde.

Se o senhor tiver alguma coisa a acrescentar nesse depoimento, algo que nos facilite a vida, eu gostaria que o senhor fizesse nesse momento.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Por exemplo, o Sr. Irineu, do assentamento. O Sr. Irineu é um produtor. Houve um dia que eu achei um absurdo e podem confirmar com o Sr. Irineu. A cooperativa dá um cheque de 150 reais para ele, e o cheque volta sem fundos. Ele foi até lá chorando, conversou comigo e disse que tinham cortado até a luz da sua casa, porque a cooperativa teve a audácia de dar um cheque de 150 reais para um produtor do assentamento, que voltou sem fundos.

O Sr. Irineu me procurou, eu tinha o recurso e paguei a sua energia. Até hoje tenho comigo a sua conta de energia guardada, paga. Quanto aos nomes dos recebedores, se eu falar algum nome, eu estarei mentindo para a senhora. Quem vai ter essas informações - eu estou sendo muito sincero, eu realmente não sei...

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor poderia declinar o nome de alguns dos vendedores que recebiam esses cheques?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Claro. Isso aí está até no inquérito. César Augusto Lopes Bertholino, Emerson Girardi, Cassio Izique Chebabi. Esse aí tem um montão de cheque. Quando fui fazer o fechamento de 2013 da cooperativa e não fechei de propósito, se você pegar lá, em um mês são 15 ou 20 cheques de nove mil reais. Tudo de nove mil, nove mil, nove mil, nove mil, nove mil, nove mil, nove mil. Do Cassio Izique Chebabi, que é o presidente da cooperativa.

Então, essas pessoas sabem efetivamente os nomes dos receptores desses cheques. Eu, João Roberto, não tinha conhecimento dessas pessoas. O único que eu falei, eu falei com certeza e posso mostrar para o senhor. É o único agente público que citei, e citei com base em documentos, em provas que está aqui e o senhor está vendo. É o diretor de compras, é o único que eu citei.

Para piorar, mesmo o negócio estando em fase de investigação, ele já me processou. Porém, o juiz mandou que ele comprovasse a sua inocência, mas ele não conseguiu. É o diretor de licitação de Bebedouro: Paulo Garcia. O cidadão até me processou. É o único que eu realmente tenho conhecimento. Se eu falar o nome de mais alguém, estarei mentindo, porque realmente eu não sei.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Gostaria de mais duas informações.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para dizer que o tempo já esgotou.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Só mais duas questões e eu encerro o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Faça as duas de uma vez, por favor, deputada.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Pois não. Nessa visita que eu fiz ao assentamento, as pessoas relataram que a família do Chebabi tem na região - não sei se em Bebedouro, ali próximo a Bebedouro - um spa.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Tem um spa em Bebedouro. É um spa muito forte. É uma empresa de grande potencial econômico.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Esse spa é anterior à cooperativa ou ele começou concomitante com a cooperativa?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não sei dizer a data de abertura do spa, mas, como sempre morei em Bebedouro, acredito que o spa veio antes. Eu citei três cooperativas no meu depoimento: a Coaf, a AAOB e a Horta Mundo Natural. Até então, nas fraudes de chamada pública, a cooperativa emitiu os três. Pegavam o da Coaf, o da AAOB e o da Horta em alguns municípios; não em todos.

Ainda tinha a audácia de o Cassio Chebabi assinar o da Coaf e o Carlos Alberto, vice, assinar o da outra.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Você participava, como administrador, do processo da documentação, da elaboração dos documentos para entregar para as consultas públicas que eram feitas nas prefeituras e no estado de São Paulo, já que o senhor era o administrador, o gerente?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não, porque a minha função era de gerenciamento interno. Quem elaborava os projetos de venda e entregava toda a documentação para a visualização dos chamamentos públicos... Quem, efetivamente, fez 100% dos projetos de vendas foi o Carlos Alberto Santana da Silva, 100% de todos os projetos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele sabia que era irregular?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Lógico que sabia, era o vice-presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Com a palavra o nobre deputado Roque Barbieri.

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - Sr. João Roberto, quando o senhor fez a denúncia contra a Prefeitura de Bebedouro, o senhor se recorda da data?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Se não me falha a memória, foi em agosto de 2015.

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - O senhor tinha alguma sindicância em andamento na Prefeitura de Bebedouro?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não que eu saiba.

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - O senhor não tem nenhum conhecimento de uma sindicância contra o senhor?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não, não tenho. Pelo menos não fui notificado e não recebi nada.

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - Em todo o seu depoimento, eu não prestei muita atenção, foi citado o nome de algum deputado, estadual ou federal, como recebedor de propina ou de bola cheia ou de bola murcha?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não citei nenhum nome.

O SR ROQUE BARBIERE - PTB - Tem conhecimento de algum?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não tenho conhecimento. Já havia informado ao deputado que quem tem conhecimento desses cidadãos, se é que realmente participaram de alguma coisa, é o pessoal que trabalhava na área externa, isto é, o Carlos Luciano Lopes, o César Augusto Lopes Bertholino, o Emerson Girardi, o Carlos Alberto Santana da Silva e o Cassio Chebabi.

O SR ROQUE BARBIERE - PTB - Era só isso, Sr. Presidente.

O SR CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Os membros das CPIs também têm que se inscrever para poder falar?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Também devem se inscrever. Todos devem se inscrever para fazer as perguntas.

O SR CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O titular e o suplente também?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Exatamente. Os titulares têm dez minutos, e os suplentes e deputados que não são da comissão têm cinco minutos. Gostaria de registrar a presença da nobre deputada Ana do Carmo. O próximo inscrito é o deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, acabei me atrasando e estou terminando de formular a minha pergunta. Gostaria de passar e me inscrever por último.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado Luiz Turco.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Bom dia, João Roberto. Bom dia, Srs. Deputados. O senhor sabe quantos contratos a Coaf firmou com o Governo do Estado?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Nos onze meses que eu trabalhei na cooperativa, nenhum.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Nenhum? Porque consta no sistema de gerenciamento orçamentário uma relação de pagamentos realizados à Coaf em 2014 de 238 mil e, em 2015, 11 milhões. O valor pago à Coaf saltou de 238 mil em 2014 para 11 milhões em 2015. O senhor sabe como era realizada a fiscalização desses contratos pelo Governo?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - No período em que eu trabalhei na cooperativa, de setembro de 2013 a agosto de 2014, foram esses 11 meses e alguns dias, a cooperativa não efetuou nenhuma venda para o Governo do Estado de São Paulo.

O SR. LUIZ TURCO - PT - O senhor tem conhecimento de um cheque de 50 mil que foi emitido pela Coaf ao Sr. José Merivaldo dos Santos, assessor do deputado Fernando Capez?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Também não tenho conhecimento sobre esse assunto. Qual foi a data de emissão desse cheque?

O SR. LUIZ TURCO - PT - A data do cheque foi agosto de 2014?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Qual a data?

O SR. LUIZ TURCO - PT - Aqui não tem a data.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Possivelmente foi emitido após a minha saída, questão de dias, porque eu não me recordo.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Ele quer saber o dia. Aqui não tem o dia, só fala o mês. É isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Luiz Turco, o senhor me concede um aparte?

O SR. LUIZ TURCO - PT - Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sobre o valor de um milhão depositado na conta de Caio Chaves, que o senhor menciona no depoimento.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Caio? Acredito que ele está aí fora, ele virá aqui depor. Eu também denunciei. Na verdade, era rotina do Cassio Chebabi usar contas de alguns “funcionários laranja” para desviar dinheiro da cooperativa. Era comum o Cassio Chebabi usar contas de outros colaboradores da cooperativa. O Caio fazia tudo o que o Cassio mandava fazer: “faz isso”, ele faz, “faz isso”, ele faz. Ele tinha muito medo do Cassio, então ele usava a conta de alguns funcionários que permitiam que ele fizesse isso, ou de laranjas, para pegar dinheiro da cooperativa e transferir para essas contas, para roubar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Esse dinheiro seria para quê? Você sabe? Esse um milhão depositado.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Esse um milhão eu não sei se ele pegou para ele ou se ele usou para pagar alguém, não sei te dar essa informação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E os 75 mil?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Qual é a data dos 75 mil? Foram em espécie?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse que, desse valor, 75 mil teriam sido desviados e pagos em espécie, em propinas.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não sei identificar para você qual é o agente público. Quer anotar mais um nome aí? Sérgio Roberto Gazeta, também é funcionário da cooperativa e vai te identificar melhor esse cheque de 75 mil.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Deputado, deixa só eu fazer uma colocação, já vieram três ou quatro pessoas dizendo que todo mundo tinha muito medo do Cassio Chebabi, como...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É um aparte? É uma Questão de Ordem? (Vozes fora do microfone.)

Para mim não tem problema nenhum. Por democracia eu cedo apartes, sem problema nenhum.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Desculpa, aparte. Posso?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pode, fique à vontade.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Você não é o primeiro que vem aqui e diz que todo mundo tinha muito medo, a deputada Marcia Lia acabou de dizer que os assentados tinham muito medo. Por quê?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Se eu tivesse medo... ficamos preocupados com nossa integridade física, certo? Afinal, sou o denunciante da operação, então ficamos preocupados com a integridade física, ainda mais porque ele comprou um revólver, prendeu o revólver, está respondendo por esse crime, mas, se efetivamente eu tivesse muito medo dele, o senhor concorda comigo que eu não teria feito a denúncia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Esse um milhão que foi depositado na conta do Caio foi proveniente de qual contrato?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não sei te afirmar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor teria dito aqui que seria do contrato com o Estado.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Do Estado? Eu não sei te afirmar, porque quando do contrato com o Estado eu não estava mais na cooperativa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para relembrar: “quero acrescentar, ainda, mas registrando que somente por ouvir dizer, que em uma negociação da Coaf com o estado de São Paulo, alusiva à venda, da agricultura familiar, modalidade chamamento público, valor do contrato sete milhões setecentos e sessenta, todo o suco vendido pela cooperativa foi comprado de grandes indústrias e não da agricultura familiar”.

Até gostaria que o senhor falasse também sobre as grandes indústrias que forneciam esse suco. “Cujas entregas e pagamentos por elas ocorreram no ano de 2015. Necessariamente os pagamentos eram depositados no Banco do Brasil, talvez no Bradesco, sendo que o dinheiro deve ser, necessariamente, utilizado para pagar os produtos do projeto e as demais despesas decorrentes da operação. Fui informado por uma fonte”

Depois eu gostaria que você revelasse essa fonte.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Já citei a fonte. É o Sérgio Gazeta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - “Que a Coaf recebeu um milhão no primeiro semestre esse ano, deste contrato”.

Então é deste contrato?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Isso, segundo informações do Sérgio Roberto Gazeta, sim, seria desse contrato, mas aí você teria que chamar...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o senhor disse que aqui é deste contrato, do Estado.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - De acordo com o Sérgio Roberto Gazeta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ok. O papel do Carlos Santana, qual era na cooperativa?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O Carlos Alberto Santana da Silva? O vice-presidente?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Ele era o responsável por todos os projetos de venda.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só voltando. A Marcia Lia fez uma pergunta e eu não entendi a sua resposta. É irregular ou regular que o senhor falou?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Todos os projetos de vendas que a cooperativa fez, partindo do ponto de vista da cooperativa, foram todos feitos de forma irregular.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Irregular?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Irregular, porque as DAPs que a cooperativa utilizava, o produtor não entregava o produto, então a cooperativa estava cometendo um crime.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E o senhor Carlos Alberto Santana foi quem cometeu esse crime então?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não ele, o Cassio Chebabi junto com ele, porque...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sim, mas por ele ter elaborado ele pôs a mão na massa.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Exatamente. Ele cometia os crimes.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele participava, acompanhava, sabia e determinava sobre esse pagamento de comissões?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O senhor concorda comigo, ele é o vice-presidente, todos os cheques eram assinados pelo presidente e pelo vice.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então ele sabia?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Os dois sabiam o destino dos cheques.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É porque ele veio aqui ontem e se pintou como um santo e o senhor, inclusive, como, enfim, o contrário do santo.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O senhor concorda comigo que eu denunciei ele, né?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então essa seria a raiva dele?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu acabei de sair da cooperativa, a primeira coisa que eles fizeram foi fazer um Boletim de Ocorrência contra mim, me acusando de uma coisa que eu não fiz.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse, em determinado momento, que tinha, aliás parece que tem gravação sobre isso, as reuniões que ocorreram de você com o Cassio, com o Carlos Santana...

Aliás, me fala um pouco sobre o Carlos Luciano Lopes.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O Carlos Luciano Lopes era gerente de logística. Ele fazia a recepção da matéria-prima, ajudava na questão de compra de matéria-prima e também atuava como vendedor em algumas cidades, então ele tinha contato, sim, com agentes públicos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele tinha contato com agentes públicos?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Tinha. O Carlos Luciano Lopes, o César Augusto Lopes Bertholino...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então essas comissões gordas que eles recebiam não era pela venda dele, era pela relação construída....

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Com algum lobista, intermediário ou agente público.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Com algum agente público, algum agente político, é isso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Exatamente isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Carlos Alberto Santana, o que ele quis dizer quando ele pede para você não fuçar nos contratos de São Paulo?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O contrato de São Paulo foi fechado posteriormente a minha saída, isso é fácil de vocês verificarem, porém, em 2014, a cooperativa já estava ingressando em uma busca para tentar efetuar uma venda para o Governo, certo? Normal. Se é uma empresa tem que vender seu produto, concorda? Normal.

Aí eu percebi que vai, não vende, vai, não vende, e a cooperativa precisando de recursos. Aí eu cheguei no Cassio Chebabi e no Carlos Alberto Santana da Silva e perguntei o que estava acontecendo com essa chamada pública. Eu, como funcionário

interno, precisava pagar as outras contas, a folha, sou um funcionário interno, precisamos cumprir nossas obrigações, como despesas administrativas etc.

Perguntei o que estava acontecendo e o Carlos Alberto Santana da Silva virou para mim, inclusive em uma acareação que teve na Polícia, do Boletim de Ocorrência que eles fizeram contra mim - e ele nem respondeu -, ele chegou em mim dentro da cooperativa e falou assim, apontou o dedo para mim e falou assim: “não fuça nisso pelo bem da tua própria vida” e saiu.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então ele também te ameaçou?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não, disse para eu não fuçar nessas coisas, para não mexer.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em um tom de ameaça, pelo que você disse.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - É, exatamente. Inclusive eu falei nos meus depoimentos, está aqui nos meus depoimentos, falou “não fuça nisso para o bem da tua própria vida”. Eu fui e não fuzei.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, só para dizer que acabou há muito tempo o aparte que V. Exa. tinha pedido no tempo da oradora. Ou V. Exa. usa no seu tempo e continua.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pode passar para o próximo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O próximo inscrito é a deputada Ana do Carmo.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Gostaria só de obter uma informação de Vossa Excelência. Nós aprovamos aqui que as inscrições para pronunciamento seriam até dez e quinze.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Exatamente. Se mais algum deputado presente quiser fazer inscrição e ainda não fez, é importante que faça agora, porque vamos encerrar.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - A pergunta que eu faço é a seguinte: nós temos outros depoentes para serem ouvidos, essa inscrição vale para todos os depoentes?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, para cada depoente. No início do depoimento a pessoa tem uma hora para se inscrever, para tornar a coisa bastante democrática.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Queria informar que estamos encerrando as inscrições para as perguntas para esse depoente.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Eu quero passar o meu tempo para o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu vou voltar nessa questão que a Marcia Lia e o deputado Roque já perguntaram. O senhor era o administrador, o senhor estava temeroso e se negou a abrir essa conta paralela, porque no seu entendimento esses valores de comissões não eram para comissões de venda, eram comissões além, seriam as bolas gordas, é isso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Como eu já disse ao nobre deputado Roque Barbieri, por exemplo, a venda em que eu citei o município de Barueri, não sei quem é o agente receptor, se é que o senhor me entende, mas em uma venda de 125 mil, emitir 74 mil de comissão, a bola gorda já está caracterizada. Emerson Girardi e Cassio Chebabi, ambos, juntos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Emerson Girardi então participava também de todos os processos?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Participava dos processos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse, em algum momento, que discordava de pagar propina?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Disse e está gravado em áudio. Era comum eu dizer isso e comecei a gravar. No áudio que a polícia apreendeu, em uma das reuniões eu falo: “Pessoal, vocês já sabem a minha posição, eu sou contra o pagamento de propina”. Deixo bem claro. E tanto era comum eu falar isso que o senhor vai ver nessa gravação que eles nem brigam comigo, nem falam nada, porque eu sempre repetia a mesma frase.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então você sabia que essas comissões eram propinas?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - A partir de 2014, de março mais ou menos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você soube que essas comissões não eram comissões, eram propinas.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - É, está no áudio.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Comissão é quando você paga o vendedor, ele vai vender e você fala “o seu salário...”

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Isso aí é normal, qualquer empresa faz isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas você sabia que essa bola gorda era propina.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Era propina, está bem explícito no áudio.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É que nós não tivemos acesso.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Ah, entendi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Esperamos que venha até esta Casa, para que possamos ouvir, até para ter a verdade no ambiente.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - No áudio está assim, o Cassio Chebabi fala assim, eram uns meses difíceis financeiramente para a cooperativa, ele deixa bem claro: “Vamos parar de pagar bola gorda, porque é muito difícil justificar toda essa saída de dinheiro, então vamos começar a pagar uma bola mais magra”. Ele ainda sugere o percentual das bolas. Está tudo no áudio. Eu falo: “Vocês já sabem a minha opinião, eu sei que o mundo não é perfeito, mas eu sou totalmente contra o pagamento de propina”. Aí o César fala: “Tudo bem, nós já sabemos a sua posição”. Aí o Emerson: “Ah, mas você fica falando isso toda vez, não vai mudar o mundo”. Está no áudio.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como é? Vai mudar o...

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não vai mudar o mundo se ficar falando isso aí, está bem explícito no áudio.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O César?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O Emerson Girardi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, na verdade, havia um conluio muito forte entre o César, entre o Cassio...

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O Emerson.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Carlos, o Emerson e o Carlos Luciano Lopes?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Falo assim, participavam do esquema criminoso: Cassio Iziqhe Chebabi, Carlos Alberto Santana...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fale mais perto do microfone.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Cassio Iziqhe Chebabi, Carlos Alberto Santana da Silva, César Augusto Bertholino Lopes, Carlos Luciano Lopes. Cassio Chebabi, Carlos Alberto Santana, Emerson Girardi, Carlos Luciano Lopes... Eu falei o Cassio, o Carlos Alberto, o Carlos Luciano Lopes, o Emerson Girardi e o César Augusto Bertholino Lopes. São os cinco nomes que falo que participam do conselho criminoso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então esses são os principais aí, não?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Isso. Vou falar a verdade para o senhor, era o conselho criminoso mesmo.

O SR. - Quadrilha?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - É uma quadrilha. Ou uma quindrilha, porque eram cinco.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E o que o senhor sabe do Marcel?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu não tinha conhecimento dos lobistas. Até então eu nem citei Marcel. Todos os meus emails foram

apreendidos pela Polícia. Eles pegaram todos os emails lá. Meus emails, pelo que sei no andamento da investigação, nem têm Marcel. Eu nem tinha conhecimento do tal Marcel. O contato do Marcel, eu descobri que tinha tal Marcel depois que a operação já estava na segunda fase, e eu vi pela televisão que tinham prendido o tal Marcel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tudo bem. E sobre os bens do Chebabi, em especial sobre a fazenda. O que você sabe?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu tenho conhecimento que ele tinha umas fazendas, sim, lá em Tocantins. Uma ou duas. Mas não sei dizer a quantidade e valores dessas fazendas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor tinha alguma sociedade?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não tinha nenhuma sociedade, inclusive no depoimento...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Falaram que o senhor é fazendeiro também.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Vamos lá. No dia 19...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que está lá em Tocantins?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Olha que interessante. Vamos pegar o inquérito inteiro. Fui e denunciei os cidadãos lá. OK, legal. No dia 19 os cidadãos são todos presos. Certo ou não? Concorda? Aí você começa a ler a declaração dos cidadãos. Você pega a do Cassio. Nem lembrou do João Roberto. Aí você pega do outro, nem lembrou do João Roberto. Você pega do Adriano Miller, que eu nunca vi na minha vida, falou que eu tinha comprado uma fazenda com o Chebabi lá em Tocantins. Aí você pega a do Carlos Alberto Santana da Silva, nem lembra de mim e falou que eu comprei uma fazenda em Tocantins. Ou seja, dos seis depoimentos, dois citaram meu nome só, e os outros quatro nem lembraram que eu existia, e os dois falaram que eu

tinha comprado uma fazenda em Tocantins. Eu tive acesso ao documento, já pedi - como chama aquele teste, esqueci - o teste grafotécnico e a assinatura não é nem minha.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E as empresas que vendiam para a Coaf? Quais eram?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Empresas? Na verdade, elas não vendiam. Vamos dizer assim, elas industrializavam, porque a cooperativa comprava laranja do grande produtor. Entendeu ou não?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem eram esses 10 produtores, o senhor sabe?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não sei os nomes. O Sérgio Gazeta, junto com o Carlos Luciano Lopes, vai conseguir identificar todos os nomes dos grandes produtores.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É só Sérgio Gazeta?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Sérgio Roberto Gazeta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sérgio Roberto Gazeta.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - É, ele comprava dos grandes.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você acha que esses grandes sabiam que, em tese, estavam fraudando, porque era vendido como se fosse produto agrícola, da agricultura familiar e ele vendia um produto que não tinha sua origem.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu acredito que sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor acha que os grandes produtores também sabiam?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu acredito que sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Havia vantagem nisso, para a cooperativa comprar do grande e...?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu sou administrador. Faço cálculos de custo. Se eu vou lá e compro de um pequeno produtor um pé de laranja, vai sair um preço. Se eu vou ao grande produtor e compro mil pés de laranjas, o custo vai o quê? Diminuir. Certo ou não? Concorda? Então assim: se o meu custo no pequeno produtor é um real o suco de laranja, no grande produtor ele cai para 0,70, 0,65 centavos. E o preço de venda era calculado como se tivesse comprado do pequeno produtor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Esse negócio do estudo bromatológico, o que é isso aí?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu não sei explicar exatamente do que se trata. Já é mais um conhecimento técnico da área química. Talvez uma pessoa que orientaria melhor o senhor acerca desse assunto, porque não sei exatamente do que se trata, é ou o Carlos Luciano Lopes, que ele participava desse negócio de fazer esse estudo, ou o Cunha, que é o técnico em química da cooperativa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Cunha?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Cunha. Paulo Roberto Cunha.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Paulo Roberto Cunha?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Falou Cunha, nós pensamos que é outro aí de repente. E o Joaquim?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Joaquim?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É, que fazia o exame bromatológico.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu nem sabia que o Joaquim fazia o exame bromatológico.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor sabe quem é o Joaquim?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu vi depois pela televisão que ele foi preso. Mas eu também não o conheci igual o Marcel. Eu nem sabia desse cidadão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor acha que... O senhor disse que a maioria dos contratos tinha propina. É isso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - A maioria tinha, porque se você começar a identificar os cheques, se pegar os extratos, vai ver um monte de cheques de saída após o recebimento das prefeituras.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Após?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O recebimento. Recebia da prefeitura, emitia o cheque nominal para o vendedor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Era automático?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Praticamente nos 11 meses que eu trabalhei lá, mais necessariamente de março para cá, e quando fui fazer o fechamento de 2013 comecei a identificar: entrou 10 mil da prefeitura, saiu o cheque de tanto, entrou "x" e saiu tanto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Normalmente quantos dias após?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Depende. Uns eram meio nervosos, tinha que ser no outro dia, não?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como assim meio nervoso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Já recebeu, já paga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Automático assim?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Havia uns meio...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E se não pagasse?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - De acordo com o César, não?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E se não pagasse?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não sei te falar. Diz aí, até acompanhei ontem pela televisão, que o César não veio. Assisti o SPTV aqui e falou que ele não veio, que ele está sendo ameaçado. Diz que essas ameaças seriam desses caras que estavam cobrando os cheques dele. Mas eu não sei te informar. O senhor vai ter que perguntar isso para o César.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Além de cheque, como é que era pago esse...?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Cheque nominal ao vendedor, igual o já explicado. Emitia o cheque para o César, emitia o cheque para o Emerson, emitia o cheque para o Cassio Chebabi. O Cassio Chebabi tem um monte. Emitia o cheque para o Carlos Chebabi, eles iam e sacavam lá no Bradesco, ou no

Banco do Brasil. Pegavam o dinheiro, entregavam em espécie, até eles estavam indo fazer um pagamento, pelo que vi na investigação, e a Polícia prendeu - acho - que 90 e poucos mil. Então eles iam e descontavam o cheque e levavam o dinheiro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E havia nota disso aí?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Nenhuma. Inclusive no áudio eu falo para eles: “Ó, pessoal, vocês estão fazendo um negócio que vocês não devem fazer, né?” Porque vocês têm que justificar. E o Cassio fala: “Tem que justificar”. Aí o Sérgio os orienta como têm que proceder.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como é que teria?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Fazer um contrato de prestação de serviço, de representação da área comercial. Essa pessoa emitiria a nota fiscal da cooperativa, a cooperativa faria o pagamento desse cidadão, que emitiria nota e ficava um contrato como se fosse um prestador de serviço.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em vez de cheque, às vezes era pago em espécie?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Uma vez só vi o Emerson Girardi saindo com uma sacola cheia de dinheiro da cooperativa. Isso eu vi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual valor?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Acho que eram 70 e poucos mil reais, tudo em nota de 100. Eu vi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tudo bem. Houve um problema financeiro da cooperativa com um banco, que aí começou só ser feito somente pagamento em espécie?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - No período dos 11 meses que eu trabalhei lá, porque eu era muito chato, não teve tão problema grave. Chegou a voltar alguns cheques sem fundo, inclusive o meu. Mas conseguíamos administrar isso aí, sim.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, só para...
Desculpe-me, pode concluir.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Essa sacola de dinheiro ia para onde lá do Emerson? O senhor sabe?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu não sei qual é a cidade, mas diz ele que era para pagamento de alguma...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O tio dele, o que você sabe do tio dele?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Oi?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que você sabe do tio dele?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Tenho pouco conhecimento sobre o tio dele. Até então, pode ver que várias pessoas que foram presas depois, eu não citei, que realmente não tinha conhecimento, porque como eu era um funcionário interno, eu sei que o tio dele, se não me engano Celso Sebastião, não sei, ele tinha um contato com Sebastião, mas não sei informar qual era o caráter desse contato, e eu nunca vi, inclusive, o Sr. Sebastião na cooperativa.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vossa Excelência já quer usar seu tempo? Porque já esgotou o tempo da deputada...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pode passar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então próximo a falar, deputado Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. João Roberto Fossaluzza, eu vou tentar aqui manter o meu foco desde o início da CPI. Eu ainda acho que nós estamos chegando, estamos nos aproximando dos principais atores da trama. Há uma disputa de narrativa política aqui, que é natural de uma CPI. Eu gostaria só, deputada Ana do Carmo, só para eu poder me concentrar aqui. Há uma disputa de narrativa, Sr. Fossaluzza, que é uma, que ela pode até ter êxito, é uma tentativa aqui de que esse esquema de corrupção está claro, está provado. Não vou nem ficar perguntando detalhes, que para mim está claro: o Sr. Cassio Chebabi, mais o Sr. Marcel, mais alguns comandavam um esquema de corrupção. Outros assistiam, omitiam-se e alguns se indignavam, que é o que você retratou a seu respeito e denunciou o esquema.

Aí há uma tentativa de dizer o seguinte: “Olha, esse é um esquema pontual, dinheiro do governo federal, dinheiro do Governo do Estado, do município, mas uma corrupção pontual.” É uma corrupção em que o Sr. Cassio Chebabi mais a sua turma usam nomes de políticos, agentes públicos para poder superfaturar, para justificar para os santos dos seus funcionários administradores que eles têm que superfaturar, têm que fazer caixa 2 para pagar os políticos que os chantageiam. Ou seja, é uma cadeia de oprimidos. Percebe? E também o pobre do político deve estar sendo chantageado pelo seu eleitor, ou chantageado pelo seu assessor. É uma cadeia de oprimidos. Aqui então querem interromper. O governo quer interromper essa cadeia: olha, a corrupção é do Cassio para baixo. E vocês parecem que estão vindo aqui, meio que contribuindo com essa tese. E às vezes os deputados aqui ajudam porque ficam perguntando detalhe disso. Para mim, não temos que saber mais de detalhes. É um bando de ladrão que havia ali, porque em uma licitação de 140 mil em que se paga 70 de comissão, deputado Barros Munhoz, não é nem ladrão. Não há adjetivo que qualifique tamanha corrupção, tamanho exagero.

Agora, esta narrativa, em minha opinião, terá pouco sucesso: de que o Sr. Cassio e o Sr. Marcel usavam os pobres dos agentes políticos, de prefeitos, de assessores, para justificar a roubalheira que eles faziam. Há um ditado no interior que fala que jabuti não sobe em árvore, deputado Barros Munhoz. Ou houve enchente, ou alguém o colocou lá. Então, ninguém rouba sozinho.

Eu acho que está sendo muito produtivo. Eu peço até aos meus companheiros, que têm a mesma intenção de investigar, que sejamos mais... Como vou dizer, para não ser agressivo, aqui? Sejamos mais simples, mais objetivos e mais resolvidos no que nós queremos. Para mim, o que cabe à Assembleia é desvendar a participação dos agentes políticos, sim, como principal objetivo desta CPI - sejam eles deputados, prefeitos, sejam eles do governo estadual ou do governo federal, deputado Barros Munhoz. Se o MDA também contribuiu, veio aqui para fiscalizar e fez vista grossa, que se chame o fiscal de cada contrato que houve aqui. Para mim, não há problema nenhum com isso. E mais: acho que temos que partir para os agentes políticos municipais, também.

O Sr. Adriano disse que ele tratava o contrato de Barueri com o prefeito e com a secretária de Finanças. Em minha opinião, já antecipo verbalmente: temos que convocar o prefeito de Barueri e a secretária de Finanças.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - De acordo. Plenamente de acordo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Da mesma forma, nós temos que ouvir todos aqueles agentes que são envolvidos, porque, para montar... Acho que V. Exa. compreende, deputado Barros Munhoz, onde eu quero chegar. Não é nenhuma crítica direta, até porque respeito as disputas de narrativas que há. Aqui há técnica, há política, mas também há disputa de narrativa ideológica - e é da vida política.

Agora, eu não vou aceitar essa história de que o Sr. Cassio e o Sr. Marcel comandavam o esquema sozinhos. Vez ou outra, podem ter usado isso, sim, para ludibriar, para enganar os seus servidores que trabalhavam ali e administravam a cooperativa? Sim.

Então, João Roberto, acho que você deu a sua contribuição. Você fez a sua denúncia. Há detalhes. Há contradições que a polícia apurou. Agora, espero que o Ministério Público Federal, de fato, dê continuidade. A minha pergunta é objetiva. O senhor se lembra? O senhor ficou até 2014, de 2011 a 2014. É isso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Trabalhei lá só por um período de 11 meses.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Mas, teve acesso. Por exemplo, você se lembra de qual era o montante do contrato de 2011 com o Governo do Estado?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não tenho essa informação. Sendo bem sincero...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - De 2012?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Também não tenho essa informação.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - De 2013? Mas, o que você fazia lá?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu entrei em setembro de 2013 e saí em agosto de 2014. Certo ou não?

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Certo, mas você deve...

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Por 11 meses eu trabalhei lá.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Tudo bem. Eu entendi. Agora, você não se lembra do montante do valor de contrato? A minha pergunta é simples. Houve uma evolução de 2011 a 2014, por exemplo?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Pelo que eu lembro, na época em que eu trabalhei na cooperativa, não houve... Não fechou contrato com o Governo do Estado. Não houve contrato com o Governo do Estado. Não estou entendendo a pergunta do senhor. No período em que eu trabalhei lá, houve, posterior à minha saída... Aí houve, mas...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Houve, posterior à sua saída?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Houve, posterior à minha saída...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - E a evolução do montante de dinheiro da cooperativa? Então, refiro-me a todos os contratos, ali - sejam com prefeituras, com o governo federal ou o governo estadual. Houve uma evolução muito grande de 2011 para 2015?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Tinha gente que, quando chegava o faturamento de 2011, 2012, 2013, 2014... Mais que escalonar... O faturamento da cooperativa, ele alavancou mesmo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - E não é estranho uma cooperativa tão mal administrada, que tinha tanto esquema de propina, ter tanto êxito administrativo, tanto sucesso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Deixe-me falar um negócio para o senhor, nobre deputado. Primeiramente, eu não estou aqui para proteger ninguém. Certo? O senhor vai concordar comigo que não se frauda um certame licitatório sem ambas as partes concordarem. Concorda, ou não?

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Perfeitamente.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Acontece que, infelizmente, eu não sei o nome desses agentes públicos. Eu estou sendo bem sincero. Eu não tinha contato com eles.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Eu não vou nem insistir, porque eu entendi. Sabe o que eu acho? Eu acho que nós estamos evoluindo. O que nós precisamos é adiantar a presença desses agentes. Queremos saber se, de fato, é uma cadeia de pobres oprimidos ou um esquema tradicional, completo, de corrupção, típico do sistema brasileiro, dessa hipocrisia.

Chamam de “vendedores”, na verdade, lobistas. Você não vende. Vendedor é outra coisa. Vendedor não disputa licitação, deputado Barros Munhoz. Quem sai por aí vendendo remédio, vendendo não sei o quê, vendendo roupa, não disputa licitação. O nome tem que ser outro. Eles são lobistas. Eram lobistas que faziam isso.

Então, eu estou satisfeito. Tenho perguntas, aqui, mas não adianta. Você já respondeu todas, dizendo que não vai contribuir. Você ouviu falar em Jéter. Você ouviu falar em Moita. Você já disse: “Isso não é comigo. Fiz a minha parte. Provei que havia corrupção ali.” Agora, o resto é conosco. Eu estou satisfeito com o depoimento e repito: estou ansioso, Sr. Presidente, para que entremos logo nos agentes políticos. Só assim a CPI poderá dar uma contribuição para além do que já foi apurado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O próximo na lista, que está presente, é o deputado Delegado Olim. Antes de passar-lhe a palavra, digo que existe, sem dúvida nenhuma, a participação de agentes públicos nesse esquema de corrupção. Não há nenhuma dúvida, nobre deputado João Paulo Rillo. Estamos plenamente de acordo com isso. A nossa grande dificuldade - e acho que é isso que esta CPI tem que tentar - é identificar quem são esses agentes. Compactuo com a sua opinião. Não importa de que nível de governo seja. Temos que identificar e punir.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E sem pressa. Não é, Sr. Presidente? A CPI tem um tempo adequado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O problema não é de pressa. O problema é que a CPI tem um prazo de duração e nós vamos tentar investigar o mais rápido possível - é claro, não deixando de fazer a investigação que tem que ser feita.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sem atropelar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sem atropelar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Se me permitem, só pela oportunidade, eu ouvi hoje pela manhã um programa dizendo que esta Casa não faz nada, etc., etc., etc. Infelizmente, há uns totalitários que não acreditam na democracia. Esta CPI, concordando plenamente consigo, deputado João Paulo Rillo, de quem discordo com muita frequência - e V. Exa. discorda de mim, também, com muita frequência... Mas, eu concordo muito com as suas ponderações mais aprofundadas. Esta Casa já fez mais do

que a Polícia Civil de São Paulo e o Ministério Público em um ano de apuração. Esta CPI já fez mais.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para concordar com o deputado Barros Munhoz: inclusive, a Procuradoria de Justiça.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Primeiramente, quero cumprimentar todos os deputados presentes.

Sr. Presidente, vou fazer duas perguntas rápidas a esse cidadão, o Sr. João Roberto. Depois, eu cederei o restante do meu tempo para o deputado Barros Munhoz.

Rapidamente, Sr. João Roberto, eu queria perguntar para o senhor: o senhor esteve lá por 11 meses nesse local, como administrador? Não é isso?

Responda perto do microfone, por gentileza, que eu quero ouvi-lo. Sim ou não?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Onze meses.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Onze meses? Nesses 11 meses em que o senhor esteve lá, esses quadrilheiros todos... O senhor deu o nome de todo mundo. O senhor alcaguetou todo mundo. São todos quadrilheiros, para mim. Todos levaram cheques. Levaram dinheiro. Levaram um volume de dinheiro grande e não lhe pagaram. Não é isso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Levaram um volume de dinheiro grande.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Isso. Em algum momento desses 11 meses... Isso já foi perguntado, mas eu quero só ouvir isso. Sim ou não? O senhor ouviu, entre eles, que foram lá: “Olha, eu vou levar o dinheiro para isso ou para aquilo.” O que o senhor ouviu? Alguém levou algum dinheiro para algum... Não tirando o que o senhor já falou da Prefeitura de Bebedouro... Levou dinheiro para algum deputado? O senhor

ouviu falar de algum deputado nessa época, nesses 11 meses - qualquer deputado que seja, ou federal, ou estadual, qualquer um?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu estou sendo bem sincero. Parece que eu não quero falar.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Eu queria só que o senhor respondesse.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu não sei. Eu não tenho conhecimento de nenhum...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Não se falou o nome de nenhum deputado?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não, porque nas reuniões internas não era passado para nós para quem era o destino dos cheques.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Mas, o senhor esteve com os quadrilheiros, mas eles nunca falaram para o senhor?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Quando eles me convidaram para participar do esquema e eu não aceitei... Isso está até nos áudios que eu gravei.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Certo, certo.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Aí, não falavam os nomes para mim. Eu nem tinha conhecimento. Eu nem sabia que existia o tal do Marcel, para o senhor ter uma ideia.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Não, eu não perguntei do Marcel. Eu perguntei se o senhor ouviu os nomes de alguns deputados?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não, nenhum. O único agente público que eu citei foi com base em prova.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Qual foi o agente?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - É o de Bebedouro. Há, inclusive, o e-mail, aqui. Depois, posso passar...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Bebedouro ou Barueri o senhor citou?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Quanto a Barueri, foram os cheques que foram emitidos para o Emerson Girardi.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Para Barueri?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Isso.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Foi o único, para a Prefeitura de Barueri. É isso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - É, mas eu não sei quem é o agente receptor.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Tudo bem. Mas, o senhor só o citou. Está bom. Bebedouro, também? O senhor falou da Prefeitura de Bebedouro? Não começou, também?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O de Bebedouro eu sei o agente receptor, porque ele foi à cooperativa.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Então, é isso o que eu queria saber.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - E eu tenho prova de e-mail, que nós trocamos.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Para os dois? Barueri e Bebedouro?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não, o esquema, no áudio... Eu não sei os agentes receptores.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Certo, eu entendi.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Mas, o esquema havia em Barueri, em Americana, em Novais.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Tudo bem. Mas, dessas pessoas que iam lá com o senhor, nunca entrou nenhum deputado? Nunca entraram lá e disseram: “Olha, eu preciso de um dinheiro, porque eu preciso dar uma parte para alguém.” Nunca? Assessor ou nada?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Nem deputado, nem o nome dos agentes receptores.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Tudo bem. Essa pergunta, está bem... Ontem estive aqui o Sr. Carlos Luciano e ele aparece em uma foto, mostrada aqui pelo pessoal, com um monte de dinheiro na mão. O senhor estava lá nessa época. O que era esse dinheiro?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu não trabalhava mais na cooperativa nessa época.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Não trabalhava?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não trabalhava. Essa foto é de 2015. Eu saí em 2014.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O senhor soube dizer o que seria ou nunca ouviu falar?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Nunca ouvi falar... (segue Pedro)

João Roberto Fossaluzza Junior

Nunca ouvi falar; não sei do que se trata. Segundo diz a própria televisão...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Como o senhor pagava os salários dos funcionários?

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Adilson Rossi.

* * *

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Com cheque.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Não era em dinheiro?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não; dos 11 meses, se tivermos pagado um mês em dinheiro, foi muito.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Nenhum era pago em dinheiro?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Muito pouco. A maioria era cheque nominal aos funcionários. Até então, os cheques...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Mas a cooperativa podia dar os cheques?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Para o salário, pode. Não há problema nenhum.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Em dinheiro, vocês nunca pagavam?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Chegamos a pagar uma ou duas vezes.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Então aquele volume de dinheiro do qual ele falou ontem aqui era mentira? Aquele dinheiro era para outra parada?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Aquele volume de dinheiro não era para pagar salário.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Sr. Presidente, estou satisfeito. Parabéns. Passo o restante do meu tempo ao deputado Barros Munhoz.

O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB - Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Posso ver o email?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Depois o senhor me devolve, por favor. Está na minha pasta. É de trás para frente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Podemos tirar cópia?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Vou passar para o senhor. Se o senhor puder tirar cópias. São dois boletins de ocorrência...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, ele está deixando esses documentos para tirar cópia.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Dê aqui, pois ele vai tirar cópia já para o senhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, quero saber do depoente o seguinte... Nós concordamos em fazer essa CPI e entendemos que excepcionalmente ela era necessária. A maior parte das CPIs requeridas não são necessárias. Aceitamos essa

porque talvez pudesse haver uma máfia da merenda, mas certamente não uma máfia do Governo do Estado. E aqui mais uma vez estamos confirmando isso. Então, eu gostaria de fazer uma pergunta bem objetiva: do montante de faturamento da Coaf, quanto representavam as prefeituras e quanto representava o Governo do Estado? Tenho aqui os contratos da Coaf com o Governo do Estado: em 2011, dois milhões de reais; em 2014, 238 mil reais; em 2015, 11 milhões de reais. Portanto, são 13 milhões no total, em quatro anos. Vamos imaginar que sejam três milhões por ano. Quanto seria o faturamento das prefeituras nesse faturamento?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Posso falar o faturamento aproximado de 2013, ano em que eu faria o fechamento financeiro e contábil da cooperativa, e não fiz. Faturou, em média total, aproximadamente 15 milhões em 2013. Não tenho exatidão nesse número.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Em 2013, não houve faturamento do Estado.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não houve.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Foram 15 milhões para as prefeituras. E zero para o Estado.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Vamos falar assim: de 3% a 5%, vendo direto para o varejo, para rede de supermercado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Varejo - 3% a 5%. E 90% para as prefeituras.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então 90% da venda da Coaf é feita para as prefeituras.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - É isso aí. Em 2013, foi isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Que pena que o senhor não deixou a imprensa participar disso... O senhor está prestando um grande serviço a São Paulo, deveria fazer isso junto à imprensa. A imprensa precisa saber disso e o povo também. Para mostrar qual foi a mutreta. De quem essa quadrilha instalada em Bebedouro, na Coaf, mais roubou. Não foi do estado de São Paulo, graças a Deus. Não foi do Governo do Estado, mas das prefeituras. E para que se tenha ideia, há um caso em que, numa venda de 120, foram cobrados 74. Para vermos aonde fomos parar. Essa é a informação mais importante que eu gostaria de ter. O Carlos Alberto Santana, então, na realidade era íntimo e participava de tudo que era feito de errado lá?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Doutor, ele era o vice-presidente da cooperativa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Conheço vice-presidente que é só vice: não faz nada, não apita e nem pode entrar no lugar. Eu quero saber o seguinte: ele era partícipe dessa quadrilha?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Ele era partícipe da quadrilha. Até então, ele era o cara que fraudava todos os projetos de venda. Quero deixar bem claro a todos os senhores que todos os projetos foram ideologicamente falsos, porque as Daps eram irregulares. Não se comete um crime de fraude sem a participação do outro lado - o senhor concorda comigo. Então, houve participação efetiva do agente público, da prefeitura.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Do poder público?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - É, do agente público em geral. Por exemplo, só o fato de você não seguir uma regra que está na legislação da chamada pública... Posso dar um exemplo?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pode.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Algumas cidades... Está tudo citado aqui já: Paraíso, Novais... A própria cooperativa, em Novais, fornecia os três orçamentos: um assinado pelo Cassio; outro, pelo Carlos Alberto; outro, por outro funcionário da cooperativa. Você não vai concordar comigo que houve efetiva participação de agente público?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso é discutível. Na Petrobras também não teria havido roubo se não houvesse participação dos agentes públicos. Isso é evidente, inquestionável. Nem precisa perguntar isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Concordo com V. Exa., assim como no “trensão” em São Paulo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nobre depoente, eu queria saber o seguinte: o Chebabi tem participação política em Bebedouro?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não sei responder a essa pergunta.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor não mora lá, então?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não é isso. É que não sei mesmo qual é a efetiva participação política dele na cidade.

O SR. MARCOS ZERBINI - PSDB - Me permite um aparte, deputado? O senhor sabe para quais parlamentares ele faz campanha na cidade?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu não tinha esse tipo de informação. Posso dizer ao senhor que tanto o atual gestor do município quanto um dos candidatos da oposição tinham um bom relacionamento com o Chebabi. Vou falar os dois nomes: Fernando Galvão, atual prefeito de Bebedouro, e Gustavo Spido, então candidato à prefeitura. Ambos tinham um bom relacionamento com ele. Vocês vão comprovar o que estou falando, pois está no inquérito nos anexos, em que eu falo assim:

“foi combinado - pelo menos de setembro de 2013 a agosto de 2014, quando eu participei da cooperativa - que a Coaf venceria todas as chamadas que disputasse em Bebedouro”. Então, se você olhar de setembro de 2013 a agosto de 2014, vai ver que estou falando a verdade. Você vai ver que todos os itens que a cooperativa disputou, ela ganhou. Chega a ser ridículo. Estou dando exemplo. Em um chamamento, o Carlos Alberto fez um orçamento proposital e não assinou. Está lá nos anexos do inquérito. E juntou um outro orçamento, com todos os itens iguais - banana, mandioca, tomate. O da Coaf eram 10 centavos; o da outra, 12. O da Coaf, oito centavos; o da outra, nove...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor estava dizendo que a Prefeitura de Bebedouro participava das fraudes.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Sim. É só o senhor olhar nos anexos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vou olhar. Aqui não é nem a Polícia Civil nem o Ministério Público. Aqui é a Assembleia Legislativa de São Paulo.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Vossa Excelência me concede um aparte? O depoente tem conhecimento de um eventual galpão que a Coaf teria construído com dinheiro do estado?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Isso é um projeto cujo título não lembro. “Microbacia” - isso. Esse projeto se iniciou no final de 2013 e começo de 2014. Estou falando do projeto técnico, em que você faz todas as especificações técnicas e tudo mais. Porém, até agosto, quando saí da cooperativa, ainda não tinha sido aprovado.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Esse galpão seria a sede da Coaf - essa era a ideia?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Seria a sede da Coaf. Depois que eu saí da Coaf, houve a aprovação, e eles iniciaram a construção.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Você não tem conhecimento do que foi feito, quanto foi gasto?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não, porque isso foi posterior à minha saída. Não tenho informação desse galpão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu só insistiria em saber: aquele funcionário da Coaf e da Secretaria, que era importantíssimo no esquema, pois dava o documento falso que permitia à Coaf participar das coisas: qual é o nome dele mesmo? Carlos Eduardo, Carlos Alberto?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Carlos Eduardo. Esse nome eu não citei na minha denúncia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas o senhor falou aqui que...

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu não tinha efetiva certeza se ele era o emissor das Daps. Ele era sim diretor da cooperativa e funcionário da Cati ao mesmo tempo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem é esse?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Carlos Eduardo.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Carlos Eduardo do quê?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Carlos Eduardo da Silva.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Carlos Eduardo da Silva.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Na minha época, ele era diretor estatutário da cooperativa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor sabe se ele foi afastado da Secretaria da Agricultura quando eclodiram esses fatos?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não sei.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele está presente e é o próximo a ser ouvido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então está ótimo. Bom, eu acredito que terminei o tempo do deputado...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Na verdade ainda não terminou e V. Exa. ainda tem mais o seu.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu gostaria de perguntar o seguinte. Eu sou de uma cidade um pouco menor do que Bebedouro. Quadrilhas como essas são difíceis de serem vistas, porque é muito arrojo, é muito desaforo. Enfim, é uma coisa bárbara.

Pergunto, isso não era de conhecimento da cidade?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Foi uma surpresa para todo o município. Inclusive porque alguns cidadãos que lá trabalhavam faziam projetos sociais na cidade, eram pessoas, tecnicamente, do bem. Está certo, ou não?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sei.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Realmente, a cidade não tinha o conhecimento de que aquela cooperativa era uma efetiva fraude. Uma

organização criminosa. O senhor vai me desculpar, mas é uma organização criminosa lá.

A cidade não tinha conhecimento dessa informação. Até no dia em que a operação foi deflagrada, a cidade ficou...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor tem a informação de todas as prefeituras que tinham negócio com a Coaf, e de que esses negócios eram motivados por propina?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu citei alguns municípios.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas o senhor citou poucos. O senhor sabe mais. Quais são?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu vou tentar lembrar. Novais, Paraíso, Bebedouro, Barueri, Americana, Santos, acredito eu que Campinas, São Bernardo do Campo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Por favor, a Capital de São Paulo?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Na época em que eu trabalhei lá não foi vendido nada para a Capital.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E antes ou depois?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não, que eu tenha conhecimento, também não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Havia uma divisão de áreas de atuação entre a Coaf, a Coperagrosol e outras empresas? Havia uma divisão? Tais ficam com tais cidades e tais ficam com tais cidades?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não falei em meus depoimentos, mas, em junho ou julho de 2014, uns dois meses antes de eu sair, eu tive conhecimento dessa informação. Tinha uma relação de municípios. Em cada cidade cada cooperativa iria atuar. Tinha, sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Já veio essa informação para cá, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Chegou essa informação aqui para a CPI?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O que foi falado ontem sobre a planilha? O depoente de ontem disse que ia trazer uma planilha de divisão de cidades. O que cabia... Era Coperagrosol, não é?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu acredito que ainda não, deputado, porque ele ficou de passar por e-mail hoje para a comissão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Era importante cobrar.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Deputado, se não me engano, é Coagrosol.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É a Coagrossol. E qual mais que dividia áreas com a Coaf?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eram três cooperativas, a Coaf e a Coagrosol. Da terceira eu não lembro o nome. É um nome mais curto. Eu não lembro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Seria Cocer?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Isso. Exatamente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Como chama? Cocer?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Cocer.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - É Cocer. Exatamente. Uma não invadia a cidade da outra. É isso aí.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Uma não invadia a cidade da outra. Elas atuavam combinadas?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Cartel. Pronto.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Cartel das cooperativas?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Cartel das cooperativas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor acha que nesse cartel haveria participação do Poder Público também?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu acredito que sim. Eu só não posso afirmar como era a forma que a Coagrosol trabalhava.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A que se dava lá?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Mas que tinha, que eu vi essa planilha em junho ou julho de 2014, eu vi.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Em todas essas cidades que o senhor mencionou havia propina? Ou bola gorda, ou bola murcha, ou bola magra, havia?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Havia as bolas. E tinha. O nobre deputado falou que não tinha participação. Tem que haver a participação do agente público, senão não consigo fraudar o processo de licitação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito. Muito bom.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Quero registrar a presença do nobre deputado Jorge Caruso, também membro desta CPI.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então os chefes maiores eram o Cassio, o Carlos Alberto Santana, o César Bertholini e o Emerson Girardi. O Carlos Luciano também?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Também, porque ele era comercial.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E o Sergio Gazeta também?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O Sergio Gazeta é comprador de laranja.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Comprador de laranja. Então ele participava da outra ponta da mutreta?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Das compras. Ele, o Carlos Luciano Lopes e o Carlos Alberto Santana da Silva.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Carlos Luciano Lopes e o Carlos Alberto da Silva?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Isso, os três.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor teria alguma coisa a mais a acrescentar, abrindo, nos ajudando? Em primeiro lugar, João, gostaria de lhe dar os parabéns pela coragem de ter feito o que fez.

Em segundo lugar, dá para ver que... Assim como eu percebi que os delegados estavam prevaricando, estavam omitindo a verdade, estou percebendo que o senhor está falando a verdade. Pelo menos, é o meu sentimento.

Ajude-nos. É uma coisa importante. Afinal, nós estamos falando não de merenda - como politicamente se explorou -, mas é de suco de laranja. É um componente da merenda. Enfim, é uma coisa altamente criminosa.

O senhor já ajudou, está ajudando. Ajude um pouco mais. Diga-nos um pouco mais o que o senhor sabe. Eu tenho certeza de que o senhor pode nos ajudar mais.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O que eu tenho de conhecimento de informação se baseia mais ou menos nisso que eu já disse.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mais ou menos. Mas eu queria saber o “mais”. O senhor sabe, João.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu sei, como eu disse aqui em meus depoimentos... Eu não sei tipificar crimes.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Aliás, uma pergunta bem objetiva. Havia venda honesta por parte da Coaf?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito. Todas as vendas da Coaf eram fraudadas?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Cem por cento. Partindo da questão da DAP, já eram ideologicamente vendas falsas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então está bom. Cem por cento fraudadas.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Cem por cento fraudadas. Em nenhum momento quando eu fiz a denúncia também ninguém me intimou a falar o que eu não queria. Foi sempre feito... Eu que fui e falei.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não foi intimidado por ninguém?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não fui. Estou sendo bem sincero. Ninguém me intimidou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nem os delegados e nem os promotores?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Ninguém me intimidou. O dia em que eu fiz a denúncia foi o dia em que eu fui responder o inquérito em que eles me acusaram indevidamente.

Para provar a minha inocência, havia um pen-drive, que comprovava a minha inocência em uma reunião, e parte desse áudio comprovava o esquema de corrupção da cooperativa. Eu fui e denunciei, porque eles estavam pegando no meu pé.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor sabe se foi feita pressão e ameaça a alguns servidores que participaram dessa apuração?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não tenho conhecimento disso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem fala que foi ameaçado não foi?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Conhecendo bem o pessoal da cooperativa, eu acredito que ninguém foi intimidado. Essa é só a minha opinião.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O Carlos Luciano não foi intimidado?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não que eu saiba. Se eu falar que “sim” ou “não”, vou estar mentindo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor sabe que existe um vídeo sobre isso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não sabia. Tem vídeo, mas vídeo com câmera e tudo?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não visualizei, não vi.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu acho que estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O próximo seria o nobre deputado Gilmaci Santos, que não está presente. Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi, vice-presidente.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Eu gostaria de cumprimentar V. Exa., pela maneira segura com que tem conduzido esta CPI. Parabéns a Vossa Excelência.

Quero cumprimentar os nobres deputados e deputadas, o Sr. João Roberto, e fazer apenas uma pergunta.

O senhor citou um contrato que foi feito com uma prefeitura. O senhor citou até o nome da prefeitura, a cidade, que é Barueri. Foi feito um contrato de 125 mil reais e foi paga uma comissão de 74 mil reais. Portanto, 60% do valor do contrato.

A pergunta que eu faço é a seguinte. Não tenho experiência na área de administração, mas qualquer leigo saberia entender que é impossível você vender um produto, pagar 60% de comissão e obter lucro.

A pergunta que eu faço é a seguinte. O senhor tem algum conhecimento de que esse contrato foi cumprido? O produto foi entregue a essa prefeitura? Ou foi feito apenas o contrato, para tentar legalizar a saída do dinheiro, e com isso oferecer essa... Essa não é nem uma bola gorda, já é um balão, não é?

O senhor saberia me dizer se o contrato foi cumprido, se o produto foi entregue?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O produto foi entregue.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - A pergunta que eu faço é a seguinte. Se o produto foi entregue com esse percentual de comissão paga à prefeitura, certamente foi necessária compensação em outro contrato. É impossível, não é?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Está no áudio do pen-drive. Os senhores não receberam ainda, eu acho, o arquivo em áudio.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você não quer deixar uma cópia para nós desse pen-drive?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - É que eu não o trouxe. Eu achei que os senhores já tinham posse dele.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como o senhor trouxe alguns documentos... Se pudesse deixar isso, é importante também.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Posso remeter o áudio pelo correio?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Lógico. Para a CPI.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - No áudio que eu gravei falam de Barueri. Não lembro se é o Emerson. Está nos meus depoimentos. Ele fala: “Barueri é um esquema muito mal montado; lá você tem que esconder até as cuecas”. Está no áudio.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E também que em Americana era bem montado?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Em Americana era bem montado. Era feito pelo Emerson e pelo Cassio Chebabi.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a pedido do depoente, esta Presidência vai suspender a reunião por cinco minutos.

Está suspensa a reunião.

* * *

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vamos retomar a reunião da presente Comissão. Pergunto ao nobre deputado Adilson Rossi se ele já encerrou. A próxima inscrita é a deputada Beth Sahão, depois tem o deputado Carlão Pignatari. Tem o deputado Alencar Santana Braga, a inscrição dele estava no começo e ele pediu para jogar para o final.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, em função de eu não ter acompanhado a totalidade da fala do depoente, eu vou passar os meus cinco minutos para o deputado Alencar Santana Braga.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Juntados os tempos, tem 15 minutos, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu queria que V. Exa. parasse e contasse os 15 da minha pergunta.

Obrigado, deputada Beth, sempre presente nesta CPI. Quero parabenizar, desde já, a participação do Sr. João Fossaluzza, que tem sido importante para nós. O senhor pode me explicar um pouco como se dava esse negócio do plano de venda dos orçamentos para a cooperativa ganhar concorrência? Como era esse negócio?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Em algumas prefeituras que eu citei, eles faziam de diversas formas. Em uma prefeitura, por exemplo, eles davam os três orçamentos, Coaf, AAOB e Horta Mundo Natural. A cooperativa fornecia

os três orçamentos, o Cassio assinava um, o Carlos Alberto assinava outro. Isso está tudo no anexo do inquérito. Outro funcionário da Coaf assinava o terceiro orçamento. Eles aleatoriamente escolhiam. Então pegava o Antonio, o Pedro, o Paulo. Tem vários nomes diferentes assinando o terceiro orçamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ah, o terceiro. E o Carlos Alberto Santana, assinava?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Assinava o da AAOB, ou da Coaf, empresa de que ele era vice-presidente. Então, em algumas prefeituras se daria dessa forma emaranhada. Por exemplo, posso citar para vocês Americana, Novais, Paraíso. Nessas, a fraude consistia dessa forma. Obviamente tinha participação de agente público, porque senão você não ia entregar três orçamentos assinados pelo presidente e pelo vice-presidente, num projeto de venda que você entrega o ato constitutivo da cooperativa e está lá que um é o presidente e o outro é o vice, e dois orçamentos assinados de CNPJs diferentes. Então, a fraude é ridícula, dá para observar.

Em outras prefeituras, a Coaf entregava o orçamento sozinho, entendeu? Um só. E a legislação - tanto a Resolução nº 26 quanto a Resolução nº 38 -, para você fazer uma chamada pública, obrigatoriamente exige a apresentação de três orçamentos. Uma prévia cotação; ela exige.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso na constituição do preço prévio para poder estar no edital ou após o edital?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Na constituição do preço prévio, que também vai constituir o chamamento público. Quando você faz o chamamento público vai ter os orçamentos. “Ah, mas eu não tenho três cooperativas na minha cidade”. Por exemplo, está lá na resolução, é a Resolução 26 e a Resolução 38 do FNDE. Ela fala assim: “se não tem as três cooperativas, você pode no mercado local fazer os três orçamentos para fazer a constituição prévia de preço”. Então eu posso pegar da Coaf, posso pegar do supermercado do José e da quitanda do Antônio, desde que ela tenha CNPJ. Entendeu ou não? Mas ela exige a apresentação dos três.

Em algumas prefeituras a fraude se caracterizava com a cooperativa dando os três orçamentos, como, por exemplo, Paraíso, Novais e Americana, onde sempre o

preço da Coaf era menor. O preço da Coaf era um real, da AAOD era um real e dez centavos e o da Horta Mundo, um real e vinte centavos. Ou seja, a Coaf sempre tem o menor preço. E aí chegava no dia do chamamento público não ia nem a AAOD nem a Horta Mundo, ia só a cooperativa.

Outro sistema de fraude, que também está lá no inquérito nos anexos do inquérito. Vou dar o exemplo de Bebedouro: chamada pública de 2014. Você vai pegar um orçamento da Coaf sem assinatura. Então lá tem: ovo e tomate: ovo um real; tomate dois reais. Isso está num arquivo lá, não tem nem como falar nada. O ovo está um real, o tomate está dois. Sem assinatura, só com o nome do Carlos Alberto Santana da Silva lá sem assinar, e o do concorrente um só, eram três e tinha só mais um. O ovo que a Coaf colocou um real o concorrente colocou um e cinco; o tomate que a Coaf colocou dois reais, o concorrente colocou dois e dez. Chega a ser ridículo os centavos, porque não deu nem para disfarçar. Põe lá um a um real e o outro a três reais, inverte os valores. Não, daí chega a ser ridículo. Chegou no dia do chamamento público, quem é que vai sozinho? A Coaf.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E você acha que tem participação de agente público nesses casos.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - A fraude já está caracterizada: não cumpriu a legislação, não entregou o orçamento e está superfaturado, porque o preço era sempre superfaturado. Se calculava o custo e era um real, pedia-se para por um markup de 25% para cobrir as despesas administrativas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual que era o custo? Você falou que entrou para ver essa questão de custo. Qual era o custo de um suco lá de 200 ml?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O custo efetivo total do suco de 200 ml é 70 centavos, 65 centavos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quanto?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Era de 65 a 70 centavos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E de um litro?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - De um litro o custo era de uns três e vinte, três e setenta. Não me lembro certinho.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Teve um lugar onde se vendeu por mais do que o dobro do preço?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para entender, esse preço com relação ao preço do produto industrializado, se comprava do grande produtor da indústria ou em relação ao preço do...

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Vamos falar assim, ele pronto na prateleira, já industrializado, já envasado o custo total efetivo do suco...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fala alto no microfone.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Ele já industrializado, já com a compra da matéria-prima. Na prateleira, vamos falar assim, não passava de setenta centavos. Dependendo da oscilação do preço da laranja.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mas se fosse do produtor agrícola familiar seria outro preço.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Seria um real, noventa e cinco centavos. Entendeu? Então, era proposital a compra porque tinha esse ganho de margem percentual. Mas teve prefeitura que chegou a vender suquinho que custa 65 centavos a um real e 89 centavos. E está tudo lá no...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual, por exemplo que vende a um real e 89 centavos?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Campinas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mogi das Cruzes. Foi esse preço também lá em Mogi, não foi?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Mogi, eu não estava lá quando foi a chamada de Mogi. Eu não sei te informar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Parece que foi em um e 89...

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Mas estava lá. E chega a ser ridícula a fraude da questão da DAP, sabe por quê? Se você pegar os projetos de venda, isso aí...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você acha que quem vendeu acima de R\$ 1,40 estava ganhando bem? O que você acha?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O custo é 70 centavos, tem um markup de 100% já. Se você pegar a lista dos projetos de chamamento público, tem as DAPs. Então, você põe o nome dos produtores. Se você for olhar lá nos anexos, eles nem disfarçavam os produtores. Ele colocava produtores de eucalipto como se estive entregando laranja. Quem fazia isso? O Carlos Alberto Santana da Silva. Você pega o chamamento público, em vez de ele por produtor “a”, depois o...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você acha que o Carlos Alberto Santana da Silva atuava muito com o Carlos Eduardo Silva?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Cem por cento.

O SR. - (Pergunta feita fora do microfone - inaudível.)

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu não sei se ele emitia DAP. Ele era funcionário da CAT e diretor da cooperativa.

O SR. - (Pergunta feita fora do microfone - inaudível.)

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Tinha produtor de eucalipto vendendo laranja, tinha produtor de...

O SR. - (Pergunta feita fora do microfone - inaudível.)

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - O projeto de venda está falsificado. E chega a ser tão ridículo que você pega o projeto de venda de qualquer cidade lá está: “a”, “a”, “a”, “a”, “a”, “a”, “a”, “a”, tipo copiava e colava o mesmo nome do produtor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você acha que em um contrato que teve ganho entre o custo de um suco de laranja, um ganho de 100% no preço vendido pela Coaf, a bola seria gorda?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Com certeza.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A bola seria gordona essa aí, bem grandona não é?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Bola gorda.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Essa é aquela gigante mesmo, aqueles balões, aquelas bolas de balão? É isso?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Bola gorda, não é? Você não vai por um markup de 100% num produto...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É bola de fazer pilates. Muito bem deputado. Essa bola é gigante. Essa bola que você fala é propina, não é?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - É propina mesmo. Eu deixei aqui no meu depoimento bem claro, trata-se de propina. Infelizmente, eu não posso ajudar informando os agentes receptores porque eu não tenho conhecimento. Mas eram propinas mesmo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas, nesse caso, 100% é um propinão?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Propinão, merendão, propinão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Merendão. Seja um propinão, um merendão, uma merendinha, você acha que é crime? (Comentário fora do microfone - inaudível.) Eu pergunto o que eu quiser.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, não pergunta o que quiser não. Nós não estamos aqui para ouvir opinião deles. O senhor é jurista?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Não sou jurista.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor é do Supremo Tribunal Federal, alguma coisa assim? Não! De forma alguma. O nosso tempo é precioso; o nosso tempo é precioso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Deputado Barros Munhoz, o deputado Alencar Santana Braga não pode ser cerceado no seu direito de perguntar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, por favor, queria que V. Exa. atuasse garantindo a palavra deste deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não tem mais o que perguntar, encerra. Isso é brincadeira.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. me garantisse a palavra.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está garantida a palavra, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor acha que seja um valor pequeno, seja um valor alto, trata-se de crime?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Corrupção. Pagamento de bola gorda não é crime? Crime.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É porque tem gente que acha que ser menor ou maior tem uma diferença. Apesar de que eu acredito que no estado de São Paulo se tratou de um merendão, e não uma merendinha.

Como o senhor disse, o senhor não fez parte desse período, mas, no estado de São Paulo, tivemos contratos da Coaf com o estado em 2011 no valor de dois milhões, cento e sessenta mil. Estou arredondando em sessenta centavos, que é dois milhões, cento e cinquenta e nove, novecentos e quarenta. Mas, no total, considerando 2014 e 2015, tivemos praticamente 15 milhões de contrato: da Coaf 13 milhões e quinhentos e cinquenta e sete; somando a Coagrosol, dá entorno de 15 milhões.

Então, o percentual do Estado no contrato da Coaf era grande. Lógico que em alguns anos não houve contrato, até porque não houve chamada, mas em 2014 a chamada foi significativa. Foi o maior contrato já celebrado pela Coaf. E mesmo se fosse menor, considerando o tamanho da propina que é o merendão, seria, com certeza, um crime grave, mesmo que fosse pequeno. Isso é importante nós registrarmos.

Bem, Sr. João Roberto Fossaluzza Junior, quero, de fato, agradecer sua participação. Acho que o que o senhor fez foi importante para o estado de São Paulo, para o povo paulista, para todos que se preocupam com a lisura do processo público, com as contas públicas. Foi importante para os estudantes, por exemplo, que estão lá fora protestando que essa CPI só avançou a partir da mobilização dos estudantes. Acho que V. Exa. está de parabéns em relação a isso.

Os estudantes que estão lá fora continuam na luta. Hoje, eles não estão aqui acompanhando porque foi garantida a reunião reservada, a seu pedido. Mas eles estão, de fato, acompanhando dia a dia porque quem sofre, às vezes, com a merenda ruim na escola é o estudante, que é mal alimentado, que recebe uma bolacha, enfim, uma alimentação não adequada, de péssima qualidade e, pelo que você está dizendo, também superfaturada.

Então, parabéns pelas respostas. Considero-me satisfeito.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não havendo mais oradores inscritos... Aliás, ainda há o deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então, gostaria de agradecer mais uma vez ao Sr. João Roberto pela atenção e pela prestação de informações que trouxe a esta CPI e de dispensá-lo, para que possa se retirar. Quer fazer alguma consideração final?

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Só queria... O fato... Os investigados... Eu denunciei essas pessoas, certo? Conteí para vocês como se deu início a esse processo de investigação. Obviamente nenhum investigado está satisfeito comigo, não é? Eu até fui ameaçado de morte, mas foi uma quadrilha que foi presa e acabou de tirar o mais importante, que é a merenda das crianças.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor respondeu no início que não precisa de proteção policial. Nós fizemos ontem o pedido, então vamos retirar o pedido diante de sua fala, na abertura dos trabalhos, de que não necessita.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Para me acompanhar até lá fora?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, não, no Programa de Proteção à Testemunha. Estou apenas deixando publicamente registrado que nós retiraremos esse pedido, mediante seu entendimento de que não precisa.

O SR. JOÃO ROBERTO FOSSALUZZA JUNIOR - Eu quero seguir minha vida e, se Deus quiser, tudo vai dar certo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Respeitaremos isso e retiraremos o pedido.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está feito o registro, deputado Alencar Santana Braga. Mais uma vez, obrigado. Gostaria de pedir à assessoria militar que, por favor, acompanhe o depoente até...

Gostaria de solicitar à assessoria da Polícia Militar que, dentro do número de vagas, permitisse a entrada das pessoas, como ontem. Em dez minutos, retomaremos os nossos trabalhos.

* * *

CPI - MERENDA**17.08.2016**

* * *

- A reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos retomar os trabalhos.

Para a reunião de hoje foram intimadas seis pessoas. Vieram três: primeiro, o Sr. Roberto Fossaluzza, que foi ouvido em reunião reservada, e temos mais dois a serem ouvidos: o Sr. Caio Pereira Chaves e o Sr. Carlos Eduardo da Silva.

O nobre deputado Alencar Santana Braga está dizendo que se deve seguir a ordem que foi colocada. Mas não foi colocada uma ordem para se ouvir. Os números são simplesmente para citar aqueles que serão ouvidos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O deputado Carlão falou para chamar os dois juntos. Não tem sentido.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, não. Chamar os dois juntos não, porque é um depoimento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estamos com um mês da CPI, voltamos agora do recesso e determinadas questões, se formos quebrando aquilo que foi publicado, vamos gerar desconfiança onde não há. Isso é ruim para os nossos trabalhos porque teremos mais três, quatro meses de trabalho. Vossa Excelência seguiu, em todas as demais reuniões, a ordem daquilo que foi publicado no "Diário Oficial". Não fui eu que publiquei. Se os dois estão aí, por que pegar o último para ouvir? Não estou dizendo que há algo, mas gera dúvidas onde não deveria haver. A ordem não foi escolhida por mim, mas por Vossa Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pelos trabalhos efetuados até aqui é evidente, salta aos olhos, que o mais importante a ser ouvido é o ex-funcionário ou funcionário da Secretaria da Agricultura Carlos Eduardo da Silva. Vossa Excelência tem toda liberdade, quem estabelece a ordem é V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Trata-se de uma ordem publicada no "Diário Oficial".

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Isso aqui não é ordem de chamada. Na publicação não está definido isso, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos deixar de filigranas. Como diz o deputado Rillo, vamos ao que interessa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O deputado Barros entende que essa ordem interessa a ele.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Interessa a V. Exa. e a todos nós.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vossa Excelência diz que ele é o mais importante a ser ouvido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Hoje, hoje.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Também acho que ele tem de ser ouvido, só que o Caio também está. Que ele seja ouvido agora.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ele aguarda para ser ouvido logo depois.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele saiu para ir à lanchonete.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu entendo que ele deveria estar numa sala reservada. O Caio saiu com o advogado para a lanchonete.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Aí nós vamos discutir filigranas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não é não. Isso é procedimento.

O SR. - Chame o próximo. Como V. Exa. já ouviu vários, é mais um para ficar no seu currículo. (Fala longe do microfone.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores deputados, está presente o Sr. Carlos Eduardo da Silva, ex-diretor da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar, que peço tome assento para prestar os esclarecimentos. Ele vem sem a companhia de advogado.

Estão abertas as inscrições.

São exatamente 11 horas e 45 minutos. Até às 12 horas e 45 minutos todo e qualquer deputado poderá fazer sua inscrição conforme decisão desta comissão.

Tem sido praxe, Sr. Carlos, que se faça uma pequena explanação no início, primeiramente se identificando, dizendo qual o seu cargo, enfim, o que acha importante da sua função para logo depois abrimos para as perguntas.

Solicito que o senhor se apresente e fale, de uma forma geral, qual o seu papel dentro da cooperativa, enfim, aquilo que entender importante esclarecer.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Senhoras e senhores, bom dia. Sou engenheiro agrônomo, assistente agropecuário 1 da Casa da Agricultura de Monte Azul Paulista.

Como foi anunciado, fui afastado do cargo de chefia da Casa da Agricultura e do cargo de diretor substituto do Escritório de Desenvolvimento Rural de Barretos.

Em 2009 eu, funcionário da Prefeitura de Cajobi, fui designado pelo meu prefeito, que era o Sr. Dorival Sandrini, para que representasse os produtores de Cajobi numa reunião na Prefeitura de Bebedouro. Chegando em Bebedouro, eu e um vereador da cidade de Cajobi constatamos que a reunião não era na prefeitura, mas na Estação Experimental de Citricultura de Bebedouro. Chegou lá na Estação de Citricultura e a reunião era com o grupo de assentados. Foi onde conheci o Sr. Cassio Chebabi e o Sr.

Weder Piffer, na época. Tratava-se de um programa de PAA com o pessoal da Conab a respeito de leite. Era um PAA de leite que ia ser tratado lá.

Na época, a citricultura em crise, todo mundo jogando laranja fora, o meu prefeito era presidente da Acisp na época. Era eu quem o secretariava nas decisões que a Acisp tomava, e sugeri que se fizesse um PAA de laranja. Na época, o delegado da Conab - não me lembro do nome do delegado da Conab que estava presente na reunião - falou: “Você está louco? Nós vamos dar laranja para o pessoal?” Falei: “Não, não é fazer PAA da laranja in natura. Vamos fazer um PAA de suco de laranja.” Ele falou: “Olha, nós vamos estudar o caso e depois entramos em contato com vocês.” Problema de aquisição de alimento da Conab.

Quando se passaram uns 15 dias, ele me ligou e falou: “Olha, vai dar certo o PAA de laranja. Só que vocês precisam organizar em associação, ou cooperativa, para que se faça a aquisição desse tipo de alimento.” Falei: “Tudo bem, só que nós temos uma associação organizada.” Foi aí que surgiu Cassio Chebabi e o Sr. Weder Piffer, que me convidaram para que montássemos uma cooperativa de agricultura familiar, em que a base era o pessoal do assentamento - Assentamento Reage Brasil em Bebedouro. Até mesmo porque tínhamos na Prefeitura de Cajobi um viveiro de muda cítrica que distribuía mudas para os produtores a preço de custo. Produzíamos em torno de 50 mil mudas e tínhamos então know-how para fornecer mudas para esse pessoal assentado.

Constituída a cooperativa, foi designado também pelo prefeito que eu fosse um dos diretores da cooperativa para defender os interesses do pessoal de Cajobi. Falei: “Mas não sou produtor rural.” “Não tem problema, no estatuto da cooperativa que já estamos montando estamos prevendo um pessoal que pode participar sem ser produtor rural. E você, pelo fato de ser agrônomo, pode participar sem problema nenhum.”

Entrei na cooperativa como diretor-secretário. Quando foi em 2011, eu ingressei no quadro do Governo do Estado de São Paulo. Fui tomar posse em Marília.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Era em 2009? Só para recuperar a data.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - O ano de 2009 foi a data da fundação da cooperativa. Em 2011 eu entrei no quadro da cooperativa e assumi na Regional de Marília, por onde fiquei quatro meses, até abril de 2012. Em abril de 2012, com a redistribuição do pessoal que tinha sido nomeado, eu vim para a Casa de

Agricultura de Monte Azul Paulista, até mesmo porque era o lugar que tinha vaga. Na época, eu morava em Cajobi, 20 km, e então me trouxeram mais perto de casa. Nada mais justo.

Comecei a pedir para sair da diretoria da cooperativa, de forma verbal. Mas nessa época eu tinha assinado e tinha sido avalista de um título de 50 mil reais para a cooperativa junto ao Santander. E a cooperativa estava inadimplente com o banco. Acho que foi em 2012, 2011... Foi em 2012, deputado. Eu pedindo para sair e não conseguia porque a cooperativa estava inadimplente e alegava que não conseguia registrar ata junto à Jucesp.

Em 2013, a cooperativa foi contemplada com o Programa de Microbacias Hidrográficas. Eu, na época, tinha a minha esposa doente fazendo hemodiálise, e no início de 2014 veio a falecer. E eu pedindo para o pessoal que queria sair, porque ia ter o dinheiro do estado na cooperativa como subvenção econômica através do Feap.

Eu pedindo para sair e não conseguia sair. Procurei um advogado, ele pediu para que eu fizesse um documento pedindo a minha demissão, solicitando a minha saída e protocolasse na cooperativa. Foi feito. Então, em fevereiro de 2014, eu pedi o afastamento. Não sei e não confirmei se isso foi constado em ata, até mesmo porque depois eu vi numa oitiva do Marcel e do César Bertholino, o César Bertholino pedindo ajuda para o Sr. Marcel com relação à regularização da situação da cooperativa com a Jucesp. Mas eu já não estava mais na cooperativa quando isso aconteceu.

Quando foi em 2014, precisamente dia 25.06.2014, a cooperativa pediu para que eu emitisse, um pouco antes, acho que foi dia 3 de junho, ou julho, uma nova DAP jurídica para ela. Liguei para o presidente e falei: “Cassio, o pessoal de Fernandópolis, que consta na relação que você me mandou, tem alguns produtores me ligando que querem sair da cooperativa.” Só que também não posso fazer a exclusão na hora da emissão da DAP desses produtores, de eu definir a exclusão. Quem tem de definir se vai sair ou não é a cooperativa. A DAP é um ato declaratório, tanto é que depois que você preenche uma DAP - eu nada mais sou que um agente que insere o dado do produtor no sistema -, ele faz a declaração. Lá embaixo, a hora em que termina a DAP dele, ele assina. Está bem específico: “Declaro sob as penas da lei, Art. 299, a veracidade das informações prestadas.” Art. 299 é falsidade ideológica. Foi ele que declarou.

Depois, a instituição a que pertencço, que é a Secretaria da Agricultura, estou lotado na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, eu, como representante da Coordenadoria, vou lá e atesto para os devidos fins que a declaração prestada acima

enquadra-se para fins de crédito rural. Só. Eu não atesto que ninguém se enquadra no Pnae, que se enquadra no PAA, e não tem como eu fraudar uma DAP, porque a DAP é feito no sistema do MDA.

Desde o início, quando fui detido para prestar esclarecimento na polícia, eu sempre afirmei que a DAP foi usada de forma irregular. A DAP não foi feita de forma irregular, não existe fraude de DAP. Não tem como fraudar uma DAP. Porque eu, quando elaborava DAP, pedia declaração de Imposto de Renda, cópia da matrícula, quando não era do meu município. Quando é do meu município de Monte Azul Paulista, temos um projeto chamado Lupa em que consta tudo que o cara tem na propriedade, mais a declaração de Imposto de Renda, a cópia da matrícula, se for arrendatário, ou comodatário, a cópia dos contratos de comodato, para depois emitir.

Qual a única coisa que fazíamos para facilitar para o produtor? Um exemplo: o filho de um produtor chegava à Casa do Agricultor e falava: “Olha, eu vim fazer uma DAP”, “Você trouxe os documentos, declaração de Imposto de Renda sua?”, “Não é para mim, é para o meu pai”, “Ah, é para o seu pai?”, “É”, “Liga para ele e fala para vir aqui para assinar.” Ele tem que assinar a DAP. Na hora em que ligava para o produtor, ele falava “Ó Carlos, você não pode trazer aqui? A minha mulher está de cama, eu não posso sair agora. Você me manda, eu assino e devolvo”, “Sem problema”, “Está autorizado?”, “Está”. Fazia DAP, entregava para o filho, ou para a mulher, e levava lá, ou para o produtor levar para a mulher assinar. Assine e me devolva a DAP. Entendeu?

Foi assim com as DAPs emitidas no município de Bebedouro. Eu não sou agrônomo da Casa de Agricultura de Bebedouro. “Mas por que você emitiu DAP para Bebedouro e para Pirangi?” Porque não tem técnico em nenhuma das duas Casas de Agricultura. Então, o diretor do escritório do Desenvolvimento Rural pedia para que atendêssemos os produtores desse município. Porque não tem funcionário do quadro nem em Bebedouro, nem em Pirangi.

Quando me passaram, explodiu a história da Coaf e eu fiquei sabendo pela imprensa de que já não fazia mais parte da cooperativa. E eu estava no cargo de diretor substituto na Regional de Barretos. Inclusive, eu fiz um laudo, um relatório, e mandei para o coordenador, Sr. Rossetti, dizendo o que tinha acontecido, a forma que tinha acontecido. Sugeri para que - na época, verbalmente para Rossetti - se suspendessem os pagamentos de Microbacia para a Coaf. O Sr. João Brunelli disse por telefone para mim que não, que enquanto as declarações da cooperativa estivessem tudo ok não tinha como suspender. Mas não foi isso que aconteceu. Foi suspenso.

Depois eu saí do cargo, o diretor voltou da licença e voltei a ser o substituto; o diretor fez um documento e protocolou na cooperativa que estavam suspensos os pagamentos para a cooperativa, até que se regularizasse a situação. O diretor fez isso.

Para a minha surpresa, quando foi no final de março, eu fui detido para explicar as DAPs, sob a alegação de que essas DAPs eram falsas. E eu sempre bati na mesma tecla: “Não tenho culpa, não sou eu o responsável por fraudar. Não tem como fraudar DAP.” Ontem teve aqui o depoimento do Sr. Carlos Alberto Santana. O Sr. Carlos Alberto Santana era quem montava os projetos para vender à Secretaria da Educação e às prefeituras, e era ele quem pegava DAP física, de cada produtor, para inserir no projeto.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, só para esclarecer.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Pois não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor disse que em 2013 a cooperativa foi contemplada pelo Programa das Microbacias.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Correto.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E agora o senhor disse que solicitou a suspensão do pagamento dentro do Programa das Microbacias.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Isso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu quero saber a data em que o senhor fez isso.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só por uma questão de ordem.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só a data para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tudo bem, não há nenhum problema da pergunta. Só por uma questão de ordem, foi uma falha minha. Quero só alertar que o senhor está na condição de testemunha.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Sim, sem problema.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - E o senhor deve conhecer do ponto de vista legal que é obrigado a falar a verdade, e tem, enfim, todos os encargos legais de falar a verdade, ou não.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Sem problemas.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para esclarecer.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Tudo que estou dizendo aqui, se vocês quiserem conferir, eu acho que está no meu depoimento da Polícia. E está no meu depoimento também numa sindicância interna, que foi aberta pela Cati para investigar. Porque é complicado você investigar declaração de aptidão do Pronaf, que é um documento técnico, e você explicar isso para as pessoas que não são técnicas. É um pouco complicado, e a Cati montou uma sindicância e analisou, entrevistou pessoas nas regiões de Votuporanga, Fernandópolis, Jales e Estrela d'Oeste. Acho que é isso. Se não me engano, o deputado Carlão Pignatari, da região dele, foi entrevistar em Taiúva e em Taiacu, e entrevistou os produtores de Monte Azul Paulista.

O dado mais interessante disso tudo é que a própria comissão chegou a uma conclusão de que, de 96 DAPs que eu emiti na Casa da Agricultura de Monte Azul Paulista para a região de Pirangi e Bebedouro, só 18 de 1996 constam na DAP Jurídica da Coaf. Qual foi então a minha participação, qual foi o meu favorecimento se eu emiti 96 e tem só 18 lá. E dessas 18, há algumas que foram atribuídas a mim e foram emitidas antes de eu entrar na Secretaria.

Como é que essas DAPs foram emitidas por mim se eu não era funcionário da Secretaria? Isso foi apurado pela Comissão de Sindicância. E mais um detalhe: está aqui o relatório final da Comissão de Sindicância, e eu tomei a liberdade, com a autorização do meu advogado, de tirar uma cópia do relatório final em que fui inocentado no processo. Não existe nenhuma irregularidade com relação à emissão da DAP. Está aqui, o Processo da Secretaria, de nº 4.798, de 2016, e tem dois volumes. Está aqui, está inocentando. E no final do processo há alguns itens. Na regularização da DAP, vou ser bem sucinto, o que a comissão apurou. Conclui-se, em relação a esse fato, que não há

responsabilidades a serem imputadas ao assistente agropecuário Carlos Eduardo da Silva. Está aqui: regularização das DAPs. A comissão diz isso.

No final, na conclusão final, esse é o relatório que este colegiado produziu depois de lavrar depoimento de técnicos, produtores rurais, juntar e analisar documentos cujo teor nos dá condição de opinar pelo arquivamento dos autos, conforme autoriza o inciso III do Art. 265 da Lei nº 10.261, de 1968, com redação da Lei Complementar nº 942, de 2003, o que submete à apreciação e deliberação por esta coordenadoria.

O SR. - O senhor cederia uma cópia desse...

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Tenho, vou deixar cópia com o presidente.

Sempre, sempre, em todas as oitivas que fiz, eu sempre declarei a minha inocência. Eu faço parte do quadro do conselho fiscal da Associtrus. Eu sou ainda do conselho fiscal da Associtrus, que é a Associação dos Citricultores.

Então, eu não vejo a minha culpa, pelo menos da maneira com que eu entendo, eu não vejo a minha culpa em lugar nenhum, ou ter facilitado nada. O erro que teve, eu volto a frisar, foi no uso das DAPs, pegar DAP de pessoas que têm cana.

Essa DAP, a DAP, só para vocês entenderem, a DAP é de posse do produtor rural. É ele quem o usa para crédito rural, é o produtor rural quem usa a DAP para participar dos programas sociais. Não sou eu que defino.

Outro detalhe: quem não entende pode falar assim, “Quando você fez a DAP para o produtor, o produtor tinha laranja. Hoje eu fui lá verificar e ele não tem mais laranja”. Ele tem pimentão, ele tem chuchu, ele tem abobrinha.

A agricultura é muito dinâmica. Se você plantou abobrinha hoje e não dá lucro, amanhã você não planta mais abobrinha. E nem sempre o produtor altera a Cnae da cultura que ele está executando dentro do Cadesp dele.

Então, se você pegar a maioria dos produtores, hoje, que estão envolvidos, às vezes, na Cnae do Cadesp dele, está ele como produtor de cana, ou como produtor de laranja, ou como bovinocultura de corte, ou como bovinocultura de leite, na Cnae do Cadesp dele.

Só que ele já não tem mais isso, ele está praticando outra atividade. Então, é isso que eu tinha que explanar. Estou aberto para responder qualquer pergunta que me seja feita.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está inscrita, por enquanto, a deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Boa tarde. Eu quero fazer algumas perguntas ao senhor. O senhor veio de 2011, quando eu trabalhava na prefeitura de Cajobi, o senhor já militava como servidor público da Cati e o senhor era servidor público concursado, exercia função de direção, era um servidor graduado dentro da Cati.

Aí, num determinado momento, o senhor foi para Bebedouro, para uma reunião que seria de uma finalidade, ela acabou sendo laranja, que não tinha nada a ver com o que o senhor foi fazer lá.

Aí, o senhor acabou orientando o pessoal para que eles pudessem começar a militar com a laranja. De repente, o senhor se transforma em diretor da cooperativa. É isso?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não foi 2011, foi em 2009, e eu não era servidor, ainda, do governo estadual, eu não era servidor da Secretaria da Agricultura. Eu era funcionário da prefeitura do município de Cajobi.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ah, sim. Foi depois, então, que o senhor ingressou na Cati.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Isso. Foi em 2011 que eu ingressei na Secretaria da Agricultura e fui prestar serviço junto à Cati.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Através de concurso público?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Concurso público prestado em 2006.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Bom, aí, o senhor, de Cajobi, começou a militar em Bebedouro, depois o senhor foi para Marília, depois foi para Monte Azul Paulista, é isso?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Isso. Eu não tinha militância em Bebedouro. Eu representava os produtores de Cajubi junto à cooperativa em Bebedouro, que tinha a sede em Bebedouro. E quando eu assumi, eu assumi no escritório de desenvolvimento rural de Marília.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Nesse período em que o senhor já estava como servidor público, o senhor já militava na área da agricultura, o senhor assumia um cargo de direção dentro de uma cooperativa que também trabalhava no foco da agricultura e que contratava com setores públicos.

Pelo que eu entendo, pelo que eu conheço, isso não é apropriado. Isso é ilegal. E o senhor não poderia, em sendo um cargo de direção da Cati, que trabalhava diretamente com os agricultores, que emitia DAP, o senhor jamais poderia estar incluído como um dos membros da direção da cooperativa Coaf. O senhor concorda comigo?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não é isso que diz o relatório final aqui.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu não estou falando do relatório. Eu estou falando da lei, não do relatório. Da lei.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não, tudo bem. O relatório foi baseado numa legislação, e a legislação fala que eu não posso exercer um cargo em Regime de CLT. Como era pró-labore e quando eu tinha que prestar serviço na cooperativa, eu prestava de sábado, prestava, às vezes, depois do meu horário de trabalho.

E eu não tinha uma atuação assim, afinca, e nem sala para trabalhar, e nem espaço físico, nada, dentro da cooperativa, para fazer isso. Tanto é que os produtores de Bebedouro, quando iam fazer DAP, iam na minha sala em Monte Azul.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor era da direção da cooperativa. O senhor tomava decisões junto com o senhor Cassio Chebabi, o senhor tomava decisões junto com todo o grupo da cooperativa.

Depoimentos anteriores a esse dão conta de que o senhor era quem emitia as DAPs. Agora, eu pergunto ao senhor: em emitindo DAP para aquisição de produtos da

agricultura familiar, em sendo funcionário da Cati, em estando em contato com o pessoal da Itesp, não tinha conhecimento de que naquele assentamento Reage Brasil 90% do que tinha lá era cana-de-açúcar?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Quem emitiu a DAP do assentamento Reage Brasil não é a Secretaria da Agricultura e não é Casa da Agricultura. Quem emite a DAP dos assentamentos, alguns assentamentos são o Incra, e o outro é a Itesp. Eu não tenho conhecimento das DAPs emitidas pela Itesp.

A SRA. MARCIA LIA - PT - A informação que tivemos aqui de vários outros depoimentos era de que o senhor era a pessoa que emitia as DAPs para a cooperativa Coaf. O senhor era quem fazia a emissão das DAPs para a cooperativa Coaf. Então, alguém está mentindo nessa história.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não, tudo bem. É o que eu estou dizendo para a senhora desde o início: que toda a documentação que comprova as DAPs que eu emiti, as DAPs sob minha responsabilidade... Dezesete DAPs que eu emiti... Ontem o Carlos Alberto Santana era vice-presidente da cooperativa. Ele falou que eram 800 sócios. Não eram. Eram 1.172 sócios que a cooperativa tinha.

Desses 1.172, tinha 17 DAPs sob minha responsabilidade de emissão. Teve algumas DAPs cuja responsabilidade foi atribuída a mim, na relação que vocês devem ter recebido, e não são de minha responsabilidade. Porque essas DAPs foram emitidas antes de 2011. E antes de 2011 eu não era funcionário do governo do estado. Não tinha como eu emitir DAP antes de 2011.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Carlos, eu estive, há pouco tempo, lá no assentamento Reage Brasil. Fui pessoalmente lá. Fui conversar com as lideranças do assentamento. O que as lideranças do assentamento dizem e diziam, e, com certeza, continuam dizendo, é que havia envolvimento de gente muito grande que recebia recursos.

Eles dizem que, entre aspas, esses recursos seriam comissões. Para mim, essa comissão tem o nome de propina, para facilitar a consulta pública dentro de órgãos públicos, seja estado ou prefeituras, e que a direção da cooperativa tinha conhecimento

disso, e que esses pagamentos eram feitos através de cheques emitidos para os vendedores, que repassavam essa propina.

Pergunto ao senhor: em sendo funcionário graduado, engenheiro agrônomo, pessoa que tem conhecimento do que está acontecendo, e também tendo em vista o fato de que os assentados do Reage Brasil me disseram que eles eram coagidos, em muitas situações, pelo pessoal da Coaf, eles tinham medo da direção da Coaf, eles tinham medo porque eles eram ameaçados. Se não fizessem a nota fiscal, se não assinassem dizendo que eles tinham laranja, que eles tinham o que interessasse para a cooperativa, eles seriam, inclusive, expulsos do assentamento.

O senhor, sendo engenheiro agrônomo, servidor público, vinculado ao grupo da Itesp, um dos diretores da cooperativa, o senhor não tinha conhecimento de nada disso?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não, eu não tinha conhecimento, porque a Cati não faz...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Um aparte, deputada, só para colaborar com a pergunta, antes da resposta, posso fazer? Três ou quatro pessoas que vieram aqui já diziam que eram ameaçadas pelo Cassio Chebabi. A deputada Marcia Lia disse que ouviu isso, inclusive, do assentado, lá no assentamento.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor tem informações sobre isso? E que tipo de ameaças ele fazia?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não, não tenho. Eu não conheço, eu nunca participei, a não ser uma ou duas vezes de reunião no assentamento Reage Brasil em Bebedouro. Eu não tenho conhecimento desse tipo de ameaça.

Eu participei de uma reunião no Reage Brasil quando a Coaf participou da primeira chamada pública de microbacias hidrográficas, na qual o plano não foi aprovado. Fui eu, Carlos Eduardo, o colega Claudionor, da Casa da Agricultura de Viradouro, e a colega Natália, da Casa da Agricultura de Pitangueiras.

Nós fomos fazer um documento chamado Marco Zero, que era para tentar entender o porquê de a cooperativa não ter sido beneficiada. Mas nós já sabíamos que

ela não tinha sido beneficiada, em função do plano que o Carlos Alberto Santana escreveu, que não era compatível com o negócio.

Depois, eu estive outra vez no assentamento Reage Brasil para verificar a condição dos produtores - se não me engano, em torno de 64 produtores - que eram participantes do Programa de Microbacia, para atestar que eles eram produtores familiares.

Foi o único documento que eu assinei dentro do programa de Microbacias. E os dois únicos contatos, os dois para entrevista. E nas duas oportunidades que eu tive no assentamento Reage Brasil, ninguém reclamou com a gente, da Cati, que estava sofrendo ameaça.

Então, se tinha esse tipo de ameaça, se tinha coação, eu desconheço, deputada.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor sabe que na cidade de Araraquara aconteceu um caso semelhante ao que aconteceu lá em Bebedouro?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não, não sabia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quem foi envolvido foi a prefeitura.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não, não sabia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu conversei, há poucos dias, com um secretário de um município, que não está envolvido dentre os municípios que estão no escopo desse processo, dessa CPI.

O secretário de Agricultura do município me disse que para começar a fazer o processo de PAA, de compra e de entrega de produtos, tanto do PAA quanto do Pnae, ele teria tido informações de que isso já acontecia em algumas cidades, como, por exemplo, Bebedouro, Araraquara. Esse secretário relatou que foi até Bebedouro para conhecer os trabalhos da Coaf. E também foi a Araraquara.

Em chegando nos dois municípios, logo de cara, ele já sentiu que tinha irregularidades. Qualquer pessoa, por mais simples que fosse, que tivesse o menor conhecimento do que é agricultura familiar e de como funciona o processo de agricultura familiar teria sentido o cheiro da coisa errada. O senhor nunca sentiu cheiro da coisa errada?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu ia muito pouco à cooperativa, deputada.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor era diretor e não ia à cooperativa?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não ia à cooperativa desde 2013.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por favor, senhores.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Desde 2012, mais especificamente, quando eu vim para Monte Azul Paulista, que eu vinha pedindo meu afastamento verbal para o Sr. Cassio Chebabi. Eu vinha pedindo. Quando do falecimento da minha esposa, que ficou 2013 todo fazendo tratamento de saúde, do qual eu participava, hemodiálise, eu decidi regularizar a minha situação junto à cooperativa. “Vocês não vão me tirar da ata, porque são de Jucesp, está aqui o documento”.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Carlos, os assentados disseram que quem emitia as DAPs era o senhor. Eu estive pessoalmente, dia 26 de julho, no assentamento, e foi o nome do senhor que eles me deram.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Deputada, mais uma vez vou reafirmar para a senhora. Quem emite DAP para assentado, dentro da Secretaria da Agricultura é a Itesp, não é a Cati.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Mas disseram que era o senhor. Inclusive, várias testemunhas vieram, que antecederam ao senhor aqui, nessa mesa.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Vocês podem solicitar à Secretaria e à Cati a cópia toda do processo. Dentro desse processo de apuração aqui, fui inocentado, e foi pedido o arquivamento do processo. Há cópia de todas as DAPs, a relação de todas as DAPs de produtores que a Cati emitiu, o CPF do emitente da DAP. Falar que eu emiti é uma coisa. Conferir o CPF na DAP ou conferir o CPF no extrato de DAP, o

extrato de DAP é público, deputada, qualquer um pode entrar no sistema do MDA e tirar um extrato.

Para a senhora ter ideia, fui tomar conhecimento na polícia, no dia em que eu estava preso, fazendo quimioterapia, careca. Fui levado pela polícia, tomando medicamento de alto custo dentro da carceragem. Minha atual esposa levando medicamento de alto custo para ser tomado dentro da carceragem, viajando 40 quilômetros para me dar medicamento de alto custo, dentro da carceragem.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, até agora estiveram em silêncio, peço que continuem.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Estou fazendo um tratamento contra um câncer. Eu acredito que eu esteja curado, mas nem por isso vou me omitir de me defender.

Todos esses documentos que a senhora está pedindo aqui, estão dentro do processo. Foram entrevistados emitentes de DAPs nos municípios de Jales, Fernandópolis, Estrela d'Oeste, Votuporanga. Foram entrevistados produtores nesses municípios. Foram entrevistados todos os produtores do meu município, de Monte Azul Paulista, da minha região, que participam da Coaf.

Tanto que já falei para a senhora que o processo de apuração constatou que, de 96 DAPs que eu emiti, só há 16 ou 17 que são associados da Coaf.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O que me causa estranheza, Sr. Carlos Eduardo, ...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor emitia DAP? O senhor disse que era a Itesp, mas que o senhor também emitia.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não. A Itesp emite DAP para assentado. E nós, da Secretaria, a Cati, emitimos para os demais produtores.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas a Cati também não emite para assentados?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu nunca emiti.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não estou lhe perguntando ...

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não sei, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não sabe se a Cati ...

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não sei, não posso responder, porque não sei se a Cati emite para assentados.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A DAP tem prazo de validade?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Tem. A DAP jurídica tinha prazo de um ano, e depois passou para dois anos. A DAP física já teve prazo de até seis anos, e agora baixou para três.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Qual a legislação que disciplina, o senhor conhece, podia deixar anotado?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não, eu não tenho. De cabeça eu não sei. Nós seguimos a orientação do MDA. Inclusive, há um manual do MDA, que é o Manual do Cadastrador. Nesse manual, não é pedido nada de documentação comprovando propriedade ou comprovando renda. Só pede CPF e RG.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Carlos Eduardo, quem fiscalizava a regularidade dessas emissões de DAP, e quem tinha a competência para fiscalizar, se efetivamente o que estava sendo entregue, ou dito que estava sendo entregue na cooperativa, era aquilo que o produtor fazia? Quem era o responsável por isso?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Para fiscalizar se o que o produtor estava dizendo...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Na DAP constava que o produtor produzia limão.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Isso.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Você ia lá, na terra dele, ele estava produzindo alface. Quem fiscalizava isso?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não. Eu não sei. A DAP é responsabilidade do MDA.

A SRA. MARCIA LIA - PT - É responsabilidade, mas quem emite é o estado e o município?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Isso. Não, município, não. O estado.

A SRA. MARCIA LIA - PT - É o estado que emite.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Inclusive, eu tive uma auditoria na Casa da Agricultura de Monte Azul, do MDA, e parece que o delegado do MDA, que fez a auditoria, se não me engano, tem o primeiro nome de Guilherme, ele lavrou um relatório dizendo que estava tudo regular.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E o Conselho de Alimentação Escolar? Qual a função do Conselho? Porque o Manual de Alimentação Escolar e de Produção Agrícola fala que o conselho é que tem a prerrogativa, a competência de fiscalizar. Qual era a participação do conselho nessa história toda?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputada, só para informar que seu tempo acabou. Gostaria que fizesse a última pergunta, e passamos para a próxima inscrita, que é a deputada Beth Sahão.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Só para completar, desconheço as atuações do conselho, tanto do Conselho de Desenvolvimento Escolar, não faço parte, não tenho conhecimento. Não faço parte do Conselho Alimentar, nem de Monte Azul e nem de uma outra cidade. Então, não tenho conhecimento da atuação deles.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Para encerrar minha fala, definitivamente, quero informar ao senhor que lá na cidade de Araraquara várias pessoas foram presas também, um esquema muito semelhante ao de vocês. Uma das pessoas já foi condenada a 14 anos de prisão.

A situação foi facilmente identificada, esse esquema, por uma pessoa que visitou um dia só a Cooperativa Coaf, e um dia só Araraquara. E decidiu que, naquela prefeitura, o sistema feito pela Coaf, da qual o senhor era um dos diretores, cheirava muito mal. E a pessoa optou, por isso que a cidade não está dentre as cidades que estão sendo investigadas, porque era visível a fraude, era visível o esquema, era visível que naquele sistema que estava sendo trabalhado na Coaf havia, sim, esquema de corrupção. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputada Beth Sáhão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu queria, a primeira coisa que me deixa um pouco preocupada, bastante preocupada, é o fato de o senhor ter ingressado na Coaf em 2009, e ingressado no estado, como funcionário efetivo, concursado, em 2011. E o senhor ficou só fazendo declaração verbal de que queria sair, solicitação verbal, que queria sair da Coaf.

Primeiro, o senhor não acha que existe um baita de um conflito de interesse entre atuar na cooperativa e atuar como funcionário público, sendo que sua função também é uma função de fiscalização, de supervisão, de controle sobre os produtores rurais, de acompanhamento? Como o senhor acha que isso pode se dar, trabalhando para dois padrões diferentes?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Aqui no processo ...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E o mais grave, desculpe interromper, que o senhor mesmo disse, há pouco, que o senhor recebeu pró-labore da cooperativa. Então, o senhor era remunerado. Embora o senhor poderia não ser celetista, como o senhor mesmo disse, é porque nós entendemos que na lei que rege o funcionalismo público, o senhor acumulou cargos que são incompatíveis.

E por que o senhor não formalizou isso? Custava o senhor fazer uma declaração por escrito, para dizer que o senhor não queria mais ficar, que o senhor estava se

desligando da cooperativa, ao invés de ficar, de forma recorrente, insistindo, que o senhor queria sair, que queria sair? Quem quer sair faz por escrito a sua carta de demissão.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Foi o que eu fiz, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o senhor falou que fez verbalmente.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu fiz. Eu comecei fazendo verbal, e depois fiz por escrito. Eu tentei sair.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor fez por escrito. O senhor fala que fez por escrito em 2014.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Isso, eu tentei sair verbalmente, durante 2013, que foi quando minha esposa ficou doente, e eu estava correndo com ela com o problema de saúde.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Tudo bem. As suas questões pessoais não estão em jogo aqui. Eu respeito a doença da sua esposa, mas não está em jogo aqui.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Em 2014, consultei um advogado, que pediu que eu fizesse isso que ela está me dizendo. Faça e saia, protocole o documento lá. O Sr. Carlos Alberto Santana não quis protocolar o documento. Quem protocolou o documento foi o advogado da Coaf.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Qual era a remuneração que o senhor recebia, lá na Coaf?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não me lembro, mas em torno de 1.600 a 2.000 reais.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por favor, senhores e senhoras.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É importante ressaltar que o senhor ficou aproximadamente uns três anos exercendo as duas funções, simultaneamente.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu declarei o pró-labore no Imposto de Renda.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor recebia algum pró-labore por fora?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não. Nunca.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nunca recebeu. O senhor conheceu o Sr. Weder Piffer?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor sabe se ele prestava serviço para a Coaf, ou ele era contratado como consultor?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - No início, o Weder Piffer era o vice-presidente da cooperativa. Depois, por briga dele com o Sr. Cassio, o Sr. Weder saiu da cooperativa, e montou uma cooperativa para ele.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas ele ficou como consultor da Coaf?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não entendi.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele ficou como consultor da Coaf?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Que eu saiba, não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então, por que, entre abril e julho de 2013, ele recebeu 230 mil da Coaf? Duzentos e trinta mil, o senhor sabe disso, que ele recebeu isso?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - O diretor?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Em dois meses, em três meses. Se ele já não prestava mais serviço, mas que raio é esse? Já não era mais funcionário. Também o senhor fala que ele não prestava consultoria. Mas, então, recebeu por quê? Porque eles são bonzinhos?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - O diretor financeiro da cooperativa era ele.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ah, então ele se autorremunerava.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - O Weder Piffer, no início era ele quem cuidava das finanças da cooperativa. E depois, o Sr. Carlos Alberto Santana. Eu nunca cuidei das finanças da cooperativa. Eu não sabia disso também.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Voltando à questão da DAP, o senhor disse, na sua fala inicial, que emitiu 96 DAPs.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Isso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor emitiu. São as Declarações de Aptidão ao Pronaf. Como é que o senhor emitiu as DAPs, sem saber? Como é que o senhor sabia o que o produtor produzia, por exemplo. O senhor falou que havia produtores que passaram a produzir cana.

Ora, mas a pessoa não consegue substituir uma cultura em tão pouco tempo assim. Ele não vai tirar a abobrinha, para colocar a cana. Isso tem um tempo. O senhor nunca se deu ao trabalho de levantar da sua cadeira e ir lá, in loco, e fiscalizar as terras, para saber o que estava sendo plantado, uma vez que o senhor é agrônomo da Cati?

É obrigação sua ir lá e fazer essa fiscalização. O senhor nunca fez isso, para saber o que estava sendo plantado naquela propriedade familiar?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Deputada, eu comentei com a senhora que a DAP é um ato declaratório. O produtor chega à Casa da Agricultura, para que ela emita uma DAP, e ele declara o que ele planta.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas, pelo amor de Deus, como é que o senhor não vai lá para ver?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Ele declara. Eu vou questionar uma pergunta que eu fiz para o delegado e para o promotor, no dia da minha oitiva, lá em Bebedouro.

Declaração de imposto de Renda. Junto todos os meus documentos e entrego para o contador. O contador insere a minha declaração no sistema. Peguei toda a documentação do produtor e inseria no sistema. Amanhã ou depois, a pessoa cai na malha fina da Receita Federal, e qual a responsabilidade do contador? Acabou. Eu estou inserindo o que ele está me falando. É ato declaratório

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o senhor tinha que verificar, me desculpe. O senhor tinha que ver.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O que a deputada está questionando é o seguinte: se eu for lá e digo que produzo este copo aqui, não há nenhuma fiscalização em cima da declaração que eu fiz? É isso que a deputada quer saber.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Então, deputado, como é que eu vou sair de Monto Azul...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Por favor, eu quero fazer a leitura do manual da emissão da DAP.

“Responsabilidade subsidiária - o agente emissor pelo fato de ter a prerrogativa de se negar a emitir a DAP, desde que tenha dúvidas sobre os dados declarados e o agricultor familiar não apresentar a documentação solicitada e pertinente para saná-las, responde subsidiariamente pelos dados registrados. Em casos de DAP irregulares que permitiram acesso a quaisquer das políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores lastreadas na DAP, primeiramente, o agricultor familiar responde pelos

dados e o processo poderá alcançar o agente emissor (no caso ele) se no processo investigatório do fato induzir à conclusão de sua participação. Portanto, o agente emissor deve buscar a veracidade dos dados registrados.” E o senhor não o fez.

O senhor, como agrônomo, deveria conhecer esse manual.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Deputada, das 96 DAPs que eu emiti em Monte Azul, Bebedouro ou Pirangi, eu conheço a maioria dos produtores. (Manifestação dos presentes.) Eu não me responsabilizo pelas DAPs emitidas pelo Itesp e pelas DAPs emitidas fora da regional de Barretos. Não tem como eu fiscalizar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu nem citei a questão das DAPs emitidas pelo Itesp. Estou citando as 96 DAPS que o senhor mesmo disse que emitiu. Quero saber se essas DAPs eram utilizadas pela cooperativa sem que o produtor soubesse. Se sim, de que forma elas eram utilizadas?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Das 96 DAPs que eu emiti, se não me engano, foram constatadas que 16 DAPs eram de associados da cooperativa. Eles confirmaram que eram associados da cooperativa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então elas eram utilizadas?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - As outras 80 DAPs que eu emiti não foram para fim de cooperativismo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu assisti em órgãos da mídia regional que produtores que estavam nos contratos da Coaf, dizendo que eles entregariam suco de laranja. Nunca plantaram laranja. Pelo contrário, plantavam outras coisas. Um deles, inclusive, disse que plantava abobrinha. Já disse isso ontem e repito hoje.

É por isso que eu acho, Srs. Deputados, que ele também tem responsabilidade sobre isso na medida em que ele não fiscalizou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Deputada Beth Sahão, a senhora me permite um aparte?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Claro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Meu caro depoente, não pode alguém que não seja agricultor ser membro de uma cooperativa de agricultores. É elementar isso. Cooperativa dos Funcionários da Bombril: é só de funcionários da Bombril. Cooperativa de Agricultores: tem a característica, isso é elementar. Cooperativa de Agricultores Familiares: só pode ser de agricultores familiares.

O senhor jamais poderia ter participado da cooperativa sendo funcionário público. Aliás, nem sendo funcionário, não poderia participar não sendo produtor.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Jamais.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso que o senhor fez foi um crime.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Claro. É isso mesmo. (Manifestação dos presentes.) De onde a Coaf tirava as DAPs? De onde? Havia as DAPs que o senhor emitiu e outras DAPs que foram emitidas pelo Itesp? É isso? Porque está uma confusão na minha cabeça essa questão das DAPs.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu farei com que a senhora entenda. A Coaf, na relação que foi me passada para emitir a DAP jurídica, me mandou um arquivo em caixa de texto. Ela me mandou um arquivo que continha duplicidade de CPF ou CPF com número errado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quem mandou esse arquivo para o senhor?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - A Coaf.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - A Coaf?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - A Coaf.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Havia duplicidade de?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Havia duplicidade de CPF ou, às vezes, o CPF estava errado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Em sua opinião, essa duplicidade era feita propositalmente ou ao acaso?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu não sei, porque quando eu inseri o arquivo no sistema do MDA, o MDA acusou irregularidade nessas DAPs. Fomos verificar. Ou estava com o CPF duplicado ou estava com o CPF errado. Isso consta no processo de apuração da Cati. Na apuração que a Cati fez, existe esse arquivo.

Eles levaram o meu computador da Casa da Agricultura, o vasculharam e acharam esse arquivo lá dentro. Eu ainda salvei o arquivo como “DAP - Irregularidades”. Depois corrigiram o CPF. Um exemplo: quando você faz a DAP, sai o primeiro titular e o segundo titular.

Não tem como eu lançar os dois no site do MDA na jurídica. Ou eu lanço o segundo ou eu lanço o primeiro. Se ele lançar o CPF dos dois, dá duplicidade, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputada, a última pergunta. Só para esclarecer, a assessoria está parando o cronômetro na hora da resposta. Quando há um aparte, não estamos contando. Mesmo fazendo isso, já passou o tempo. A última pergunta, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, a última pergunta. Gostaria de saber como ficava a situação das fichas cadastrais desses produtores quando eles se desligavam da cooperativa? Porque a impressão que temos é a de que essas fichas poderiam continuar sendo utilizadas pela cooperativa. O senhor pode nos informar a esse respeito?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Deixe-me esclarecer sobre essas fichas. Quando fui detido em Bebedouro, fiquei detido com um funcionário da Coaf. Eu já não fazia mais parte da cooperativa. Eu perguntei para esse funcionário, cujo

codinome é “Português”, como é que essa cooperativa preenchia essas fichas de cadastro.

O Português me disse: “Carlão, essas fichas de cadastro têm comprador. Aqui na região de Bebedouro, há comprador. Há comprador na região de Votuporanga, Fernandópolis e Jales.” Eles denominavam comprador, que era comprador de laranja. A cooperativa, inclusive, teve um polo em Fernandópolis. O que esse pessoal fazia? Chegava a um determinado produtor, segundo o que me relatou o Português, e isso está no processo...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor preenchia essas fichas cadastrais?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não, nunca preenchi.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nunca preencheu?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não. Esses compradores recebiam 50 reais por cada ficha que levassem à cooperativa e que a cooperativa detectasse que tinha DAP. Como ele fazia? O comprador chegava com a ficha de cadastro, alguém da cooperativa entrava no site do MDA, tirava o extrato de DAP, que é aberto para todos, e anexava no fundo. Às vezes, o produtor estava sendo tratado como cooperado, mas não sabia que era cooperado.

Fiquei sabendo disso dentro da delegacia e, posteriormente, denunciei isso para a comissão da Cati, que investigou e detectou quem eram essas pessoas que faziam essas fichas de cadastro. Foi detectado quem fazia essas fichas de cadastro.

Outro detalhe que está me assustando: antes de eu emitir a DAP em 2014, já havia três DAPs jurídicas para a Coaf, e não fui eu quem emiteu. Se você pegar a última DAP emitida pelo colega Rolando Salomão, da Casa de Agricultura de Barretos, para a última que eu emiti, que foi a única, se você cruzar, os produtores são os mesmos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quando o senhor via essas irregularidades, nunca pensou em denunciá-las?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu fiquei sabendo da irregularidade da ficha cadastral dentro da carceragem. Quando fiquei sabendo, na primeira

oportunidade que tive, que foi na comissão da Cati, eu denunciei. Eu também não sabia que havia sido emitida uma DAP jurídica para a cooperativa antes de eu emitir. Então, eu não fui o primeiro a emitir a DAP jurídica para a cooperativa. Antes de mim, a cooperativa já teve três DAPs jurídicas, as quais eu não emiti.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo inscrito, tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, gostaria de formular uma questão de ordem.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fique à vontade. Sei que essa gentileza será recíproca em um momento oportuno.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Muito obrigado. Sempre será, deputado Alencar Santana Braga. O senhor sabe disso. Nós vivemos entre tapas e beijos. Sr. Presidente, duas coisas. Em primeiro lugar, gostaria que o senhor fornecesse uma cópia do relatório para acompanharmos antes do fim do depoimento.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Sim, eu trouxe só uma.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, em segundo lugar, eu gostaria de pedir que V. Exa. advertisse novamente o depoente de que ele está aqui sob juramento, porque, evidentemente, ele está mentido. (Manifestação dos presentes.)

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não entendi.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E isso é crime. Sr. Presidente, é preciso adverti-lo mais uma vez para evitar problemas maiores, porque nós não estamos aqui para brincadeira. Isso que ele está fazendo é crime. (Manifestação dos presentes.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O depoente já foi alertado de que ele está aqui como testemunha e, em função disso, tem a obrigação de falar a verdade. Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - As deputadas Marcia Lia e Beth Sahão fizeram várias perguntas importantes, que esclareceram diversas questões. Diante da fala do Sr. Carlos Eduardo da Silva, eu tenho duas conclusões.

Primeiro: nós temos claro que uma das vítimas é todo o estado de São Paulo por todo o dinheiro público que foi desviado. Da mesma maneira, é evidente que os estudantes também foram vítimas. Aliás, ainda são os estudantes, que sentem no dia a dia a qualidade ruim da merenda. Aquilo que poderia melhorar a sua merenda foi desviado dos cofres públicos.

Não tenho dúvidas, pelo depoimento do Sr. Carlos Eduardo da Silva, de que os produtores rurais também foram vítimas. Eles foram enganados e tiveram as suas DAPs usadas. A sua inocência foi utilizada por essa quadrilha, como disse há pouco o Fossaluzza aqui.

Havia uma quadrilha do Sr. César; do Sr. Chebabi; do Sr. Carlos Alberto Santana, que ontem se posou de moço aqui; e do Sr. Carlos Luciano Lopes, que disse que aquele dinheiro era nota de um real para pagar funcionário, quando, na verdade, não era, como o próprio Fossaluzza disse.

Não irei me aprofundar nas perguntas, porque observamos que os produtores foram enganados e o senhor, de certa maneira, colaborou para isso. Como disse a deputada Beth Sahão, o senhor atuou nas duas pontas, com claro conflito de interesse.

Como nós queremos chegar à máfia da merenda, não só a da Coaf, mas daquela que envolve o governo de São Paulo, o governo tucano, não irei me aprofundar nas perguntas.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O próximo inscrito é o deputado Barros Munhoz.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Posso responder?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele gostaria de responder à colocação.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Com relação às DAPs e com relação ao que me acusam, às vezes pode até interpretar ou deixar dúvida naquilo que estou declarando, está aqui, assim: “essa apuração preliminar não indica que o assistente agropecuário Carlos Eduardo da Silva tenha emitido declaração de aptidão do Pronaf com informações diferentes das que deveriam constar, destaque para 17 declarações de aptidão do Pronaf, DAP física, emitidas por ele, folhas 217, 218”. Os agricultores rurais estão relacionados como os cooperados da Coaf, então 17, das que eu emiti só 17 estão relacionadas como produtores da Coaf.

Todas as outras DAPs emitidas pelo técnico da mesma relação não fazem parte da Coaf. Então, de 96 que eu emiti, 17 foram apuradas pela comissão de sindicância e 17 fazem parte da relação de cooperados da Coaf, as outras não fazem parte de declaração.

Se eu tivesse que beneficiar, teria colocado todo mundo como cooperado, não foi o que aconteceu. Então, não havendo razão de ligá-los à citada cooperativa e tampouco levantar suspeitas sobre a sua irregularidade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Posso fazer as perguntas?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Antes, gostaria de registrar a presença do nobre deputado Enio Tatto e, também, de dizer que tenho aqui a justificativa da ausência do nobre deputado Coronel Camilo, entregue a esta Comissão para fazer constar da ata.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois não.

Queria fazer a primeira pergunta. A filha do senhor assinou um projeto da construção do galpão com recursos do Feap, da Secretaria da Agricultura?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - A minha filha é arquiteta, participou da tomada de preços, ganhou e, no programa, no projeto inicial, que foi escrito e que a Cati aprovou...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem da Cati? Que Cati? Qual órgão da Cati?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - A comissão de gerenciamento do projeto de microbacias. No plano de negócio estava o valor da obra para a elaboração do projeto, 27 mil reais para a elaboração. Na época a minha filha participou da comissão de licitação, da qual o Carlos Alberto Santana era o presidente, levamos eles para treinar em Lins, em Jaboticabal, em Bebedouro ou Barretos, alguma coisa assim, não me lembro a outra cidade, para que a cooperativa fizesse o processo licitatório.

E, dos três orçamentos apresentados na época, eu não participei da comissão de licitação...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A sua filha participou?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Minha filha foi a arquiteta.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas é da comissão de licitação?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Minha filha?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ela fez o projeto?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Fez o projeto.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E quem fez a construção? Quem ganhou a construção?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Pelos documentos que apresentaram na regional, nós também não participamos da licitação, quem fez a licitação foi a comissão de compras da cooperativa, eu também já não fazia mais parte da cooperativa, foi a comissão que licitou e quem ganhou foi uma empresa chamada Empreit.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Que é de onde?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - De Bebedouro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - De quem? Quem é o proprietário?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Edson.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Edson de quê?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não sei o sobrenome dele, conheço por Edson.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ele não tem nenhuma ligação... o senhor sabe o nome do proprietário.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não, não sei o sobrenome do Edson.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas a empresa é ligada a quem? O Edson é o proprietário e ela é ligada a quem?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não sei da ligação dele.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor está com a boca seca, o senhor não quer tomar um pouquinho de água? Toma um pouquinho de água. (Manifestações dos presentes.)

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Tomo.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O cara quando mente... é igual ladrão, ladrão quando mente fica com a boca seca.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu sou diabético, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, por favor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor não sabe então quem é o proprietário, quem está construindo a empresa, o senhor não conhece?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu estive algumas vezes na construção da Coaf, quando da visita da regional de Barretos. O diretor Claudio Antero Machado era responsável por emitir os documentos autorizando a construção e era o responsável pelas medições. Era ele quem chegava lá e tinha um cronograma físico-financeiro: aterro, tantos mil. Terminou o aterro? Terminou o aterro.

O diretor da regional ia lá, fotografava a obra, passava um relatório para Campinas e Campinas efetuava o pagamento direto para a cooperativa. (Vozes fora do microfone.)

Lá, o que aconteceu foi o seguinte, a Empreit, que foi a que ganhou, segundo o pessoal da diretoria da Coaf, o Carlos Alberto Santana, não fazia parte de estrutura metálica, ela teve que terceirizar a estrutura metálica. Foi para o Sr. Gustavo Spido, foi terceirizado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O Sr. Gustavo Spido é o vice-prefeito?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ele é o candidato a prefeito?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu acho que ele é candidato a prefeito agora.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então, ele foi candidato a deputado?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Foi.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ele é ligado à Coaf?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não entendi.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ele é ligado à Coaf, ele tem ligações?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não, não sei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Está difícil saber o que o senhor sabe.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu não sou de Bebedouro, deputado. Minha Casa da Agricultura é em Monte Azul Paulista.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas a Coaf é de Bebedouro.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - A Coaf é de Bebedouro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso, e o senhor era diretor da Coaf.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Nessa época da microbacias não mais.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não mais.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não. Depois que começaram os pagamentos eu não mais fui diretor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois não.

Eu tenho uma cópia aqui da DAP emitida pelo senhor, e o senhor atesta que 50 cooperados eram assentados pelo programa da reforma agrária, 718 eram demais agricultores familiares e 777 titulares, com DAP, reconhecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, 395 eram sem DAP.

Essa DAP foi assinada pelo senhor.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Em 25 de junho...

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - De 2014.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - De 2014, perfeito.

A responsabilidade, realmente, não é... a Secretaria faz isso por delegação do MDA. Em 2015 o MDA foi fiscalizar a Coaf e os assentados.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Fiscalizou a Casa da Agricultura também.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E a Casa da Agricultura também?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E deu como tudo em ordem o MDA?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E o senhor nunca constatou que essa DAP era falsa? Porque ela é falsa.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não é.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não é?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - A DAP fui eu que fiz. A classificação dos produtores que saem aí, quem faz essa classificação é o próprio MDA, não sou eu. Quando você insere o CPF do produtor no sistema o MDA busca, no sistema, a DAP que ele tem. O senhor pode observar aí, deputado, que tem uma DAP de silvicultura.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Tem.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Quem classifica é o MDA.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Aliás, tem um silvicultor só.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Isso. Quem classifica isso, quando me vem a relação de produtor eu não sei o que cada um tem. A hora em que eu joga no sistema do MDA, é o sistema do MDA que classifica dessa maneira. Não sou eu que classifico.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito. Acho que a gente está caminhando para uma compreensão cada vez maior.

O senhor confrontava os dados da Lupa com o DAP?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Dentro do meu município e dentro da regional sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E dentro do âmbito da Coaf? Não? O senhor podia fazer isso.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não, eu estou dizendo que dentro do meu município...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Seu município é Monte Azul?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Monte Azul.

Onde eu fiz DAP, Bebedouro, dentro dos municípios da regional de Barretos, eu tenho acesso ao Lupa. Fora do município da regional de Barretos eu não tenho mais acesso ao Lupa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Carlos, o senhor é um homem inteligente, percebemos isso claramente. Não sei se mais inteligente do que mentiroso ou vice-versa, mas queria lhe perguntar se o senhor não percebia nada do que acontecia na Coaf. O senhor era diretor da Coaf. O senhor convivia com o Carlos Alberto

Santana, o senhor convivia com o Chebabi e o senhor não percebia que aquilo era uma quadrilha de ladrões?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Fiquei sabendo da formação de quadrilha e fiquei sabendo do fato da merenda, queiram acreditar ou não, pela imprensa. Foi quando eu fiz o relatório e o entreguei ao coordenador José Carlos Loseti.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Bem, o senhor não sabia que fazia parte de uma quadrilha?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Porque o senhor fala da quadrilha, mas o senhor fazia parte dela. O senhor era diretor da quadrilha. O senhor ocupava um cargo importante na hierarquia da quadrilha e não sabia?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não sabia...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor tem que ser preso por ignorância. O senhor tem que ser preso por ignorância, mas o senhor vai ser preso por mentir em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E vai ser preso por ter participado de uma quadrilha que roubou o Estado, diversas prefeituras e diversos pequenos produtores que sofrem para sobreviver. (Manifestações dos presentes.)

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pela Ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela Ordem, deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Acho que, sobre essa colocação do deputado Barros, quando fala que quem mente pode ser preso, gostaria de dizer que isso vale para todos os depoimentos, como V. Exa. tem alertado, por exemplo aqueles dois sujeitos que, segundo o Fossaluzza, faziam parte do núcleo da quadrilha, como o

Carlos Alberto Santana e o Carlos Luciano Lopes que, aqui, ontem, pagaram de mocinhos e sabemos que estão até o pescoço envolvidos nessa máfia.

Queremos que os mentirosos sejam presos, queremos que os envolvidos na máfia sejam presos, mas não somente os da Coaf, os agentes públicos também. (Manifestações dos presentes.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu queria dizer, nobre presidente, que concordo inteiramente com as colocações do deputado Alencar neste momento.

E queria dizer mais, aproveitando a presença da imprensa. O depoimento sigiloso, eu lamentei muito que fosse sigiloso, atestou... talvez caiba uma última pergunta, para o senhor confirmar ou não isso. Noventa por cento do movimento da Coaf é com prefeituras, não é com o Estado. Foi dito aqui por quem pagava e está ameaçado de morte. O senhor confirma isso?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Confirmando.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Noventa por cento das vendas da Coaf são para prefeituras.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Noventa por cento dos negócios me parece que...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pela Ordem, presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, não, pelo amor de Deus, deixe ele responder.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deixe ele acabar de responder.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Pelo que eu vi na imprensa, deputado...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, não, na sua atividade de diretor.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu vou responder, vou responder.

Pelo que eu vi na imprensa, e eu não tinha conhecimento físico disso dentro da cooperativa, são em torno de 23 ou 27 prefeituras, tá? Então, o que se conclui é que, provavelmente, 90% do faturamento da Coaf, antes de firmar o negócio com o Governo do Estado, ou quase que 100%, era com prefeituras.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E depois que firmou esse negócio? Contrato de 13 milhões, a Coaf tinha condições de cumprir? Era grande, para a Coaf, 13 milhões? Pela média dos contratos que ela tinha com prefeituras. Treze milhões.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Quando eles firmaram o contrato da cooperativa com o Governo do Estado eu já não era mais diretor da cooperativa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o que você acha desse contrato?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu acho que foi por isso que eles compraram laranja de indústria de suco.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque era um contrato alto?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Era um contrato alto. Inclusive, como resposta para os dois deputados, eu fui uma das pessoas que defendi a participação da Coaf em um “fair trade”.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que trem é esse?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Que, hoje, a Cooperfam, em Bebedouro, ligada à Coopercitrus, faz.

Eu cheguei a ligar...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que é isso? Explica esse negócio.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Vou explicar.

Eu cheguei a ligar para o pessoal da Coimbra, que hoje é a Dreyfus, para que se fizesse o “fair trade” junto com a Coaf.

“Fair trade” é um comércio justo, que agrega valor a produto vendido no exterior.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É uma certificação, o café, por exemplo. O café tem normalmente um preço, quando ele tem esse certificado, entra nesse clube internacional, o preço dele no mercado internacional é maior.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual você acha que é o preço médio do suco de 200ml?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Eu não sei o preço final do suco que é vendido, mas assim...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Custo.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Se ela paga 14 reais em uma caixa de laranja para um produtor que não tenha certificação para um certificado a 18.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tudo bem. Mas quanto que você acha que custa esse suco de laranja, 200ml?

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA - Não sei, na faixa de um real, ou um real e alguma coisa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor tem certeza ou o senhor não sabe?

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Não, eu não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para dizer que quem rouba 90, ou quem rouba 10, é ladrão do mesmo jeito. Não há dúvida alguma. (Manifestação dos presentes.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não há nenhuma discordância disso, deputado?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Desculpe-me, é que eu tinha entendido diferente. Desculpe, deputado Barros. Entendi diferente. E fico feliz pela resposta que ele deu de que um contrato de 13 milhões é alto, pelos padrões da Coaf.

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Só para terminar, com relação ao “fair trade”, eu fui uma das pessoas que ligou na Coimbra para tentar fazer um “fair trade” junto com a cooperativa, porque eu não achava justo o produtor vender dois caminhões para participar de um programa social, se ele tinha 10, o que ele iria fazer com os oito? Você entendeu? Então contactei, coloquei o pessoal da Coimbra em contato com o Chebabi, por que não deu certo eu também não sei. Só sei que, hoje, a Coperfam, em Bebedouro, pratica o “fair trade” junto com a Citrosuco. Não sei os moldes do contrato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - As grandes empresas que vendiam para a Coaf sabiam o que estavam vendendo, como se fosse produto de produtor rural?

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Não sei.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Srs. Deputados, eu só queria aqui passar uma informação: solicitar urgência na transcrição do depoimento do Sr. Fossaluzza, porque queremos o mais rápido possível disponibilizar essa informação de forma pública. Porque o compromisso com ele era de ouvi-lo em forma reservada, em função do receio dele da questão da segurança pessoal, mas as informações vão ser disponibilizadas para todos. Então solicitamos aqui que a transcrição seja feita o mais rápido possível, para que todos possam ter acesso, o acesso das informações será público.

Queria, só para terminar, fazer uma pergunta ao Sr. Carlos, porque eu, realmente, não consigo me conformar: o senhor, sendo um funcionário da área, não tenha percebido, em nenhum momento, que a Coaf usava, de forma ilegal, irregular a boa fé de pequenos produtores. Eu não consigo me conformar. Como dizem, qualquer pessoa, com um mínimo de conhecimento, saberia isso. O senhor, como funcionário da área, não percebeu em nenhum momento isso?

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Deputado, só para os senhores terem noção e dimensão de como funcionavam as coisas lá dentro da cooperativa. No meu depoimento para a Polícia, no dia em que fui detido, a Polícia chegou para mim e falou assim: “Você assinou um contrato de venda da cooperativa com a Prefeitura do Município de Cotia, beneficiou o Sr. Emerson Girardi e o Sr. Sebastião Misiara. O senhor conhece o Sr. Sebastião Misiara?” Eu falei: “Não conheço o Sr. Sebastião Misiara, não tenho amizade com o Sr. Sebastião Misiara, sei que ele foi vereador em Barretos e participei uma vez de uma reunião do AMA, lá no Termas dos Laranjais, em Olímpia, do qual o Sr. Sebastião Misiara falou em nome da Uvesp, União Paulista” acho que dos vereadores?

O SR. - Vereadores do estado de São Paulo.

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Isso. Ele falou em nome da Uvesp, o Sr. Sebastião Misiara. “O senhor assinou ou não?” “Não assinei, não lembro o que eu assinei”. “Não, o senhor assinou.” Assinou ou não assinou... Aí eu falei assim: “Vamos falar um número? Assinei uma, vai.” Para terminar o impasse ali na oitiva. O promotor que estava me ouvindo, se não me engano era o Dr. Romanelli e o Dr. Vasconcelos, que era o delegado seccional lá, é o delegado seccional lá, pegou o plano de venda da Coaf para a Prefeitura de Cotia. Chegou para mim e falou assim: “Tá aqui. Como é que você não vendeu? Tá aqui o plano de venda que você assinou.” E começou a folhear o plano de venda. E eu não achava minha rubrica na lateral. Onde tinha rubrica de todo mundo, eu não achava a minha rubrica. “Tem alguma coisa errada, não estou achando minha rubrica.” Chegou à última folha, o meu nome, o meu CPF, os senhores podem requerer isso no inquérito, que está dentro do inquérito e foi relatado na minha oitiva. Chegou à última folha, estava lá o meu nome, o meu CPF e uma assinatura que não era a minha. A cooperativa tinha falsificado a minha assinatura num

documento. Pedi para o promotor Romanelli, na época. Falei: “Doutor, o senhor quer que eu assine do lado, quer conferir com a minha carteira de habilitação, com o meu Crea, que a assinatura é igual? E qualquer dúvida que for gerar a assinatura, eu tenho firma no cartório em Bebedouro, você vai lá e reconhece a firma.” Ele falou: “Não, Sr. Carlos, não pode assinar aqui.” Pedi para quem estava digitando a minha oitiva: “Encerra o depoimento do Sr. Carlos.” Encerrou, deram três páginas. Se vocês pegarem aí na minha oitiva, na Polícia, tinha três páginas. “Rubrica as duas primeiras e assina na última.” Eu rubriquei as duas primeiras e assinei na última. Ele encostou do lado, até eu, Srs. Deputados, tenho interesse para que se apure quem falsificou minha assinatura naquele contrato. A assinatura não é minha! Não fui eu quem fez o plano de venda para a Cooperativa de Cotia. Eu sei que quem fazia, e disse bem claro aqui, ontem, que era ele que fazia, quem fazia o plano de venda da cooperativa era o Carlos Alberto Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor acha que ele assinou pelo senhor?

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Não sei. Alguém lá dentro assinou por mim. Eu não sei quem, mas alguém assinou. E, deputado, não tem nem a sombra de proximidade com a minha assinatura.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O deputado Barros fez uma questão de ordem, até se me permite responder, acho que o senhor perguntou do Gustavo Spido. Procurei aqui rapidamente na internet, parece-me, está dizendo na matéria, que ele está colocando o nome dele à disposição de concorrer, na eleição em Bebedouro, a prefeito pelo PMDB. Essa matéria é anterior ao prazo de inscrição. Mas só fazer uma pergunta: Weder que o senhor citou...

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - O Weder Piffer.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele é parente do Sr. Junior Piffer?

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Ele tem alguns irmãos que são advogados, lá em Bebedouro, e o pai foi prefeito, em Bebedouro. Eu não sei o nome do...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fiquei curioso, porque tem um empresário Junior Piffer também candidato a prefeito lá. Parece que era uma engrenagem em Bebedouro muito forte. Pelo menos...

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Deputado, só complementar. Parece-me que há um irmão do Eder Piffer que tem uma empresa - irmão ou parente do Eder Piffer -, em Bebedouro, chamada Delta Citrus. Produz suco de laranja.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É parente desse Piffer aí?

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Parente do Eder. Não sei qual o grau de parentesco entre o Eder e ele. Que tem uma indústria de suco chamada Delta Citrus, situada no município de Bebedouro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vendeu para a Coaf? Está citado lá, alguém fala dessa Delta.

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Vendeu. Vendeu.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então encerramos a discussão. Está dispensado o Sr. Carlos. Peço para trazer o próximo depoente, que é o Sr. Caio...

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Posso só fazer um complemento, presidente?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sim, pode.

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Senhores, eu gostaria de pedir aos senhores que anotassem o número do processo na Cati, que está lá na Cati, que é o Processo 4.798, de 2016. Tem todas as informações necessárias para que os senhores possam tirar a conclusão técnica do que foi investigado, da minha participação. Podem achar que eu estou mentindo. Eu estou muito tranquilo com relação a isso. Tenho confiança nos meus atos - sabe? -, e tenho a certeza que eu não vou ser preso e nem detido, não vai ser por isso aqui. Posso ser por alguma outra coisa, mas por isso aqui não, baseado nesse relatório que a Cati fez.

Presidente, a cópia do relatório final é sua.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Fica na assessoria da Comissão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, antes de V. Exa. encerrar, já liberando o depoente, só queria fazer um comentário. É fácil dizer que...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mais um...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A CPI... Não, não, não, não. Só estou dizendo isso. Mas eu queria registrar aqui, e isso daqui é um cumprimento do deputado Alencar, cumprimento do deputado Rillo, cumprimento do deputado Carlão, deputado Olim, o deputado Roque, o deputado Adilson, todos os deputados. A deputada Marcia, a deputada Beth Sahão, a deputada Ana do Carmo, enfim, o Rillo já mencionei. Todos. Na verdade, eu queria registrar isso. Nós, em duas semanas de funcionamento, e queria cumprimentá-lo, presidente, fizemos mais do que a Polícia de Bebedouro, a Polícia Civil Regional, e o Ministério Público, e a Corregedoria do Governo do Estado de São Paulo em um ano e meio.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Falta um “e” a mais. Não falta mais um “e” aí, não?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Qual?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A Procuradoria de Justiça, que tem que investigar os deputados, por exemplo. Que até agora não sabemos o que eles fizeram.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Até agora não tem o que apurar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como não tem o que apurar? Foi citado e não vai nem ouvir? Já vai inocentar sem ouvir?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Espere um pouco. Essa é a sua opinião.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, estou complementando um “e” a mais. Eu acho que a Polícia local apurou muito.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu dei...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Excelências, excelências!

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Presidente, ele encerrou dizendo o seguinte: que ele não vai ser preso, não seria preso por aquilo que consta no processo administrativo. Deu a entender por alguma outra coisa. Alguma outra coisa envolvendo a Coaf?

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Não. Não. Não, não, não. Posso ser preso por um outro motivo que não seja a Coaf. Eu tenho sã consciência e tenho sã consciência, Srs. Parlamentares, que em nenhum momento eu menti para os senhores aqui...

O SR. - Excelência, chega. Por favor!

O SR. CARLOS ALBERTO SANTANA DA SILVA - Em nenhum momento fiz chacota da CPI.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está encerrado o depoimento. Por favor, trazer o Sr. Caio Pereira Chaves.

Suspendemos por cinco minutos, até que ele chegue ao recinto.

* * *

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhoras e senhores, vamos retomando. Chegou aqui, já, o depoente. Então, reabrimos a presente reunião. Peço para que entre o Sr. Caio. É o último de hoje.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, reabrindo os nossos trabalhos, vamos passar a palavra para o Sr. Caio. Antes, porém, queria dizer que o senhor está aqui na condição de testemunha e deve saber que perante a lei deve dizer a verdade, sob as penas da lei. Suas advogadas podem acompanhar, mas não podem fazer nenhuma interferência. A única coisa que eu gostaria é que as senhoras se apresentassem, para que todos soubessem quem são.

A SRA. CLÉLIA PACHECO MEDEIROS FOGOLIN - Eu sou Clélia Pacheco Medeiros Fogolin, advogada atuante em Bebedouro. Nosso escritório é Medeiros Fogolin Advogados.

A SRA. RAFAELA PIZOLATO - Meu nome é Rafaela Pizolato.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É advogada também. As duas são advogadas.

Temos o hábito, Sr. Caio, de abrir a palavra no começo da Comissão, para que o senhor fale um pouco: quem é, qual a sua função dentro da Coaf e, se quiser prestar algum esclarecimento inicial, pode fazê-lo de forma livre. Então, o senhor tem a palavra.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Boa tarde. Eu faço parte dos 30 funcionários da cooperativa.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Fale perto do microfone, por gentileza, Sr. Caio.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Desculpe.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Dá para aumentar o som do microfone do depoente, por favor?

Só quero avisar os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas de que, a partir de agora, V. Exas. têm uma hora para fazer as inscrições - então, até as 14 horas e 15 minutos.

Devolvo a palavra ao Sr. Caio.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Bom, eu faço parte dos 30 funcionários da cooperativa que foram demitidos e não receberam suas verbas rescisórias. Fica só um recado para os ex-dirigentes da Coaf. Minha função era auxiliar de escritório. Basicamente, fazia pagamentos de fornecedores e tinha acesso aos extratos bancários da Coaf.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É só isso o que o senhor vai falar?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Basicamente, era isto o que eu fazia: auxiliar de escritório.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que o senhor sabe sobre tudo o que está ocorrendo? Dê o seu depoimento. Fale um pouco para nós como foi.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Conte a sua história, desde quando entrou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quando você entrou? O que você fazia, em melhores detalhes? Esse negócio de administrar dinheiro, como era?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Bom, era o seguinte: os vendedores da Coaf sempre me ligavam porque eu tinha acesso ao Internet Banking. Nesse período, eles perguntavam se caiu alguma prefeitura, qualquer prefeitura.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quais vendedores?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - César Bertholino, Português, Emerson Girardi.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Português é quem?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - É Luiz Carlos da Silva Santos. César Bertholino, Português, Emerson Girardi.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Traduza o “Português”. Qual o nome dele?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Luiz Carlos da Silva Santos.
Bom, após eles me ligarem, eu conferia os extratos bancários da Coaf.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Carlos Alberto Santana, também?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, o Cal, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O Carlos Luciano?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, também. Era dele que eu estava tentando me lembrar.

Então, eu conferia os extratos bancários da Coaf. Caso caísse alguma prefeitura, era emitida uma ordem de retirada, que era assinada pelo presidente da Coaf, e os mesmos iam ao banco e sacavam valores altíssimos em dinheiro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual a média entre aquilo que era recebido e...?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Bom, essas comissões giravam em torno de dez a 25 por cento. Dez por cento eu tenho certeza absoluta de que era da Secretaria do Estado de São Paulo o valor da comissão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que você tem a certeza absoluta?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Porque o César Bertholino passava para mim, para fazer o recibo, e ele ia ao banco sacar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele dizia para quem ele ia dar esse dinheiro?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Marcel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Alguém mais?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, apenas o Marcel ele citava e um tal de...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Procure lembrar. (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Quero só dizer para o depoente que pode ficar tranquilo e calmo. Aqui, ninguém vai...

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Desculpe. Eu estou um pouco nervoso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estamos só começando.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Nós queremos só saber dos fatos e pedir a colaboração para que possamos apurar... Enfim, já se sabe que foi montada uma verdadeira quadrilha.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só a disposição em ter vindo aqui é importante para nós. Em colaborar...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então, fique tranquilo. Não...

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Está bem. Muito obrigado. Estou um pouco nervoso. Sou meio... Muito tímido, não é? Mas...

Bom, entregava para o Marcel Julio.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual a outra pessoa que você ia lembrar?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Então, o Emerson Girardi...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, você falou do Marcel e mais um, junto, que é a questão do Estado.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Ah, não. Eu não lembro o nome dele.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tinha o nome parecido com o nome de carro ou alguma coisa?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Oi?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Parecido com o nome de carro ou alguma coisa? Um Jetta ou alguma coisa assim?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Isso, isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como é que era?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Ele mandava entregar para o Marcel ou esse tal de Jéter.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você sabe quem era o Jéter?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, nunca vi. Só vi o Marcel na cooperativa em 2015. Em janeiro ou fevereiro, ele ia à cooperativa e tinha reuniões com o César e com o Cassio Chebabi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E sobre esse contrato do Estado, eles cobraram alguma vez se atrasou pagamento?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim. Atrasou o pagamento e o Marcel foi à cooperativa cobrar. É disso que eu tenho informações.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, como introdução, eu acho que está bom. Vamos partir para as perguntas, porque, senão, usamos a introdução para fazer perguntas também.

O primeiro inscrito é o deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Cumprimento os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, o Sr. Presidente.

Quero fazer uma pergunta rápida. Sr. Caio, primeiramente, o senhor teve mandado de busca e apreensão à sua residência. É isso?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O senhor também foi preso, ou não?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu fui prestar depoimento.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Temporária, o senhor ficou?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, não. Eu fui liberado.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Não? O senhor foi. Prestou depoimento. Foi levado coercitivamente. Foi embora e fez-se um mandado de busca e apreensão à sua residência.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Foi tranquilo.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Então, mas o senhor foi para a delegacia. Tranquilo, no carro de polícia, ou não?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Oi?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O senhor foi em uma viatura policial?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Fui.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Preta e branca, com um azulzinho, assim?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, sim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Então, está bom. Outra pergunta que eu queria lhe fazer: na sua residência foi... O senhor ganha R\$ 2.800,00. Quanto tempo o senhor trabalhou na Coaf?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu trabalho na Coaf registrado... Em 2013... Em janeiro de 2013, eu fui registrado.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O senhor ganhava R\$ 3.000,00, R\$ 2.800,00... Foram achados R\$ 50.000,00 na sua residência, que o senhor juntou, e mais R\$ 20.000,00 na conta do Santander. É isso?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim. Além desses R\$ 2.800,00, eu tinha gratificações que o Sr. Cassio Chebabi fazia...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Mas, ele dava essas gratificações por quê? O senhor participava do quê?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Muitas vezes, eu trabalhava no sábado. Trabalhava no domingo. E não era só comigo que eles davam essas gratificações. Eram outros funcionários, também, que recebiam.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Essa quadrilha toda - que, aliás, o senhor participou... Desculpe falar, que o senhor foi para a delegacia, mas foi embora. Mas, houve mandado de busca e apreensão à sua residência. O senhor ouvia falar que era dado dinheiro para deputados, ou federais, ou estaduais? Fale a verdade.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Bom... Eu só escutava o nome do Marcel e Misiara.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Está bem. Marcel. Agora, o senhor ouviu falar... Chegou-se a falar: “Olha, levamos dinheiro.” Ou essas pessoas só iam lá e levavam o dinheiro e não diziam para quem era? O senhor nunca ouviu falar?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, não.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Está bom. Então, eu pergunto mais uma vez, rapidamente, para o senhor: o senhor se lembra de uma foto que foi tirada, quando o senhor trabalhava lá, com um monte de dinheiro? Esse dinheiro era para quê?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Pagamento de funcionários.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Aquele monte de dinheiro que aparece e ia aparecendo e se mostrando, aquilo era para pagamento?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, sim. Tenho certeza absoluta.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O senhor confirma? Porque ele disse que o senhor ia confirmar... O senhor confirma?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Confirmando.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Como era feito o pagamento, lá?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Bom, normalmente, a Coaf estava com cheque restrito, porque não havia como ir ao banco e pedir novos talões de cheques, porque estava tudo “motivo 12”. Então, era retirado o dinheiro.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - E quem tirou essa foto?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Fui eu que tirei a foto.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Ah, você? Você confirma que tirou aquela foto? E como é que essa foto foi vazada e foi usada pela polícia ou pelo Ministério Público?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Então, eu mandei no WhatsApp do Carlinhos, que é o rapaz que está com o dinheiro.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Certo. Que é o que apresenta o dinheiro, que chegou aqui cabeludo e na época estava sem cabelo?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - É esse mesmo.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - É como ladrão. Quando é preso, quando volta, está mais gordo e ninguém conhece. Se for para reconhecimento, você não sabe quem é.
E aí?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Exatamente. Eu mandei no WhatsApp dele e o meu celular foi apreendido.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Aí, estava lá essa foto. Era uma brincadeira de vocês?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Ah, ele pediu para tirar a foto.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Quanto havia, em dinheiro, na época, lá?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Olhe, aquele valor era para pagamento de salário. Girava em torno de 110 mil.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Certo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só de funcionários, tudo isso?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sessenta mil era para funcionários e 50 mil para pró-labore.

O SR. BETH SAHÃO - PT - Pró-labore. Cheque, nada? Só dinheiro?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Dinheiro.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Para fazer os pagamentos?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Funcionários... Havia 30 funcionários.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Então, é real essa foto? Essa foto vazou, então? Você acha que foi...? O que você acha dessa foto? Isso aí foi forçado pelo Ministério Público a mostrar, para dizer o quê? Que lá o dinheiro era vivo? Que era sempre em dinheiro que ele estava ganhando? Qual que você acha que foi essa...? Que foi mostrado para a imprensa...? A que você vê isso...?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não sei o motivo por que foi mostrado para a imprensa.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Estão querendo dizer o quê? Que todos lá ganhavam muito dinheiro?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, não.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O que você acha que foi, então?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Bom, no caso do Carlinhos, acredito que, como houve essa repercussão toda, ele... Vamos dizer que fazia as entregas de dinheiro.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Para quem?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Para o... É um tal de Pinguim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pinguim?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - É, Pinguim. Eu não lembro o nome dele.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Não era do Batman, não, não é?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Não é Joaquim?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Joaquim. O apelido dele era Pinguim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Ah, o Joaquim. Então, o nome dele é Joaquim.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Exatamente.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pinguim? Vou adivinhar, aqui? Sou Mandrake, para adivinhar?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - E o Carlinhos levava dinheiro para ele.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Só lhe pergunto outra coisa, rapidamente: quanto tempo o senhor ficou ou está nessa Coaf? O senhor ficou, lá?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Oi?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - De que ano a que ano o senhor ficou?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Então, eu entrei em janeiro de 2013 e saí em fevereiro de 2016.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O senhor pegou as vacas gordas, lá, de muito dinheiro. Concorde? Na época em que o presidente, lá, que é tão conhecido aí - e até não quer vir aqui, mas vai ter que vir... O senhor participou de muita conversa com ele? Ele falava algumas coisas ligadas a políticos? Sim ou não?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - E para quem mais os senhores vendiam? A Coaf fazia vendas...? Para quem mais a Coaf fornecia a merenda? Quem mais comprava, lá, aliás, suco?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Qual prefeitura mais comprava?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Quem mais comprava suco? O Governo do Estado, as prefeituras? Quem mais comprava?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - O Governo do Estado e as prefeituras: Caieiras, Araras...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - As prefeituras compravam muito?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Com certeza, a maior parte.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Quantos por cento?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, eu não sei, exatamente, a porcentagem, porque era o Carlinhos que fazia essa...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Mas, mais ou menos... O senhor participou.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - O senhor participou tanto que já teve mandado de busca e apreensão à sua residência. Se o senhor fosse santo, o senhor não teria. Desculpe. O senhor concorda? Se o senhor não estivesse devendo nada, ninguém ia pedir um mandado de busca. É a pior coisa ter um mandado de busca e apreensão à sua residência. Mexem em tudo. Eu já fiz várias. Eu sei como funciona. É horrível, isso. O senhor passou por isso. Então, o senhor devia estar envolvido com alguma coisa.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Bom, eu estava envolvido porque o meu celular estava grampeado.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Ah, e o senhor falou com quem nessa...?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, esses vendedores ficavam me perguntando se havia dinheiro.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - De dinheiro?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Exatamente.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - E o senhor nunca ouviu nada de nenhum político?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Então, está bom. É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A próxima inscrita é a deputada Beth Sahnão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Bom, eu só queria, assim... Eu estou muito indignada, Sr. Presidente, porque propina mudou de nome agora - virou comissão. Ele está dizendo que havia comissões da Secretaria de Estado da Educação, que variavam de 10% a 25%. Eram para os senhores Marcel e Jéter. O senhor confirma?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, o César Bertholino me falou esses dois nomes: Marcel e um tal de Jéter.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor falou do Pinguim... O que fazia o Pinguim? Quem era ele?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Ele ia à Coaf. Era representante...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Representante de quem?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - De vendas.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas ele entregava dinheiro para alguém? Manuseava dinheiro?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, quem tinha contato com ele era o Carlos Luciano Lopes.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Uma coisa que me deixou bastante preocupada é como vocês pegaram 110 mil reais em dinheiro para pagar funcionários... Não podiam fazer esse pagamento em cheque, como todas as empresas?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não era possível emitir cheque no banco.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Por quê?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Para pegar cheque no banco, você tem que pegar todos os "motivo 12" - cheque sem fundo - e deixar o nome da Coaf limpo, para assim pegar novos cheques.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Por que vocês não pegavam esse dinheiro para regularizar a conta da Coaf?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - A conta da Coaf era bem complicada, porque...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Devia ser bastante complicada.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Após caírem prefeituras, eram efetuados vários saques com essas porcentagens, e sempre estava no vermelho. Não tinha condição de ficar no azul.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas por tanto dinheiro... O senhor acha que ficava no vermelho por quê? Por causa de muito desvio de dinheiro?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Acredito que era por causa dessas retiradas de comissões.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Retirada das propinas?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada, V. Exa. me concede um aparte?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pois não.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor acabou de dizer que, por ter “alínea 12”, que é emissão de cheque sem fundo, então não tinha como pegar. Quando caía o dinheiro de pagamento de prefeituras ou do Estado, vocês iam lá e sacavam toda a quantia que tinha entrado, é isso?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Exatamente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Então quer dizer que, além do golpe que vocês deram nas prefeituras, em relação às merendas, vocês também deram golpe nos pequenos e grandes produtores rurais que estavam vendendo produtos para a Coaf? Era assim que a Coaf fazia dinheiro, era isso?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Exatamente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não pagava ninguém, só pagava os... Falaram hoje aqui em “bola gorda”, “bola magra”, “propina”, “comissão”, enfim. É por isso então que acontecia isso.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - A prioridade era pagar essas comissões. Podia atrasar tudo: pagamento de funcionários, de fornecedores...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O mais importante era encher o bolso dos corruptos?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só não atrasava a propina?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Essa era sagrada.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Essa não falhava.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mesmo se fossem 10% ou 25% de propina, não atrasava?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não atrasava.

A SRA. BETH SAHÃO - PT – Sr. Caio, o senhor autorizou a senhora Camila Chebabi a fazer movimentação bancária na conta da Coaf?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, para a Camila eu lembro que foi feito um cheque de 10 mil reais. Mas o motivo...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhoras e senhores, peço mais uma vez que fiquem em silêncio.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ela era esposa do Cassio Chebabi, certo?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Isso, esposa dele. Preenchi o valor de 10 mil e entreguei para o Cassio. Acho que ele entregou para ela, porque depois fui ver no extrato bancário, e estava nominal a ela.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ela trabalhava na cooperativa?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E ela recebeu esse dinheiro gratuitamente? Há um cheque nominal para Camila Chebabi, mulher do Cassio.

Eu queria saber qual a sua relação com Carlos Luciano Lopes. Embora o senhor o tenha citado, quero saber exatamente qual era sua relação com Carlos Luciano Lopes, César Bertholino e Luiz Carlos da Silva Santos.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Os três eram vendedores da Coaf e sempre estavam me ligando para perguntar se caiu alguma prefeitura.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O que significa cair alguma prefeitura?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Pagamento de prefeitura.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E qual o interesse deles em saber disso?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sacar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para pegar para eles?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não sei se era para eles. Eles pegavam e não sei para quem passavam. Eu sei que o César passava para o Marcel e para esse tal de Jéter.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Algum agente público agilizou assuntos de interesse da Coaf na Jucesp? E se fez isso, cobrou por esse serviço? Se cobrou, quanto?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Isso eu não tenho conhecimento.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor também não sabe se foi realizado pagamento em cheque para a contraprestação em razão da abertura da chamada pública do Estado?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, foi um cheque de 50 mil. O Cassio Chebabi pediu para eu fazer esse cheque no valor de 50 mil.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Foi para quem esse cheque?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Deixei sem ser nominal. E ele entregou para o César Bertholino.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Esse cheque foi para pagar o quê?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não sei. O Cassio pediu para preencher um cheque de 50 mil reais e entregar para ele, mas estava sem nominal.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor depois não conferiu o extrato para ver se há alguma pessoa para quem foi direcionado esse cheque, já que o senhor cuidava desse parte?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Estava nominal para um tal de José Merivaldo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem era José Merivaldo?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não conheço. Quando vi no extrato bancário, estava nominal para ele. Foi devolver o motivo 12...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Foi pago, e depois? Pagou novamente mais adiante?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quando esse cheque não foi pago, alguém cobrou?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - O César cobrou. Ele ficou reclamando: “Por que voltou esse cheque?”

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Esse cheque foi pago por conta do contrato do Estado?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Acredito que sim. Não sei te informar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputada Beth Sahão, V. Exa. me concede um aparte? Quero entender: o cheque era da cooperativa? Porque você disse que a cooperativa não tinha cheque.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Mas nessa época de 2013 ainda tinha cheque.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu só queria, Sr. Presidente, informar que me parece que esse José Merivaldo é funcionário desta Casa. Então, precisamos investigar bastante isso.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Funcionário da Casa e já convocado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor estava com o Cassio Chebabi quando este, supostamente, entregou 200 mil reais ao deputado Baleia Rossi, que teria orientado que esse valor fosse encaminhado a Gustavo Spido, empresário e político de Bebedouro na campanha de 2014?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, eu não estava presente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o senhor tem alguma informação a esse respeito?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Acredito que quem estava com ele seria o Adriano Miller, responsável financeiro...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quem é Adriano Miller?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Ele é prestador de serviços da cooperativa na parte financeira.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Prestador de serviços...

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Isso: gerente, administrador.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada, ele tinha sido convocado para vir hoje, mas não compareceu. É um dos que não compareceram.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Certo. Mas o senhor não sabe para quem o Adriano Miller repassou esse valor?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas os 200 mil, o senhor confirma que foi...

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu não sabia disso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor não sabe. Eu queria saber se o senhor já efetuou algum repasse de valores para serem entregues a agentes públicos do governo estadual? O senhor mandou entregar valores ou bens para o ex-chefe de gabinete da Casa Civil do Estado de São Paulo, Luiz Roberto dos Santos, o Moita? Ou para o ex-chefe de gabinete da Secretaria da Educação, Sr. Fernando Padula?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, eu não tinha acesso. Eu ficava internamente na Coaf.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas algumas outras informações o senhor tem. O senhor sabe que foram entregues 50 mil ao Sr. José Merivaldo. Desses outros valores o senhor não sabe?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - É por causa do cheque que estava nominal a ele, conforme vi no extrato.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E o senhor conferiu os extratos para ver se havia algum valor nominal a Luiz Roberto dos Santos ou Fernando Padula?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não havia nenhum cheque nominal a eles.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor conferia esses extratos de forma periódica?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Todo dia eu conferia os extratos e mostrava para os dirigentes da Coaf.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Qual o período em que o senhor ficou na cooperativa? De quando a quando?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu tive acesso aos extratos de 2014. Mas conseguia puxar muita coisa de 2013. E em 2015 também tinha acesso aos extratos, só para consulta.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor conhece Sebastião Misiara, Emerson Girardi, Leonel Julio, Luiz Carlos Gutierrez - o Licá -, Jéter Rodrigues, Luiz Roberto dos Santos - o Moita - e Fernando Carlomagno? Se conhece, qual a função que cada um deles tem nesse esquema de corrupção?

O senhor conhece Sebastião Misiara?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não pessoalmente. Eu sei que é o tio do Emerson.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quem é Emerson?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Vendedor da Coaf.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o Sebastião Misiara tinha influência na Coaf?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Ele nunca foi à Coaf.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor sabe por que ele foi preso?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E nem que ele era o presidente da União de Vereadores?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Isso eu sabia.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Alguma coisa dele, pelo menos, o senhor sabe.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Na Coaf, vinha um jornalzinho da Alesp.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Da Alesp não, pelo amor de Deus...

O SR. - Na atual conjuntura, é bom esclarecer.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor conhece Emerson Girardi?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pessoalmente?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Conhece Leonel Júlio?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Conhece Luís Carlos Gutierrez - o Licá?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Conhece Jéter Rodrigues?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Conhece Luiz Roberto dos Santos - o Moita?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Conhece Fernando Carlomagno?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Esse era vendedor da Coaf.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Outro vendedor?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele recebia cheques?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Várias vezes, vi cheque nominal a ele no período de 2013.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor pode me informar quais os valores?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eram mais ou menos uns 400 mil.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - No período de 2013, em vários cheques?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como é? Explique melhor isso aí.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O que ele fazia para receber tanto dinheiro assim, Sr. Caio?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Quando eu tinha acesso às contas bancárias da Coaf, eu percebi que em 2013 havia vários saques. Referentes a eles, havia muitos valores nominais a esse Fernando Carlomagno. Puxei todos os cheques do Fernando Carlomagno, e deu o valor de mais ou menos 400 mil.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só em um ano.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Deputada, apenas um aparte. O senhor não procurou saber quem era?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Era vendedor da Coaf, sobrinho da Camila.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sobrinho da Camila Chebabi. É tudo parente. É uma família muito generosa essa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas além de ser sobrinho, era mais alguma coisa na vida?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Era vendedor da Coaf.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Atendia a quais prefeituras? Ou estado?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Rio de Janeiro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Cidade do Rio de Janeiro?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Nova Iguaçu.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que você sabe sobre essa questão de Nova Iguaçu?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Havia comentários...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Era tão alto assim o valor lá?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Era bem alto. Eu não sei o valor do contrato, porque eu não tinha acesso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Por que o senhor emitiu, em três meses, mais de 30 cheques no valor de nove mil reais para o senhor Fernando Carlomagno? Por que tantos cheques, do mesmo valor, num período tão curto?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Nessa época, eu não tinha acesso às contas. Não era eu quem preenchia os cheques.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o senhor não achou estranho isso? Nunca procurou saber?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Estranho é. Tanto é que puxei os cheques e entreguei para o “controler”, que era o João Roberto na época.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E ele não falou nada...

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Ele falou que ia conversar com o Cassio. Não sei se conversou. Mas puxei todos os cheques desse Fernando Carlomagno e entreguei pro...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - A informação que temos é de que esse Fernando Carlomagno recebeu mais de 600 mil reais, não 400.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu queria dizer que o tempo já se esgotou. O tempo é da deputada Ana do Carmo. Se ela quiser compartilhar com a senhora...

A SR. ANA DO CARMO - PT - Passo meu tempo à deputada Beth Sahão.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental. Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor tinha conhecimento dos contratos de consultoria que a Coaf fazia?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor nunca pagou contrato de consultoria lá?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, eu nunca paguei.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O que falou antes do senhor disse que tinha consultoria.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Então, mas para mim nunca chegava...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas não era o senhor que fazia os cheques? Que elaborava os pagamentos?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Exatamente, mas qual era o valor que a senhora pode me falar?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, eu quero saber se o senhor sabe se foi pago dinheiro para consultorias, porque, normalmente, há empresas de consultoria que são de fachada. Criam as empresas de consultoria para receber o dinheiro, para lavar o dinheiro da propina. É o que fazem normalmente essas empresas de consultoria de fachada.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu posso afirmar que o César sacava dinheiro. Agora, não sei qual era o destino. Não sei se era para pagar contratos de consultoria, não sei.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Nobre deputada Beth Sahão, V. Exa. me concede um aparte?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Concedo um aparte.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Até agora eu não ouvi o nome do Cassio Chebabi. Ele não fazia parte da cooperativa? Até agora não houve nenhum tipo de... Eu ouvi sobre a mulher dele, sobre os funcionários.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, ele tinha vários cheques que ele sacava. No período de 2013 também, uma quantia de mais ou menos de 400 mil, e vários cheques de 9 mil. Para ele também.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É interessante, porque depoentes que estiveram aqui antes do senhor disseram que recebiam por contratos de consultoria. O senhor não se lembra de ter pago nenhum contrato desses?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, não me lembro.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não se lembra? Interessante. Deixe-me fazer uma pergunta. Temos aqui as empresas que recebiam. Empresa Miller, Consultoria Empresarial Eireli, Rubem Antonio Mauro, que é pai do Adriano Miller, Riocamp, de Joaquim Geraldo Pereira da Silva, representante da Coaf que foi preso, e a senhora Jussara.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Esse Joaquim Geraldo era o pinguim, é isso?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Isso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Era o pinguim. O Joaquim Aparecido Pereira da Silva, o senhor Emerson Girardi, empresário, e o senhor Aluísio Girardi, que é “free labor” do serviço de comunicação.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - São empresas que receberam. O senhor não se lembra de ter pago para eles?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não. Desses que a senhora está relatando agora, eu me lembro que foi feito TED para essas contas sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então o senhor se lembra? Foi feito o TED?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, a senhora falando os nomes, eu sei.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Foi feito o TED? Então, mas o senhor falou que não tinha. O senhor dizia que não sabia que tinha empresa de consultoria.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu não sabia que era contrato, mas a senhora falando o nome dessas empresas.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor se lembra dos valores do TED? O senhor lembrou do TED agora, o senhor consegue se lembrar dos valores também?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Qual empresa?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Dessas que eu citei. Empresa Miller Consultoria Empresarial, Eireli, Riocamp, o Sr. Emerson Girardi, que é uma empresa individual, e o Sr. Aluísio Girardi.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - O Emerson sacava em dinheiro. Da Riocamp foi feito o TED e sacava em dinheiro.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o valor, o senhor lembra?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Se for somar uns 70 mil.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nossa, que consultoria cara. Setenta mil de cada um? Ou somando todos?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, de tudo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Que tipo de serviço eles prestavam na cooperativa? O senhor não se lembra?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - A Riocamp era do Joaquim, se não me engano.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É do Joaquim, do pinguim.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Falaram que era representação.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Representação do quê?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu não tinha acesso aos contratos, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só um aparte, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pois não.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Quem mandava efetuar os pagamentos? Alguém dava ordem. Quem dava a ordem?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Era o Adriano Miller, que era o meu...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Adriano Miller, seu superior.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - E o Cassio Chebabi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, complementando. O Carlos Santana também administrava a cooperativa? Dava ordem na gestão?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não nessas situações de comissão, mas muitos pagamentos de folha, essas coisas cotidianas, sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E nas fraudes dos projetos de venda?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, não tenho acesso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Lembrando que essa empresa, Miller, o pai do Adriano que recebia.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, foram feitos TEDs para essas contas também.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor sabe se houve alguma agilização dos serviços de interesse da cooperativa junto à Jucesp, pelo “Moita”, o Sr. Luiz Roberto dos Santos?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não tenho conhecimento também.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor não sabe se ele cobrou para poder agilizar esse trabalho?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não. O que eu posso falar é sobre os vendedores internos da cooperativa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Estamos querendo muito saber quem era esse Weder.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - O Weder era ex-presidente da cooperativa no período de 2013. Até 7 de 2013 ele ficou.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor sabia que ele, de abril a julho de 2013... Nós temos perguntado. Essa tem sido uma pergunta que nós temos feito. Em 2013 ele recebeu cerca de 230 mil reais da Coaf?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, tenho conhecimento.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor sabia?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Vários cheques de nove mil.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Esse também? Tudo de nove mil?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Se eu não me engano, era para não pagar taxa na prefeitura. Passando de dez mil tem aquela taxa no banco.

O SR. - Dez mil tem aquele Coaf que pega. Não é essa Coaf trambiqueira. É o outro Coaf.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Nobre deputada Beth Sahão, todo cheque emitido, acima de nove mil reais o Banco Central começa a olhar, tem que informar para que sacou.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele rastreia?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Rastreia, isso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Esse Weder ,o senhor sabe por que ele recebeu esses 230 mil? Por qual serviço ele recebeu esse valor?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não. Ele tinha o pró-labore também e recebia esses valores, mas eu não sei o motivo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um aparte, deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Claro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um dos depoentes nos informou que na sua conta teria sido depositado um milhão.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu queria saber também de onde saiu esse.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não foi depositado.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não. Eu tenho todos meus extratos. Está com a minha advogada. Não foi depositado um milhão de reais.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Foi emitido algum cheque em nome do senhor, de um milhão de reais?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu gostaria que sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então o senhor gostaria também de receber esse?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não. Estou brincando.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Olha, já terminou o tempo. O tempo é do nobre deputado Carlão Pignatari e ele concede um aparte. Também lembrando que V. Exa. pode se inscrever. O que ainda não fez.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Obrigado. Em breve.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu gostaria que o senhor pudesse responder algumas perguntas rapidamente. O que for “sim” ou “não”. Quer dizer que a esposa, Camila Chebabi, recebia da Coaf e não trabalhava, é isso?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim. Mas somente esse cheque de dez mil.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A cooperativa tinha cartão de crédito corporativo?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Se o presidente da cooperativa, o Sr. Cassio Chebabi usava o cartão de crédito em lojas de luxo, em shoppings?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Em quais lojas eram realizadas essas compras que iam nos extratos?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Olha, o cartão corporativo da Coaf girava em torno de dez mil o limite, e era para fins pessoais.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Em quais lojas eles compravam?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não sei informar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Além disso, ele tinha o salário dele?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Era 23.850 reais.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E esses dez eram a mais? Gastos pessoais.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O Sr. Cassio Chebabi tinha uma Amarok e uma Tiguan. Elas eram pagas com dinheiro da conta particular do Chebabi ou da cooperativa?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu já tive a oportunidade de pagar o boleto desses carros da conta da Coaf.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Então quer dizer que, além dos 23 mil e pouco, mais dez mil de cartão de crédito, ainda os financiamentos dos seus carros pessoais eram bancados pelo pequeno agricultor familiar da região de Bebedouro.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, ele ia no banco e fazia o pagamento.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Que beleza. O depoente que esteve aqui hoje, o Fossaluzza, foi demitido da Coaf?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Ele foi, foi demitido.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ele desviou, a Coaf diz que ele desviou algum recurso da Coaf também?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não. Eu sei que foi feito um cheque para ele de 80 mil, se eu não me engano. Ele diz que é de reembolso, mas o Cassio diz que não é. Então foi essa a briga entre os dois.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ele recebia comissões também das prefeituras? Ele veio aqui hoje todo santinho, dizendo que é a pessoa mais séria do mundo, que ele tem o maior interesse em elucidar o caso. Ele recebia comissões de prefeituras também?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Pequenas prefeituras. Mas era bem pouquinho, tipo mil reais.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Fossaluzza veio aqui hoje de manhã. Ele veio aqui hoje todo cheio de dedos. Então quer dizer que o Cassio Chebabi tinha certeza de que a cooperativa era dele. Ele fazia dinheiro na cooperativa não pagando produtores e não pagando fornecedores. Ele sacava para benefício próprio e para benefício dos representantes, como o senhor disse.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Ele se intitulava dono da cooperativa. Ele é o dono e o restante é empregado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ele era o dono da cooperativa?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor respondeu o que eu queria. Vou passar o restante do tempo. Eu tenho mais três minutos. Eu gostaria de fazer, primeiro, um comentário. Eu acho que o senhor deve ser um grande administrador público. Para o senhor ganhar 2800 reais, pagar as despesas da sua casa, constituir o seu lar, das famílias, e além disso acharem 50 mil reais em dinheiro de economias, mais 20 mil reais em banco. Eu acho que, além disso, o senhor era mágico, porque não dá para se fazer tudo isso.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Em referência a isso eu tenho todos os comprovantes. Não tenho nada a temer.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - De onde vinha essa receita?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Além do salário que eu tinha, de 2800, eu tinha gratificações, como já foi dito. Às vezes o Cassio fazia uma gratificação de cinco mil reais para mim, mil e duzentos, três mil, variava muito. A média mensal era cinco mil reais que eu recebia por mês.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É aí que eu vejo que o senhor fez um depoimento, que está na folha 126, dizendo que o senhor recebia, líquido, 2800 reais. Então o senhor mentiu, porque não é isso.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, naquele exato momento eu estava nervoso, mais do que aqui.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O Fossaluzza recebeu comissão da prefeitura de Novais?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, recebeu.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Nós percebemos que tudo isso foi um engodo que foi feito em cima dos produtores, das vendas, por todos. Inclusive o senhor estava envolvido nisso, o senhor estava lá dentro, o senhor sabia dos desvios, o senhor sabia dos saques. O senhor sabia de tudo dentro da cooperativa. O sujeito que tem acesso a extrato bancário, que faz a conferência da movimentação bancária, tem todas as informações que se passam. Ninguém dá um cargo de extrema confiança a uma pessoa que não conhece todo o esquema fraudulento que era a Coaf.

Vou passar o tempo para o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Obrigado, nobre deputado Carlão Pignatari. O senhor, em alguma ocasião, acompanhou o Sr. Adriano Miller para fazer algum saque?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Bom, às vezes eu ia ao banco, mas para pagar contas da Coaf. Eles iam para sacar comissão. Às vezes nós íamos juntos, mas cada um fazia sua parte ali.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor não foi lá recolher os 40 mil que seriam entregues ao César para entregar ao Marcel?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não? O senhor não lembra desse episódio?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não. Nunca entreguei nada referente a comissão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não você entregar, você ter ido junto com o Adriano fazer esse saque.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Bom, o Adriano sacou dinheiro com certeza. Porém, eu não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É que ele disse que teria ido com o senhor em uma ocasião. Ele foi junto contigo, e o valor foi levado por César e entregue a Marcel. Teria sido um saque de 40 mil.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim. Sacou o dinheiro, mas eu não sabia o destino do dinheiro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor não sabia o destino do dinheiro?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Então, esses saques eram assinados pelo presidente e vice. Essas autorizações. Nessa ocasião, realmente o Miller sacou o dinheiro, mas eu não sei o destino desse dinheiro, não sei para quem ele entregou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fale-me um pouco mais sobre o Dr. Misiara. Ele também recebia comissões, propinas?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Então, referente ao Misiara eu não sei informar muito...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Podemos entrar no seu tempo, deputado?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pode.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu só gostaria, deputado, se V. Exa. me permitir...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Acabou o meu tempo, mas o tempo é seu, pode falar.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não ficou claro, o senhor conheceu o Sr. Fossaluzza que trabalhou na Coaf?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, conheci.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O Dr. João Roberto, que esteve aqui, hoje?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Conheci.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor era funcionário dele?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu era funcionário do João.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor era funcionário dele. Porque ele veio aqui, hoje, todo de santo, isso, aquilo. O senhor acredita que ele também desviou recurso da Coaf?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu não posso afirmar.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Você tem provas documentais, cheques nominais, já que o senhor conferiu os extratos?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu só tenho esse cheque de 85 mil, que foi feito nominal, dele.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Nome dele?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - É. Mas outras ocasiões...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas o senhor acabou de falar que ele recebia dinheiro de prefeitura, mil, mil e duzentos, mil e pouco.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O que era esse dinheiro? Era comissão, era propina.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Então, ele falava que era comissão, porque ele que abriu a prefeitura.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu estou feliz, deputado Barros. Nós concordamos em mais um item.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Concordamos em 99 por cento.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Já é tempo agora do deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não importa o tamanho, é também propina, mesmo que sejam mil reais.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É lógico.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não importa também o tamanho do contrato, se foi irregular é irregular.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Verdade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Obrigado pela concordância nesse item.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Agora é o tempo do deputado Alencar Santana.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E o meu? Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Depois do dele. Se V. Exa. quiser falar antes...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fique à vontade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu vou falar no final.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então, deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só um segundo, por favor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Uma Questão de Ordem levantada pelo deputado Carlão Pignatari, quem quiser pode se inscrever por mais 15 minutos. O tempo para a inscrição termina às 14 horas e 15 minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você diz que variava de dez a 25% esses valores da propina recebida. Você tem noção de como era calculado, se era mais ou se era menos, se era dez, se era 15, se era 20, se era 25?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - O César já chegava com o valor pronto. A única prefeitura que eu sei que era 25% era Araras, por causa do Joaquim, e esses 10% era da Secretaria do Estado, porque era a maior que tinha na Coaf.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como assim a maior?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Por exemplo, caía um milhão e duzentos; cento e vinte mil sacava, ou seja, dez por cento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quanto foi sacado, mais ou menos, desse contrato, que você sabe? Desse contrato em especial?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Qual contrato?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Da Secretaria do Estado.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Quando foi sacado? Todo mês sacava.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tem noção do total?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Um milhão e trezentos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um milhão e trezentos?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então um milhão e trezentos do Estado. Segundo o Fossaluzza, pelo valor do produto, o custo do produto, que era em torno de 0,70, 200 mL, aquilo que era vendido acima de 1,40 era o “merendão”. Ele próprio diz isso... (Vozes sobrepostas.)

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Fale corretamente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele disse isso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Tudo bem, V. Exa. pode dizer, mas...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele disse isso. O senhor pode dizer que, no Estado, esse valor de um e trezentos é um “merendão” mesmo, porque foi alto o valor, é isso?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Bom, eu sei que foi sacado esse valor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um milhão e trezentos foi de propina do contrato do Estado?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES – Comissão, que eles falavam...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Comissão de vendedor. (Manifestação dos presentes.)

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que era comissão?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - O César falava que era comissão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É que o Sr. Fossaluzza, o seu chefe, diz claramente até no depoimento dele... (Manifestação dos presentes.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores e senhoras, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O seu chefe diz até no depoimento dele que era propina e disse, há pouco, que, no caso do Estado, pelo tamanho do valor unitário, que é 1,43, tratou-se de um “merendão”. Valor altíssimo daquilo que foi recebido. O senhor sabe dizer se foi doado, se a Coaf fez alguma doação para alguma campanha eleitoral, de algum valor, de algum bem, de algum carro?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não sei informar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E o Gol que foi doado para a campanha em 2014?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, era o Carlinhos Lopes que tinha acesso à logística. Eu não tinha conhecimento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas você ficou sabendo de alguma coisa que teria sido doada?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Dentro da Coaf, o Carlinhos falava que um carro foi para São Paulo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - São Paulo, para quem?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não sei para quem foi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Desse carro veio muita multa? Você que pagava, em tese, você que administrava.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, sim. Vinha muita sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele não reclamou de quem veio essas multas? De onde vieram?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu passava direto para o Carlinhos, ele que analisava. Ele que, tipo, ao pegar a multa, analisa quem foi o motorista que tomou a referida multa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o Carlinhos doou, em nome da Coaf, um carro para campanha em 2014?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - O Carlinhos informou que um carro foi para São Paulo, mas eu não sei o destino desse veículo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, só mais um pouco. Por acaso teria sido ao deputado Capez?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Oi?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por acaso foi ao deputado Capez?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, nunca ouvi...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor não sabe dizer?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, não sei dizer. (Manifestação dos presentes.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por favor, senhores e senhoras.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Bom, Sr. Presidente, ele já respondeu coisas importantes, como dizendo que do contrato do Estado foi sacado um milhão e trezentos. Disse também de outros agentes, Sr. Cassio, Carlos Santana, César, que participava do esquema de propina, como disse, há pouco, também, o Fossaluzza.

Quando atrasou o contrato, o pagamento da Secretaria da Educação, o senhor lembra a época?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, não lembro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não lembra? Parece que teve um pagamento que foi atrasado.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Se eu não me engano, só se foi em janeiro de, janeiro não, março de 2015, só se foi nesse mês.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Dois mil e quinze. Começo do ano de 2015?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aí o Marcel esteve na cooperativa?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Ele esteve em reunião com o Cassio e o César.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sabe se foi cobrando esse pagamento?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não sei informar se foi para isso. Eu sei que eles estavam em reunião. Quero deixar bem claro que era em outro local, eu ficava em Hort Shopping, uma filial da Coaf, e essas reuniões eram feitas em outro local.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como era o nome da filiada?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES – Hort Shopping, Hort Shopping Coaf.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Bom, Sr. Presidente, a princípio é isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu vou inverter com o deputado Turco porque ele vai passar a palavra... Não vai precisar mais? Porque ele vai sair. (Falas fora do microfone.)

Se V. Exa. quiser, depois eu cedo parte do meu tempo para V. Exa. falar por último.

Eu queria fazer um comentário ao nobre depoente. Eu vou fazer em tom jocoso, para não fazer de outra forma. Eu estou imaginando, Caio, que o senhor já, já, logo, logo, vai começar a cantar uma musiquinha assim: “Ai, me dei mal, bateu na minha porta o japonês da Federal, ai, me dei mal, bateu na minha porta o japonês da Federal”.

Sr. Caio, abra o jogo, o senhor trabalhou e ninguém quer incriminá-lo, mas a corda arrebenta do lado mais fraco, e vocês são o lado mais fraco dessa corda. O lado mais forte é o Chebabi, são aqueles que se beneficiaram. Agora, estamos buscando informações. Entendeu? E fica difícil, porque os senhores colocam obstáculos. São evidentes os obstáculos que os senhores colocam.

Eu queria perguntar muito claramente, o Carlos Alberto Silva, que era diretor da Coaf, servidor da Cati, da Secretaria da Agricultura, participava do comando da Coaf?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Ele era diretor da Coaf.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ele era diretor e atuava como diretor, participava de reuniões?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não. Às vezes ele ia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Às vezes ele ia.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, mas era muito difícil.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois é, mas eu pergunto se ele participava. O senhor sempre coloca isso, entendeu? Às vezes, mas era difícil. Responda, participava ou não participava. O senhor sempre quer amenizar, o senhor sempre quer, entendeu?

Fulano recebia propina? Recebia, mas era pouquinho. Sabe, fale. É por isso que eu estou dizendo que, daqui a pouco, bate o japonês da Federal na sua porta, se bem que ele já está fora de esquadro também, mas daqui a pouco vai acontecer isso com o senhor. Fale abertamente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ontem, aqui, o deputado Barros, com todo o respeito, acusou os delegados e quis fazer um vídeo dizendo que os delegados teriam dito a um dos depoentes que seria preso, que isso seria uma ameaça. Vossa Excelência está ameaçando o depoente?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu? (Manifestação dos presentes.)

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vossa Excelência está dizendo que ele pode ser preso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Que isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vossa Excelência acusou os outros, que no depoimento poderia ser preso e que isso teria sido ameaça para eles entregarem os políticos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele falou, no começo, que era em tom jocoso. Não vamos deturpar as coisas, por favor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu falei em tom jocoso, todo mundo aqui entendeu, menos Vossa Excelência. Eu queria saber o seguinte, o Carlos Eduardo Silva participava da direção da cooperativa? Ele era diretor e participava? Ele ia à cooperativa, não ia, ia às reuniões, não ia? O senhor sabe disso.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu ficava na Hort Shopping, como eu disse para o senhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não sabe?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu não participava desse outro local, que era o escritório da Coaf.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nós ficamos sabendo aqui, hoje, pelo menos oficialmente, na CPI, que há participações, inclusive, de prefeituras de outros estados, pelo menos do Rio de Janeiro. Não é isso, no esquema da Coaf?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu sei que o Fernando...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não vendia lá? A Coaf não faturava para Nova Iguaçu?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, faturava.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nova Iguaçu não pagava? O senhor não recebia dinheiro de Nova Iguaçu?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, tinha.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quanto era? Era pequenininho?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu não tinha acesso aos contratos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não é contrato, é o dinheiro que entrava. O senhor conferia os recebimentos, os extratos? O que o senhor recebia.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Nessa época eu não pagava. Em 2013, como eu disse, eu não tinha acesso às informações.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E o dinheiro que chegava, os boletos que o senhor conferia? O senhor acabou de dizer que o senhor conferia boleto.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não conferia boleto. Que boleto eu conferia?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor fazia pagamentos?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Também não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E os pagamentos ao Fernando? O Fernando é o português?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O Fernando é quem?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sobrinho da Camila.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É o sobrinho da Camila?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Vendedor da Coaf.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor dava dinheiro para ele, o senhor falou que era para pagar a Prefeitura do Rio de Janeiro. Quatrocentos mil reais.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Como eu expliquei, em 2014 eu tinha acesso às contas bancárias e eu puxei esses cheques. Quem fazia essa parte era outra funcionária, que saiu da Coaf.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual o nome?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Era o Weder Piffer que fazia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É difícil, é difícil. Eu queria saber o seguinte, o senhor disse que, em Araras, a comissão era de 25%, a propina era de 25 por cento.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Em que época isso?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Dois mil e quinze.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E era encaminhada a quem, ao prefeito, ao secretário?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Era o Joaquim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O Joaquim que levava?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não sei se ele levava. O dinheiro era para ele, agora não sei o destino.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas como é que o senhor sabe que Araras era 25 por cento?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Porque o Carlos Luciano Lopes informou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Informou a quem?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - A mim. Ele calculou o valor e levou para o Joaquim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Entendi, ele pegava os 25% e entregava para o Joaquim. Quanto era entregue para a prefeitura, ou não o senhor não sabe?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não sei informar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vou fazer uma pergunta bem objetiva. Do movimento financeiro, o senhor cuidava disso, não é? Não era isso o que o senhor fazia?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu só conferia o que caía de prefeitura e encaminhava para o escritório de contabilidade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O que caía das prefeituras em pagamento?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Pagamentos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Qual era o montante por mês, aproximadamente?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Olha, em 2015, eu sei que o faturamento total da Coaf foi 17 milhões.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Do ano todo?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Do ano todo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - De 2015.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Isso. Dos anos anteriores, em 2014 eu acredito que tenha sido nove milhões. Isso porque tem uma declaração do escritório contábil.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor pode informar o nome do escritório de contabilidade?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Global Assessoria.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Global Assessoria? Sabe quem é o responsável por ele?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sidney.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sidney?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Só sei que é Sidney o nome dele.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É lá de Bebedouro mesmo?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim. E também o pai do César Bertholino, que fazia a contabilidade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tá. O pai do César Bertholino.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Isso. Que trabalha na Global.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Que trabalha na Global. É isso? O pai do César Bertholino.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, o pai do César que trabalha na Global.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Elza está dizendo que se quiser ela tem o faturamento da Coaf do ano de 2013; 2014 e 2015. Se pudesse deixar cópia seria interessante.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Seria interessante. É interessante. A última pergunta é a seguinte: alguma vez alguém da direção... o que há na Coaf é uma quadrilha. O senhor concorda que tudo isso que foi feito lá é uma ação de quadrilheiros? Concorda ou não concorda? É simples. É ou não? Concorda? Uma quadrilha.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Muito bem. Alguém da quadrilha - o senhor disse que não faz parte - alguma vez pediu para o senhor guardar dinheiro em casa?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Por que que foi feita busca e apreensão na sua casa, já que o senhor é um peixinho tão pequeno?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eu tinha minhas economias, eu tenho os comprovantes de tudo o que eu tenho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, eu não estou perguntando isso. Mas por quê? O senhor é um peixe pequeno na rede. Por que foram fazer uma busca e apreensão na sua casa?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Porque eu tinha acesso à contas bancárias. Talvez eu fosse uma peça chave que os delegados queriam saber. E pelas escutas telefônicas também, porque eles sempre citavam o meu nome: “Quem é Caio, quem é Caio?”.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Citavam o seu nome para quê?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Porque eles me cobravam dizendo “olha o extrato bancário, vê se caiu a prefeitura”. Os vendedores sempre ficavam me ligando e falaram o meu nome.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você desconfiava que era propina?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Eles falavam que era comissão. Todos os vendedores falavam que era comissão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - R\$120.000,00 de comissão. É isso?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Falavam que era comissão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um milhão e trezentos mil reais, melhor definindo, pelo Estado um milhão e trezentos.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim. Nunca falavam que era propina. Ninguém falou que era propina. Nenhum vendedor. Todos falavam que era pagamento...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O seu chefe disse. O seu chefe disse.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, eu vou solicitar o encaminhamento desse cidadão ao Ministério Público, para as providências cabíveis, porque não dá para nós tolerarmos mais esse tipo de coisa. E depois nós vamos precisar reconvocar algumas pessoas que aqui estiveram e que, evidentemente, mentiram, pelo que se viu depois, para nós começarmos a tomar providências e não continuarmos aqui ouvindo besteira, bobagem, abobrinha e mentira.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, quero dizer que concordo com o deputado Barros Munhoz. Temos que começar pelo Carlos Alberto Santana, e o Carlos Luciano Lopes que disse que o dinheiro era nota de um real, quando era de 50, que era para pagar funcionários, quando o Sr. João Fossaluzza Junior disse que jamais aquele montante seria para pagar funcionários. De fato tem muito mentiroso aqui. A começar por aqueles de ontem, que estava mais do que na cara que mentiam; ele tremia. Até o advogado dele tremia quando estava conversando com ele.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo inscrito é o deputado Luiz Turco. Não está presente. Deputado Rafael Silva.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Sr. Presidente, nobres colegas, Sr. Caio, o senhor ouviu, o senhor recebeu alguma informação de que havia um movimento da Polícia Civil, de delegado de nível mais elevado, para tentar tirar o nome do Duarte Nogueira da relação dos possíveis favorecidos?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não. Nunca escutei nada em relação a isso.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - O deputado Duarte Nogueira, segundo o seu entendimento, ele participaria também da relação dos favorecidos?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Também nunca escutei o nome dele.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Aliás, o senhor deve ter dificuldade de ouvir, porque o senhor não ouvia quase nada de ninguém. Mas o senhor sabe como é que o nome do deputado Duarte Nogueira entrou nessa parada? O senhor é figura importante, não peixe pequeno como foi citado, não. O senhor sabe se o Sr. Duarte Nogueira, assim, o senhor adivinhou qualquer coisa ou deduziu que o Duarte Nogueira também seria favorecido?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Não. Acho que o trabalho foi bem feito, não é? Foi bem feito porque o nome dele apareceu várias vezes. O Cassio Chebabi falou o nome de Duarte Nogueira. O senhor também não sabe se ele falou o nome. Todo mundo sabe, mas o senhor talvez não saiba. O Brasil todo sabe pela imprensa. O senhor sabe que ele falou o nome do Nogueira?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não. Eu trabalhava internamente.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - O senhor não ouve televisão, revista, rádio?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, não sei.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Não sabe? Poxa vida. É um fato interessante. Talvez o senhor viva no mundo da lua. Porque se o senhor não sabe que ele citou o nome do Duarte Nogueira e todo mundo sabe? É esquisito isso.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Bom, pelos jornais com certeza eu fiquei sabendo. Porém, na cooperativa ele nunca citou o nome dele.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - O senhor estranhou, mas o nome do Duarte Nogueira está aparecendo. É uma figura desconhecida.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim eu estranhei, porque nunca na cooperativa não se falava no nome dele. Mas se o Cassio em rede pública falou.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - O senhor sabe se alguns documentos desapareceram na Secretaria de Educação, alguma coisa...

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, não tenho conhecimento.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Não sabe também.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, não.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Nem pela imprensa?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Pela imprensa sim.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Ah, pela imprensa sim. E o senhor quando ouviu falar do Duarte Nogueira o senhor conversou com alguém lá? “Oh, e o Duarte, estranho esse cara...”

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Não conversou com ninguém.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Como eu expliquei para o senhor eu ficava em outro estabelecimento da Coaf.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - E eu ficava em Ribeirão Preto, que é bem mais longe que esse setor da Coaf, e eu ouvia as coisas também. Eu também presenciei ali, por parte de gente importante da Polícia Civil, a preocupação de tirar o Duarte Nogueira fora do contexto. Aliás, eu estava presente no gabinete de uma figura importante da Polícia Civil, eu e minha esposa estávamos presentes quando havia essa preocupação. Agora é interessante. É interessante que o senhor... e o pessoal que o senhor convive. O senhor convive com as pessoas. Não adianta falar “não, nós nem conversávamos, Falava

do Corinthians, do Palmeiras, mas desse assunto nós não falávamos; nós nem ligamos para isso”. É igual a história do porco: um cara está roubando um porco aí vem o dono do porco: “Você está roubando o meu porco?” “Porco? Tira esse bicho daqui!” O cara nem sabia que estava levando o porco nas costas. É isso que está acontecendo.

Se eu conversar com todo mundo, que é normal quando existe uma denúncia, “olha, você está vendo, o que aconteceu, poxa vida”, todo mundo comenta. E ninguém comentou “você vê, o nome do Duarte Nogueira apareceu, gente esse cara está acima de tudo e de todos”. Se apareceu, ninguém comentou sobre o nome do Duarte Nogueira lá com o senhor?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não. Comigo não.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Não. Com ninguém então. Interessante. Eu já estou encerrando. Eu presenciei, inclusive, a ação de gente com cargo importante na Polícia Civil, eu presenciei a ação preocupada em tirar o nome do Duarte Nogueira disso tudo; presenciei. Não sei se o nome dele estava lá por um acaso, ou se realmente tinha sentido a citação do nome do deputado Duarte Nogueira. O que eu sei é que ele é figura importante do governo e tem poder de decisão. Eles não procurariam deputadinho de baixo clero - tem um deputado aqui que fala sempre nisso - para qualquer coisa assim.

A citação do Duarte Nogueira. O senhor achou indevida essa situação? Ou o senhor não acha nada, muito pelo contrário?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Vou repetir: eu nunca escutei o nome dele na cooperativa.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Nunca. O nome de quem o senhor ouviu em termos de político? Ou não ouviu de nenhum também?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Nenhum.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Nenhum. Interessante.
(Manifestação de presentes.)

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Também não. (Risos.)

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - O deputado Duarte Nogueira, no seu entendimento, então está fora disso.

Penso que é bom deixar claro que eu presenciei ação de elementos importantes da Polícia Civil para poder excluir o nome de Duarte Nogueira. Isso eu presenciei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso que o senhor está falando é grave, deputado.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - É muito grave, muito grave. Não é grave não, é muito grave.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor poderia trazer essas informações em detalhes para esta comissão.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Nós vamos trazer sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque isso está dizendo que houve orientação.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo orador inscrito deputado Ricardo Madalena.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Precisa dizer esses nomes aqui para esta comissão.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Só um minutinho. Deputado Rafael Silva, essa pessoa importante que V. Exa. estava comentando, essa pessoa tem nome?

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Nome, sobrenome e posição. Só que o Caio tem nome. Não fez nada, não viu nada, não sabe de nada e ele acompanhava o extrato; não viu. Então, acho que nós estamos fazendo papel de bobo neste momento. Eu cheguei agora, neste momento estamos fazendo papel de bobo, fazendo papel de bobo.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Não é o meu caso.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Papel de bobo. Ele não viu nada... Não, o meu é, porque eu quero a verdade. Então ele não viu nada, não ouviu nada, não sabe de nada, não ouviu discussão, não ouviu ninguém comentar. Interessante isso.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por favor, nós vamos transformar isso aqui numa discussão política, e não é essa a questão.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Esta Casa é política.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso é grave, isso é grave, isso é gravíssimo! Essa informação é gravíssima. É interferência, obstrução da Justiça, da investigação e tem que trazer para não pairar dúvida aqui, Sr. Presidente.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Eu não sei se o nome dele estava porque realmente era comprometido, ou se não era. Eu sei que houve a preocupação de tirar o nome dele.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, se V. Exa. tem essa informação, por favor, traga à comissão quem foi que falou isso, porque não dá para fazer esse tipo de acusação sem dizer quem fez isso. Então, o senhor por favor apresente o nome da pessoa importante do governo que disse isso.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - No devido momento.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado Ricardo Madalena.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Eu não quero fazer o papel, mais uma vez, que nós estamos fazendo aqui agora.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, por favor, já encerrou o seu tempo. Deputado Ricardo Madalena.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Quero cumprimentar nossos pares aqui, cumprimentar o Sr. Presidente...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Ricardo Madalena, V. Exa. pode me ceder um final do seu tempo, por favor?

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Pode falar agora.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Obrigado. Primeiro Sr. Presidente, quero pedir aqui para o deputado Rafael Silva o seguinte: deputado Rafael Silva, essas informações que V. Exa. trouxe aqui são importantíssimas para a CPI. É importante que traga o nome dessa pessoa influente no governo que agiu para que fosse tirado o nome do deputado Duarte Nogueira das investigações. Isso é importantíssimo porque nós observamos a máquina do governo agindo para poder limpar a barra do governo. Daqui a pouco, senhoras e senhores estudantes, o governo vai dizer que a fome de vocês na escola é a culpa pela máfia da merenda. Esse governo é bom em se tornar vítima. Portanto, temos que ter isso claro. É importante que o senhor traga essas informações.

Só fazer uma pergunta Sr. Caio: alguma vez que o senhor pagou um dinheiro em cheque, o cheque foi devolvido e depois o pagamento foi feito em dinheiro vivo? O senhor diz isso aqui no depoimento.

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, ocorreu.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor lembra para quem foi feito esse pagamento depois?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Foi feito um cheque para o Emerson, voltou o cheque pelo motivo 12, e posteriormente quando caiu dinheiro na conta da Coaf, o Emerson sacou em dinheiro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor se lembra de ter feito algum pagamento para algum escritório, consultoria, por exemplo, à Passiolo?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não lembra?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não lembro. Mas lembro que foram feitos cheques nominais a Marcel Júlio.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E a Merivaldo também, que o senhor falou, não é?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Sim, sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Está ok. Obrigado. Obrigado deputado Ricardo Madalena.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Sr. Presidente, vou ser breve mas gostaria de saber do depoente que está aqui, o Sr. Caio, que eu acabei de ouvir você dizendo, melhor dizendo acerca de meia hora atrás que o Marcel recebeu um valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais). Você sabe o destino desse valor, para onde foi?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, não.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Foi em cheque ou em espécie?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Em dinheiro. Porém, quem entregou para ele eu acho que foi o Adriano.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Quem é o Adriano?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - É o responsável financeiro pela cooperativa.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Tá. E você sabe quais as relações de amizade do Marcel com agentes públicos?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não, não sei.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Não tem esse conhecimento?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não tenho.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Você conhecia muito bem o Marcel ou não?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não. Eu só o vi umas duas vezes na cooperativa, mas nunca conversei com ele.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Ok. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, tomarei a liberdade de pedir ao deputado Rafael Silva que ou retire a colocação que ele fez, ou dê o nome da pessoa que ele presenciou receber esse recado, porque é uma acusação de extrema gravidade. Ele pode dizer “não, eu vou pensar melhor”, ou reafirma e dá o nome. Sem dar o nome, é uma insinuação, apenas.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - É uma insinuação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ah, é só uma insinuação?

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Não, entenda como quiser. Para mim, não é uma insinuação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu vou entender que é uma disputa política pela prefeitura de Ribeirão Preto. É isso que eu entendo, é a candidatura do seu

filho contra a candidatura do Duarte Nogueira! É uma pena que se use uma CPI para isso!

O SR. RAFAEL SILVA – PDT - Não é essa sua gritaria... Deputado Barros Munhoz, V. Exa. não vai me assustar não. Não enxergo cara feia.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Srs. Deputados, vamos voltar ao tema da CPI. Por favor, vamos voltar ao tema da CPI. Há requerimentos para serem votados aqui.

Primeiro gostaria de informar que houve duas justificativas de ausência. Uma delas é de Adriano Miller Aparecido Gibertoni Mauro, dizendo que, por motivo de doença, não veio. Ele está com pneumonia bacteriana, conforme documentação anexa, da Prefeitura de Bebedouro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Qual é o nome do médico que assinou?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Da Prefeitura de Bebedouro, Dr. Tiago Bosco de Souza Elias.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Do Serviço Municipal de Saúde?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB – Sim. Saúde da Família, Medicina do Trabalho, Prefeitura Municipal de Bebedouro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Solicita que seja remarcada para daqui 30 dias.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Trinta dias? Não, não.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Recebi uma informação da advogada de que esse médico é vereador na cidade de Bebedouro.

O SR. - Poxa vida, vamos convocar os dois agora.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Acho que poderemos convocar os dois, o que V. Exas. acham?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Convoca os dois. Convoca o médico e convoca o... Mas, por favor, para daqui uma semana ou no máximo 15 dias.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - No máximo 15 dias, assim dá tempo de convocar o médico junto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É necessário uma junta médica daqui para ir lá avaliar essa pessoa e trazê-la.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Também seria uma possibilidade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Há algum médico aqui entre nós? Não sei se esse tipo de doença impede que ele venha, mas a junta médica pode fazer essa análise.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu concordo, acho que é interessante.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não podemos afirmar que é falso. É estranho, então que uma junta médica analise.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Preparamos requerimento para convocar também o médico. O Sr. Emerson Girardi não apresenta atestado, apresenta receituário dizendo que tem problema de ordem psiquiátrica.

O SR. - Sr. Presidente, quem assina é o mesmo médico?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não há atestado médico, só receituário. Vamos reconvocar, obviamente. Acho que podemos reconvocá-lo sob pena de condução coercitiva.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, qual que apresentou justificativa de que estava com pneumonia?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O Adriano Miller.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Se ele não puder vir a São Paulo, que esta comissão vá ouvi-lo em Bebedouro. Vamos lá, nós estamos aqui para investigar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Houve mais um que faltou, que é o Aluisio Girardi Cardoso, e não justificou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT – Esse, é coercitiva.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Qual é o cargo dele?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É funcionário da Coaf, mas não... Qual é a função dele, Caio?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Ele não é funcionário, é primo do Emerson.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não é funcionário, é primo do Emerson.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E ele fazia o que lá na Coaf?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES - Não sei, não conheço ele. Eu sei que foi feito um cheque para ele, porém...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - De quanto?

O SR. CAIO PEREIRA CHAVES – Vinte e três mil.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É bom reconvocá-lo, não é?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Reconvoca para daqui três semanas. Primeiro o Emerson, depois ele.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Acho que poderíamos reconvocá-lo para semana que vem, não acha?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Tá bom.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Quem tem um atestado médico, pelo menos justificou. Mas, no caso dele, para semana que vem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Tá bom, combinado, combinado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então fica dispensado o depoente e vamos aos requerimentos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, para que recuperemos um pouco a memória da CPI, de quais outras pessoas já tivemos convocações aprovadas?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Peço para levantar, deputado, porque são muitas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Na semana que vem, V. Exa. pretende fazer qual ordem de chamada?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Minha ideia seria ouvir mais umas pessoas da Coaf para tentar esgotar a Coaf. Depois partimos para os agentes públicos e os funcionários públicos estaduais.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É que aqui há a convocação dos políticos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Exatamente. Quero já deixar aprovado o requerimento, até para deixar claro que esta comissão ouvirá todos que, de alguma forma, foram citados.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ok, então vamos continuar nesta ordem que V. Exa. disse desde o início: Coaf, membros do governo, funcionários...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Funcionários da Assembleia e agentes políticos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ok.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, sinceramente, eu, participando o tempo todo, não vejo nenhuma razão para convocar o deputado Luiz Carlos Gondim, nem o deputado Fernando Cury.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É que são requerimentos...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu entendo que não é todo mundo. Aqui não se falou nada, não há nada, absolutamente nada, com relação a eles.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É que a comissão pode dispensá-los.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É o que estou pedindo. Se aparecer o nome deles, tudo bem, daí fazemos um requerimento.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então pede vista dos que não foram citados até agora.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado, acho que V. Exa. tem razão, por isso fiz essa indagação sobre os deputados, para que possamos ouvir mais e saber de todos. Mas, sobre esses dois que V. Exa. falou, acho que tem razão.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Vossa Excelência quer que eu peça uma? Eu peço a do Cury, ela fica comigo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sem problema. Na verdade, eu tenho a mesma compreensão. É que fica muito estranho colocar um requerimento só de um deputado e não dos demais, já que eles têm... Mas eu concordo plenamente com V. Exa., acho que não há nenhum sentido se não houver nada...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu solicito do deputado Fernando Cury, e o Delegado Olim, do deputado Luiz Carlos Gondim.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está bem, inclusive com a concordância do deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tem razão, ninguém citou, não podemos...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Item 1 - Requerimento dos deputados João Paulo Rillo, Carlos Giannazi e Raul Marcelo. Requerimento nº 1, de 2016, anexado ao requerimento nº 59, de 2016, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Requeiro a convocação do deputado estadual Fernando Capez para prestar esclarecimento sobre fatos de que tenha conhecimento e para esclarecer sobre seu envolvimento na Operação Alba Branca. (Manifestação dos presentes.)

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordarem

permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento. (Manifestação dos presentes.)

Item 2 - Requerimento dos deputados João Paulo Rillo, Carlos...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pedido de vista do item 2 feito pelo deputado Barros Munhoz, concedido. Pedido de vista do item 3 feito pelo deputado Delegado Olim, também concedido.

Item 4 - Requerimento nº 9/2016, anexado ao requerimento nº 41, de 2016, de autoria dos deputados João Paulo Rillo e Carlão Pignatari. São dois requerimentos. Requeiro a convocação da Sra. Dione Moraes Pavan, membro da Comissão de Credenciamento do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno da Cise - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares - do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno da Secretaria Estadual de Educação, para prestar esclarecimentos sobre os procedimentos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordarem permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, ontem nós tínhamos dois requerimentos tratando da questão da carne estragada que nós trouxemos na semana passada. Um era de dirigente, inclusive a dirigente de ensino da região, para que pudéssemos ouvi-la; o outro era sobre informações à secretaria acerca disso. Os dois requerimentos tiveram pedido de vista.

Além deste aqui, com o qual de antemão eu concordo, eu entendo que tem que ser feitas outras convocações. Já estamos apresentando, como a da dirigente de ensino, assim como a de setores da Secretaria sobre esse assunto. Portanto, peço vista para que V. Exa. possa tratar tudo em uma mesma reunião, esses mesmos requerimentos tratando da carne estragada que foi entregue aos estudantes.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É um direito de Vossa Excelência. Concedida vista do item cinco da pauta.

Para ciência, ofício encaminhado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em resposta ao ofício nº 8, de 2016, disponibilizando para consulta todos os documentos solicitados. Observação: o CD entregue a esta Comissão Parlamentar de Inquérito contendo os documentos digitalizados não está funcionando, e a presidência desta CPI estará notificando a Secretaria de Educação a respeito desse problema, solicitando que se encaminhe nova mídia com os referidos documentos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, foram aprovados novos requerimentos sobre as informações que estão com a juíza federal e também sobre o processo que corre na Procuradoria da Justiça. Alguma dessas informações já chegou à CPI?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ainda não, nobre deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como está o prazo que foi emitido? Eles têm prazo para emitir para nós as informações?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Têm, mas me parece que ainda não venceu o prazo, porque conta a partir do recebimento do documento. Não é isso? Verificaremos e, na próxima reunião, informaremos a V. Exa., deputado.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Sr. Presidente, ontem o promotor, Dr. Herbet, ficou de encaminhar a esta comissão o relatório que ele tinha em mãos. Gostaria de perguntar a V. Exa. se esse relatório já chegou.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não sei dizer se já chegou. Ele ficou de encaminhar por e-mail no dia de hoje. Pedirei para a comissão que apure isso e poderei responder a V. Exa. depois.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Último item, só para respostas encaminhadas a esta comissão até o dia 12 de agosto, em conformidade com a

(inaudível) contida nos requerimentos nº 95 e 96 pelos seguintes municípios, afirmando a não existência de contratos com a Coaf, Cooperativa Orgânica, e com a Agrosol, Cooperativa Agropecuária: Alto Alegre, Américo Brasiliense, Araçariguama, Arealva, Bálamo, Bariri, Cardoso, Cedral, Cerquillo, Corumbataí, Guararema, Itai, Itaju, Itobi, Magda, Monte Alegre do Sul, Monte Castelo, Oscar Bressane, Pindorama, Pongai, Rinópolis, Rubinéia, Sabino, Saltinho e Tarumã. Essas cidades informam que não têm contrato com nenhuma das duas cooperativas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

* * *